

2007 cidade nova revista

Ismênia de Lima Martins

Cláudia Maria de Farias

William de S. N. Martins

Felipe Magalhães

Ricardo Medeiros Pimenta

Sandra Horta

Junia Guimarães e Silva

Carlos Eduardo Moreira Araújo

Alberto Taveira

Paulo Knauss

2007 cidade nova revista

Expediente

n° 1 – 2007 – ISSN 1981-7983 – publicação anual

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Cesar Maia

Secretaria Municipal das Culturas
Ricardo Macieira

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir

Gerência de Pesquisa
Sandra Horta

Coordenação editorial
Marcela Miller

Programação Visual
Tecnopop - Theo Carvalho

Conselho Editorial
André Luiz Vieira de Campos (UFF e UERJ)
Angela de Castro Gomes (CPDOC/FGV e UFF)
Beatriz Becker (UFRJ)
Ismênia de Lima Martins (UFF)
Ilmar R. de Mattos (PUC/RJ)
James N. Green (Brown University)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Lená Medeiros de Menezes (UERJ)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)
Mary del Priore (USP)
Stella Bresciani (UNICAMP)
Paul Knauss (UFF e Arquivo Público do Estado)
Tânia Bessone (UERJ)
Beatriz Kushnir (AGCRJ/SMC)

Editora Garamond
Rua da Estrela, 3º Andar, Rio Comprido
Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel (0xx21) 2504 9211
email editora@garamond.com.br
tiragem 1.000 exemplares

Cesar Maia Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

A Prefeitura do Rio de Janeiro sente-se honrada em apresentar a edição inaugural da revista *Cidade Nova*, produzida pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria Municipal das Culturas.

Cidade Nova é oferecida ao público carioca em um momento historicamente importante e especialmente propício para a reflexão e produção de conhecimento sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Devemos lembrar que, já no primeiro semestre deste ano de 2007, o Rio fortaleceu seu histórico papel de centralidade e convergência, haja vista a realização dos jogos pan-americanos, o incremento turístico e cultural decorrente dessa ação, os múltiplos equipamentos urbanos então estabelecidos em nossa cidade, a vitória do Cristo Redentor que hoje figura entre as sete maravilhas do mundo.

A Prefeitura do Rio parabeniza a todos aqueles que participaram da edição deste primeiro número de *Cidade Nova* e congratula o público leitor que, através de uma publicação de excelência, poderá conhecer e reconhecer o potencial econômico, cultural, histórico e humano de nossa cidade.

Ricardo Macieira Secretário Municipal das Culturas

É com grande entusiasmo que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal das Culturas, apresenta o primeiro número da revista *Cidade Nova*, produzida pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A revista *Cidade Nova*, agora lançada, pretende consagrar-se como espaço privilegiado para apresentação, reflexão e debates sobre assuntos de relevância para a cidade do Rio de Janeiro, nas diversas áreas do conhecimento.

Formada por um Conselho Editorial composto por intelectuais e historiadores de primeira grandeza, a revista *Cidade Nova* oferece a seus leitores, neste primeiro número, artigos inéditos de autoria dos professores doutores Ismênia de Lima Martins e Paulo Knauss. O primeiro versa sobre o Memorial do Professor Afonso Carlos Marques dos Santos, saudoso Mestre, cujo nome prestigia o concurso de Monografia do Arquivo da Cidade; o segundo texto apresenta uma discussão sobre os centros de memória de nossa cidade e os cuidados necessários e imperativos para a guarda e preservação de seus documentos.

Neste primeiro número apresentamos ainda quatro estudos dos historiadores que, com justiça, receberam menção honrosa no Concurso de Monografia oferecido pela instituição, e artigos de membros da equipe do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que, com grande empenho, dedicam-se ao estudo e guarda de registros significativos do passado - recente e distante - de nossa Cidade.

Convidamos, portanto, o público leitor a um passeio pelas páginas dessa revista, preparada com grande critério e dedicação. Que o frescor das linhas e das reflexões que aqui se colocam, pela primeira vez reunidos, inaugure um novo momento na reflexão e na produção escrita sobre a paisagem humana, a cultura e a história da cidade do Rio de Janeiro.

POR UMA REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ)

A nova revista institucional do AGCRJ pretende contemplar as questões de acesso à informação do acervo da instituição, sua difusão e o fomento às pesquisas ancoradas por esse corpo documental, assim como proporcionar um espaço onde pesquisadores possam difundir seus trabalhos e reflexões, tendo como objeto a cidade do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva multidisciplinar, a revista *Cidade Nova* pretende atuar como a interface entre essa instituição, vinculada à Secretaria Municipal das Culturas da Prefeitura do Rio, e os trabalhos de pesquisadores da comunidade acadêmica nacional e internacional, permitindo, assim, igualmente, ao AGCRJ contribuir para os debates dos campos da historiografia e da arquivística.

Cidade Nova era uma antiga reivindicação de estudiosos interessados na história do Rio de Janeiro e segue uma tradição já vivenciada pela instituição e que se inaugurou em fins do século 19. A *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, publicada nas décadas de 1890 e 1950, é muito consultada por transcreever documentos importantes para a reconstituição de episódios fundamentais na trajetória da cidade. A revista *Cidade Nova*, agora lançada, tem um perfil diferente, pois não será destinada a divulgar o conteúdo de documentos. Sua proposta é estimular a pesquisa e assim divulgar o acervo documental da instituição.

Outro importante papel a ser desempenhado pela nova publicação será auxiliar na implementação do Decreto nº 22.615/2003, que atribui ao AGCRJ a elaboração e execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados no âmbito do Poder Executivo municipal. Por Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados entende-se: o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo municipal, de forma a garantir a gestão, a preservação, o acesso aos documentos públicos municipais e a proteção especial a arquivos privados de interesse público para a cidade.

Neste sentido, mapear os acervos em depósito nas diversas Secretarias, Empresas e Fundações da Prefeitura do Rio a serem transferidos ao AGCRJ é um dos principais objetivos da instituição. Esse censo gerará uma imagem dos conjuntos documentais sob a guarda de organismos municipais. Sensi-

bilizar seus guardiões para a transferência ao AGCRJ é nosso maior desafio. Seguramente estão nestes conjuntos documentais a matéria para os futuros estudos a serem aqui publicados.

Que possamos fomentar uma diretriz de novos recolhimentos de acervos, tendo na *Cidade Nova* seu palco privilegiado de reflexão.

Conselho Editorial
Cidade Nova

	Ismênia de Lima Martins	
I	Afonso Carlos Marques dos Santos. Um homem do seu tempo. Por ele mesmo...	13
	Cláudia Maria de Farias	
II	O esporte náutico e a construção de uma nova materialidade urbana no Rio de Janeiro	33
	Felipe Magalhães	
III	A fuga dos bichos ou A origem da loteria mais popular do Brasil	53
	Ricardo Medeiros Pimenta	
IV	Entre os retalhos do trabalho esquecido: narrativa, memória e história de trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro	69
	William de S. N. Martins	
V	Paschoal Segreto, “Ministro das Diversões do Rio de Janeiro” (1883- 1920)	83
	Sandra Horta	
VI	A Revista do Arquivo do Distrito Federal	97
	Junia Guimarães e Silva	
VII	Estruturas do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro: reflexões acerca da memória documental carioca	115
	Carlos Eduardo Moreira de Araújo	
VIII	Da Casa de Correção da Corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006	147

	Alberto Taveira	
IX	Fogos de artifício à luz do dia: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro	163

	Paulo Knauss	
X	Atualidade do patrimônio: entre a celebração dos 70 anos do IPHAN e os roubos de bens culturais no Rio de Janeiro	175

XI	Resenhas	187
-----------	-----------------	------------

a. DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006

b. SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

Afonso Carlos Marques dos Santos

Um homem do seu tempo.

Por ele mesmo...

Ismênia de Lima Martins

Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Escrever sobre Afonso Carlos Marques dos Santos pareceu-me, desde o início, um grande desafio. Não se tratava de produzir uma peça historiográfica, mas de lembrá-lo ou apresentá-lo, com sua rica trajetória, em todas as suas dimensões, às gerações mais novas, no presente número da revista *Cidade Nova*, publicação do Arquivo Geral da Cidade, que traz os trabalhos premiados no primeiro concurso de monografias que leva o seu nome.

¹ Registro e agradeço o empenho do bibliotecário José Tavares da Silva Filho, Coordenador Técnico da Biblioteca Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que comporta, entre outras, a Coleção Afonso Carlos Marques dos Santos, na localização do material, e de Alcione Fernandes Baptista, sua primeira orientanda no tratamento das informações.

Poderia utilizar depoimentos de colegas, ex-alunos, orientandos, mas o exame de seu *curriculum vitae* despertou-me o interesse pelo memorial que apresentou por ocasião do concurso público para Professor Titular de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em março de 1997.

Localizá-lo constituiu-se em árdua tarefa: não foi encontrado no arquivo do IFCS; alguns membros da banca, consultados, não conseguiram disponibilizá-lo; e seus colegas mais próximos não possuíam cópia daquele material. Recorri ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que abriga atualmente a biblioteca e o acervo acadêmico de Afonso Carlos Marques dos Santos. Ultrapassadas várias dificuldades decorrentes da execução de obras naquelas instalações, além do estágio do tratamento da coleção que ainda não possibilitou o acesso ao acervo documental, finalmente o memorial foi localizado.¹

A leitura do texto justificou o esforço empreendido. Normalmente o memorial constitui-se numa peça integrante da documentação apresentada em concursos de diferentes níveis. O que se exige, fundamentalmente, é que se registre

a trajetória profissional do candidato e a sua qualificação para o posto pretendido. Em alguns casos os relatos são permeados por incursões, mais ou menos ligeiras, à vida privada, sobretudo no sentido de justificar opções, lacunas etc.

No caso de um historiador, a produção de documento deste tipo é particularmente interessante, pois revela o grau de consciência do autor como sujeito da sua história e homem do seu tempo.

Afonso Carlos Marques dos Santos fê-lo de modo magistral! Tinha a medida certa do peso de seus

² Memorial p. 8

³ Idem p. 9.

dados biográficos na sua história. Compreendia que o memorial remetia à idéia de lugar, não apenas do espaço físico, mas aquele a partir do qual se definiam as relações do indivíduo com a sociedade, onde a memória pessoal e a coletiva se confundiam. Deixou claro que “a opção pela História, portanto, ficaria sempre associada à necessidade de conhecer a sua própria história, a história da sua gente e a sua inserção numa cultura universal (...)”.²

Apesar de considerar ultrapassadas as críticas à subjetividade no trabalho historiográfico e destacar a proposta de Pierre Nora estimulando os historiadores a exercitarem a avaliação da sua própria história, considerou que as anotações iniciais, pessoais evidentemente, poderiam escandalizar setores tradicionais da profissão. Talvez por isso, “mesmo ressaltando que a ego-história parece já não ser considerada crime nos nossos dias”,³ redigiu na terceira pessoa, de forma inusitada, o seu Memorial. Era como se o historiador necessitasse se afastar dele próprio para melhor resgatar “o elo entre o percurso no ofício e a história que ele construiu”.

CRESCENDO COM A HISTÓRIA

Afonso nasceu em 3 de março de 1950, no Méier, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha do ofício de historiador e suas concepções de mundo não podem ser compreendidas fora da influência familiar, das lembranças remotas da infância, memória dos avós maternos que lhe transmitiram uma dimensão afetiva pelas coisas brasileiras e cariocas, uma relação com a história, com todos os tempos do Rio de Janeiro e do Brasil.

Esta inclinação ao passado e à tradição levou-o, ainda na adolescência, à pesquisa documental e a freqüentar instituições distantes da sua faixa etária e do bairro onde vivia, como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras, para ouvir conferências de Alceu Amoroso Lima e o “arcaísmo simpático”

que atribuía a Pedro Calmon, o qual discursava sobre um Brasil que começara há muito tempo!

Muitos anos antes de iniciar o curso de História, o futuro dirigente do Arquivo Geral da Cidade freqüentava a Seção Judiciária do Arquivo Nacional, fazendo a leitura dos velhos inventários e testamentos, dos arquivos paroquiais e daqueles recolhidos na Cúria, assim como os registros do Arquivo Municipal, que então funcionava em São Cristóvão, como uma seção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, onde viria a trabalhar como paleógrafo na década seguinte.

O exercício precoce de tal tarefa era marcado por instâncias afetivas associadas às narrativas dos avós sobre os bairros do Rio, às amizades familiares em suas origens étnicas plurais, uma espécie de convivência que chamava de “democracia suburbana”.⁴

Aos quinze anos, concluindo o ginásio, aproximou-se do Colégio Brasileiro de Genealogia, que acabara de preparar o fichamento das fontes paroquiais do Rio de Janeiro, organizando a genealogia dos antigos cariocas, para as comemorações do quarto centenário da cidade. Na consulta à documentação, ia remontando os laços, cada vez mais recuados, da linhagem materna, procurando encontrar sobrenomes da nobiliarquia fluminense, recuperando “um passado rural de certa importância vivido no “Sertão Carioca” e cujas raízes remontavam aos primeiros povoadores da cidade do Rio de Janeiro”.⁵

4 Idem p. 5.

5 Idem p. 4.

6 Idem p. 8

Desde a mais tenra infância mantinha uma ligação visceral com a cidade, onde nenhum bairro deixava de estar referido na memória por recordações pessoais e familiares. Quando viajava de ônibus, era alcançado por lembranças e procurava reconhecer os cenários das narrativas ouvidas, esforçando-se para “identificar a idade dos prédios, as características dos bairros, o desenho dos morros, buscando na geografia e na arquitetura da cidade respostas que os livros encontrados nos sebos ainda não conseguiam dar”.⁶

Muito cedo, por si próprio, o menino do Méier, vizinho do crítico literário Agripino Grieco, chegou ao estudo de francês na *Maison de France*. Observe-se que, anos depois, já universitário, foi na biblioteca desta instituição que teve acesso a obras de Eric Hobsbawn, George Léfèvre e Albert Soboul, e às contínuas novidades da historiografia francesa.

O fato é que bem antes de chegar ao IFCS e mesmo durante o curso, sua inquietação o levou a frequentar, além dos arquivos e bibliotecas, várias instituições da cidade do Rio de Janeiro, como os museus de Arte Moderna, Belas Artes e Imagem e Som.

Descobriu Nise da Silveira com suas experiências que desmontavam as fronteiras entre o normal e o patológico, entre ciência e arte. Com dra. Nise, chegou perto de Jung, dos estudos sobre mitologias e de Michel Foucault, bem antes do intelectual francês influenciar o pensamento universitário no país.

Enriquecia o seu cotidiano em diversos meios intelectuais. Frequentou livrarias e livreiros, exposições de artes plásticas, teatro de protesto, enquanto cursava o clássico no Instituto Lafayette, no final da década de 1960. Sua curiosidade buscava todas as formas de aprimoramento cultural. Frequentava sebos e feiras de livros, lia jornais e, até na televisão, procurava selecionar programas existentes na época, que o levassem ao debate da literatura e da cultura brasileira.

Adolescente, vivenciou o que considerava os dois marcos decisivos para a sua geração: o golpe de 1964, quando viu, pela primeira vez e para nunca mais esquecer, o pai chorar ao ouvir as notícias da queda e da partida do presidente João Goulart para o exílio. E, em 1968, quando, aos dezoito anos, em suas idas ao estudo do idioma na *Maison de France*, teve contato com os desdobramentos da morte do estudante Edson Luís, no Bandeirão do Calabouço.

Se a memória da estirpe materna o conduzia ao “Sertão Carioca” dos primórdios coloniais, com a linhagem paterna ele encontrou a política em casa. São outras as referências e concepções de mundo do avô, imigrante português, ferroviário comunista, ligado a Otávio Brandão, que se casara com a filha de um anarquista anticlerical. Este antepassado gostava de falar da geografia de outros povos, que encontrariam um futuro internacional e socialista no fim do caminho.

Desde o curso ginásial no Colégio Metropolitano do Méier, começou a ler André Gide e Jean-Paul Sartre, que iriam transformar sua visão de mundo, afastando-o de qualquer tipo de religiosidade e misticismo. E o avô materno procurava introduzi-lo em obras de Jorge Amado, então proibidas, como *O cavaleiro da esperança* e *O mundo da paz*, além de reforçar as críticas à Igreja e sua história.

No curso clássico do Instituto Lafayette, atravessou anos decisivos do ponto de vista existencial e cultural, onde as obrigações com o ensino regular perdiam espaço para a militância estudantil. Venceu as eleições do grêmio e saiu da sala de aula para se dedicar às atividades extracurriculares e políticas. Participava de diferentes manifestações de protesto, passeatas a até da greve dos artistas contra a censura.

Participou de um grupo de poetas, na Tijuca, Os Adversos, que promoviam reuniões para a leitura de seus poemas, mais uma forma de resistência à repressão da época. Kuri, Kátia Bento, Luís Alfredo Mileco, Ivan Wrigg Moraes, Barroso, Roterdã Salomão, Edna Maria dos Santos, Aldir Blanc, entre outros, eram os companheiros de militância poética.

Na década de 1960 crescia a procura pelo vestibular das ciências sociais, e Afonso, mesmo demonstrando inclinação e interesse por literatura, filosofia e teatro, optou pelo curso de História.

Ainda que valorizasse a influência de professores do curso sobre Platão, preparatório para o vestibular na área de Humanidades, a opção principal por História para sua formação universitária era previsível, do ponto de vista existencial.

A FORMAÇÃO DO HISTORIADOR

Passou no vestibular e, aos vinte anos, começou a cumprir as etapas da formação universitária e sistematização do conhecimento no IFCS de 1970, primeira turma a iniciar o curso no antigo prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco.

Essa turma encontraria um vazio nas salas de aula e corredores, porque, em março de 1969, a ditadura excluiria um sem-número de professores das universidades brasileiras. E o IFCS foi duramente atingido, com o afastamento de seus principais nomes. Os alunos se sentiam privados do convívio pessoal e intelectual com importantes mestres. Assaltados por um profundo sentimento de perda, de que algo significativo fora roubado de suas existências, procuravam compensar a situação com redobradas leituras, uma espécie de formação paralela.

Participou intensamente de um grupo que resistiu aos quatro anos de graduação, constituído por Lana Lage da Gama Lima, Francisco Medeiros Soeiros, Carlos Augusto Addor e Leila Menezes Duarte.

Em janeiro de 1972, aluno do IFCS, foi preso durante sete dias, passando a se submeter ao controle periódico dos órgãos de repressão. Não chegou a ser indiciado e conseguiu as certidões negativas, mas o episódio teria futuros desdobramentos.

Dando continuidade à sua construção intelectual e formação profissional, dirigiu-se à USP e, em fevereiro de 1974, foi aceito para integrar a primeira leva de orientandos de Fernando Antônio Novais, cujo campo de estudo se tornaria ponto de partida para Afonso definir as suas escolhas na área da pesquisa histórica. Referindo-se a seus colegas afirmou: “compreender o Brasil e os seus impasses, mergulhando no passado, constituía-se na maior ambição daqueles jovens que, logo após a formatura, buscariam nos cursos de mestrado a via de aperfeiçoamento e a possibilidade para construir um campo próprio de pesquisa”.⁷

7 Idem p. 11

Os anos de estudo na USP foram de imenso aprendizado. Não se tratava de um conjunto de tarefas de obrigação formal, mas uma oportunidade para as revisões conceituais e dos modelos clássicos da historiografia brasileira. Sentia fascínio pela USP, considerando o clima inteligente, a vida acadêmica crítica e corajosa, o convívio com trabalhos sugestivos, quando os estudantes conseguiam promover debates com vários intelectuais cassados pela ditadura e, também, porque era o lugar onde se podia estudar com autores da melhor bibliografia corrente sobre o Brasil.

A instigante convivência naquela universidade não o impedia de se sentir em desvantagem nos primeiros tempos do curso de pós-graduação, onde era o único carioca e não graduado em São Paulo. Entre seus colegas e contemporâneos vários se destacariam no mundo acadêmico, como Maria Stella Bresciane, Ítalo Tronca, Raquel Glezer, Kátia Abud, Maria José Elias, Alcir Lenharo, Edgar de Decca e Carlos Alberto Vezentini.

Entretanto, aos poucos, foi percebendo que possuía um outro tipo de conhecimento adquirido no Rio de Janeiro em sebos e livrarias, assim como a intimidade com os instrumentos de pesquisa e com os acervos de instituições como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Municipal, que descobriu por conta de sua devoção pela história do Rio de Janeiro.

Valorizado pelo orientador, reconhecido pelos colegas, passou a integrar uma rede de interlocução com historiadores e especialistas de outras áreas afins, com os quais estabeleceu amizades sólidas e relações intelectuais

definitivas que contribuíram para o seu aprimoramento teórico e prestígio acadêmico.

O projeto de pesquisa do mestrado tratava da “Conjuração do Rio de Janeiro” ou “Inconfidência Carioca”, estudando a Devassa de 1794 e a prisão dos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, acusados de difundir os princípios das “idéias francesas” identificadas com a Revolução de 1789 e em atitudes anticlericais.

Em 1979, o texto foi transformado em projeto de doutoramento, dando à pesquisa maior abrangência, tanto do ponto de vista temático como documental, amplitude que levaria a pensar o sistema em crise e o sentido da repressão às idéias no império colonial português.

É nesse contexto que, com recursos pessoais e familiares, viaja a Portugal em 1981. Trabalhou intensamente nos arquivos do país, principalmente na rica documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A pesquisa em Portugal confirmou uma de suas hipóteses centrais, isto é, que o fracasso das inconfidências não se devia apenas à repressão metropolitana, mas a um processo articulado de cooptação de quadros, na elite colonial, para o projeto do Império luso-brasileiro, arquitetado no interior da alta burocracia portuguesa. A tese foi defendida em maio de 1983.

ENSINANDO HISTÓRIA

A trajetória de Afonso em relação ao ensino superior teve início na década de 1970. Em 1975, passou a integrar a equipe da disciplina “História do Mundo Contemporâneo” da PUC, onde permaneceu cerca de nove anos.

No Departamento de Artes participou da investigação que resultaria na exposição e no livro *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*, publicado em 1979 e que daria início às atividades do Solar Grandjean de Montigny.

Naquela universidade teve oportunidade de desenvolver, além das disciplinas obrigatórias para os alunos de sociologia, cursos eletivos monográficos. Nas disciplinas de História do Brasil para futuros cientistas sociais, promovia a reflexão acerca de alguns temas básicos para a compreensão do país: a análise do sistema escravista, a sua incorporação ao sistema econômico

mundial, as contradições entre escravismo e os princípios liberais, entre o pensamento social e as concepções em torno da noção de trabalho e de direitos sociais, imprimindo aos estudos uma perspectiva mais sociológica.

Como gostava de dizer, dividia-se entre a Gávea e Niterói. Sempre se queixou de não ter obtido o atestado ideológico em 1976, quando foi impedido de permanecer no magistério público superior na UFF. Queixava-se de que aquele ano foi o mais duro de sua juventude, não apenas pela sobrecarga do trabalho e desgaste físico, mas também pelas pressões morais e psicológicas sofridas.

Assinalando que os “professores colaboradores” passaram a integrar o quadro permanente das Universidades Federais, protestava contra a falta de apoio institucional para a realização do doutorado. Mesmo assim elaborou a redação final da tese, ainda que nas piores condições de trabalho possíveis, uma vez que era obrigado a se dividir, como outros colegas da época, em várias instituições de ensino, para obter meios minimamente dignos de sobrevivência.

Apesar das queixas, a primeira passagem pela UFF não deixou de ser marcante do ponto de vista acadêmico, a exemplo do curso de História Social das Idéias, em que trabalhou com a questão do Iluminismo no Brasil no século XVIII em articulação com a crise do Antigo Sistema Colonial e suas manifestações no plano das mentalidades. Extremamente inovador também foi ter trazido para a sala de aula da UFF a famosa “transição feudal-capitalista”, tema em voga na época. Além disso, teve alunos que passaram a enriquecer sua vida pessoal e intelectual e que logo se destacariam como professores e pesquisadores, como André Luis Vieira de Campos, Manuel Salgado, Mônica Pimenta Veloso, Leila Capella e Sandra Horta, entre outros.

Em 1982 retornou à UFF na condição de professor “visitante” e, apesar de seguidos obstáculos, foi aprovado em primeiro lugar no concurso público, em 1984, passando a integrar o quadro permanente daquela Universidade, onde permaneceu até o segundo semestre de 1986.

No primeiro semestre de 1987 retornou à sua casa de origem, a UFRJ, como docente, integrando-se à área de Metodologia da História. Dedicou-se, sobretudo, através de sua atuação na disciplina Teoria e Investigação Histórica, a elaborar um diagnóstico sobre os limites e dificuldades na formação dos alunos de história, propondo modificações nos conteúdos das disciplinas, assim como na grade curricular. Desempenhou papel relevante no desenvol-

vimento do programa de pós-graduação de História do IFCS, particularmente na implantação do doutorado.

Em 1991 ingressou como professor-adjunto, através de concurso público, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para a cadeira de Historiografia. Apesar disso, atuou em todas as disciplinas do setor de Teoria e Metodologia da História, do qual também foi coordenador. Sua experiência como administrador de cultura colocou-se a serviço da universidade, quando atendendo a convite do Reitor Antonio Celso Alves Pereira dirigiu o Departamento Cultural da UERJ, redefinindo o papel do departamento na vida universitária e aproximando-o das unidades acadêmicas. Coordenou a implantação do Centro Cultural e promoveu várias atividades nos campos da dança, artes plásticas, música e artes cênicas. Organizou o projeto “Rio Ciência e Cultura”, com o objetivo de proceder ao levantamento sistematizado da produção da universidade sobre o Rio de Janeiro, cidade e Estado, nos mais diversos ramos do conhecimento.

DEBATENDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

O magistério superior representou o cenário ideal para o desenvolvimento de seu gosto pela polêmica, destacando seu brilhantismo como conferencista e agilidade como debatedor.

No final da década de 1970 adquirira centralidade a polêmica provocada por Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender com o conceito de modo de produção escravista colonial, que contestava Fernando Novais e suas teorizações sobre a crise do Antigo Sistema Colonial.

Era compreensível que Afonso fosse identificado como porta-voz de seu orientador no mundo acadêmico carioca. Ele concordava com a idéia de que Novais representava um marco teórico nos estudos sobre a colônia e via nessa produção um ponto de partida para definir suas escolhas no campo da pesquisa histórica.

Em relação à polêmica que envolvia o conceito de modo de produção escravista colonial, apontava um grave equívoco epistemológico à luz do pensamento marxista, inaplicável a uma dimensão territorializada da História e, por outro lado, uma reiteração do dualismo cepalino sob novos rótulos.

Leitor de György Lukács e Rosa Luxemburgo e simpatizante do internacionalismo de Leon Trotski, Afonso discordava de uma historiografia que distorcia

o sentido dos conceitos marxistas, afastando-se da percepção da totalidade para afirmar a particularidade da “experiência nacional”, algo que considera mal resolvido do ponto de vista epistemológico. No caso do modo de produção escravista colonial, percebia uma tentativa de reduzir o conceito a uma dimensão territorial de caráter nacional.

Na pós-graduação da USP apresentara trabalho contendo uma avaliação crítica do conceito de nação na historiografia brasileira. A tese de doutoramento, *Ideologia e poder no rascunho da nação. Rio de Janeiro: anos 1790*, consolidou o campo em que se moveria na pesquisa histórica e o recorte de um conjunto de questões teóricas e metodológicas que desenvolveria posteriormente. Na crítica às formulações de Ciro e Gorender, identificou um problema que criticava nos seus cursos e trabalhos: a força da idéia de nação como recorte para a análise histórica.

Assim é que, em seu exercício profissional, a teoria e o método passaram a ocupar um lugar cada vez maior. A questão nacional, pano de fundo de seu projeto de doutoramento, foi recebendo atenção especial nas suas investigações, deixando de ser um item puramente temático e circunscrito à história brasileira, para constituir-se numa preocupação de ordem epistemológica.

Preocupava-se com o fato de historiadores e cientistas sociais empregarem usualmente a categoria “nação” como um dado que precederia a qualquer avaliação, que parecia advir do mundo da natureza e não da construção humana. E foi buscar na história européia a gênese do sentido moderno da palavra nação, bem como a sua utilização pelos historiadores nacionais do século XIX.

Percebia que uma dimensão histórica produzida a partir da Revolução Francesa, a idéia política de nação, acabara sendo transplantada para um tempo passado, o que acabava legitimando a formação da nacionalidade no passado colonial, isto é, como infância da nacionalidade.

Das preocupações com o século XVIII luso-brasileiro, avançou para a discussão do problema da idéia de nação no século XVIII europeu, principalmente no caso francês, e dirigiu-se para a historiografia francesa do século XIX, a historiografia romântico-liberal, dando especial destaque à obra de Jules Michelet. Para ele, é nessa conjuntura que se dá a construção de um campo epistemológico, para a história, demarcado pelo recorte nacional. Diferentemente dos iluministas, os românticos conduziram o olhar para o específico, o particular e o individual, transferindo estes atributos para o

novo objeto da história, a entidade “nação” percebida como uma personalidade viva.

Passou a investigar o problema nacional em duas dimensões. Delineou uma linha de estudos, de caráter epistemológico, na qual o objetivo central era a própria construção do paradigma nacional nos estudos históricos do século XIX e deu prosseguimento às pesquisas referentes à construção da idéia de nação no discurso político dos letrados luso-brasileiro, da vinda da Corte portuguesa para o Brasil até a outorga da Constituição Imperial de 1824, e a identificar as concepções de Estado e organização social da “geração da independência”.

Ao lado das questões teóricas e de história das idéias, foi se identificando com um campo de estudos que tem sido ampliado e que pode ser chamado de história cultural, compreendendo o estudo da cultura no sentido antropológico e abrangendo também concepções de mundo e mentalidades coletivas. Desta maneira, várias relações e confrontações vão sendo estabelecidas em seus estudos entre história e memória e entre história e imaginário, no sentido de compreender as construções da história a partir do campo simbólico.

FORMANDO HISTORIADORES

Desde 1983 desenvolveu as atividades de orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado nas diferentes universidades em que atuou. Nas lições de prática docente que recolheu na USP, aprendeu a oferecer os espaços e a valorizar os objetos e as reflexões dos orientandos. Trabalhou com seus alunos diversos objetos de pesquisa, que tiveram em comum a abordagem da questão nacional na História e a relação entre cultura e imaginário nacional.

Até março de 1997, Afonso havia orientado dezoito dissertações de mestrado e duas de doutorado, todas defendidas e aprovadas, e orientava naquela oportunidade oito teses de doutoramento e sete de mestrado.

Destacou em seu Memorial as primeiras dissertações defendidas sob sua orientação. Sua atuação como orientador de dissertações de mestrado teve início na UFF. A primeira a ser defendida, em 1986, por Alcione Fernandes Baptista, propunha uma avaliação crítica dos estudos brasileiros de folclore, realizados entre 1945 e 1964, e intitulou-se *O povo capturado na apreensão do Brasil*. Dois outros estudos viriam a ser defendidos, em 1988 e 1990, e foram

frutos diretos dos primeiros cursos que ministrou na pós-graduação da UFF. Ambos abordaram a construção do imaginário nacional a partir de instituições, do século XIX, que correspondiam ao projeto de construção da nação. José Neves Bittencourt estudou a questão na Academia Imperial de Belas Artes. E Heloisa Bertol Domingues trabalhou com a noção de civilização e com a leitura etnográfica da produção dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na UFRJ o primeiro aluno a defender o mestrado, em 1990, sob a sua orientação, seria Paulo Knauss de Mendonça, que reputava como um de seus alunos mais brilhantes na graduação da UFF e que o acompanharia, quando de sua transferência para o Largo de São Francisco. Paulo Knauss, que se tornaria professor no Departamento de História da UFF e Diretor do Arquivo Público do Estado, defendeu a dissertação intitulada *O combate pelo fato*, sobre a França Antártica, que logo seria transformada em livro.

A questão nacional retornaria na dissertação de vários outros trabalhos, como o de Carlos Manuel Mendes Almeida, aluno caboverdiano, que estudou a relação entre o Estado brasileiro e a independência da África portuguesa, num trabalho intitulado *Da ambigüidade ao pragmatismo*. Especificamente sobre o imaginário da construção nacional em Sílvio Romero, orientou a dissertação de Maria Aparecida Mota, além de aluna, sua estimada colaboradora.

Dirigiu também os trabalhos de Paulo Cavalcante sobre a memória bandeirante, o de Luiz Otávio Rodrigues da Costa, sobre Aluísio Azevedo, de Wolney Malafaia, sobre o Cinema na ditadura, e o de Antônio Cícero Cassiano Sousa, sobre nacionalismo.

Acerca do período colonial brasileiro, orientou mais cinco outras pesquisas; entre elas a de Marcus Alexandre Motta e Anita Correia Lima de Almeida que, além do mestrado, viriam a desenvolver, sob sua direção, trabalhos doutorais; e as de Ângela Maia, Daniela Calainho, Marcia Bonnet.

Orientou, ainda, na temática urbana, as dissertações de: Margareth da Silva, sobre vadiagem, Dilma Cabral, sobre a cidade nos textos da Academia Imperial de Medicina, e Carlos Kessel, sobre a administração do Prefeito Carlos Sampaio.

Dos trabalhos em andamento, a maioria foi concluída com sucesso, como o de Leila Menezes Duarte, sua antiga colega de graduação, e o de Jessie Jane Vieira de Souza, publicado sob o título *Círculos operários*.

O HISTORIADOR NA ADMINISTRAÇÃO DA CULTURA

A relação de Afonso com a cidade do Rio de Janeiro merecia um estudo à parte. Sentia-se um carioca machadiano, tanto pela familiaridade com a obra de Machado de Assis, como pelo fato de que este nunca ultrapassava as fronteiras da Província. Como não viajava nos primeiros tempos, a literatura foi, por muitos anos, a sua forma de conhecer o país e o mundo. Lia intensamente, principalmente os escritores que tiveram o Rio de Janeiro e sua sociedade como tema – Lima Barreto, João do Rio e Marques Rebelo. Era crescente o seu interesse pela história da cidade e a militância político-cultural nos órgãos públicos o aproximava cada vez mais de seu tema de eleição.

Em 1973, último ano da graduação no IFCS, prestou concurso para o magistério público. Após rápida passagem pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se transferiu para a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do município do Rio de Janeiro.

A partir daí dedicou boa parte do tempo ao campo da arquivística e à pesquisa institucional. Essas atividades, juntamente com a atuação no mundo acadêmico, levaram-no a abandonar o ensino médio ainda no início da carreira.

Em 1976 tornou-se uma espécie de coordenador de pesquisa, formando um núcleo mais ligado ao Arquivo que ao Patrimônio. Participou do grupo de trabalho que elaborou o programa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, procurando criar as condições adequadas para o atendimento aos pesquisadores e também permitindo que a instituição pudesse ser tomada como um centro de referência para os interessados na história da cidade. E esteve à frente das reivindicações para a recriação do órgão executivo do patrimônio cultural do município, extinto em 1979.

O prédio do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi inaugurado em março de 1979 e Afonso passou a exercer, em primeira ocupação, a Chefia do Serviço de Apoio Cultural do novo órgão.

Entre março de 1979 e março de 1983, dedicou-se intensamente às atividades do Arquivo, coordenando os estudos e pesquisas, as exposições e as atividades de difusão cultural da instituição. Foram tempos de grande produtividade, quando também participou da direção nacional da Associação dos Arquivistas Brasileiros e reuniu no Arquivo Geral uma equipe de professores e pesquisadores, sugerindo e incentivando várias dissertações de mestrado sobre a história urbana do Rio de Janeiro.

Afonso atraiu para o Arquivo Geral a atenção de inúmeros pesquisadores universitários, que passaram a participar das atividades culturais do órgão. Abriu-o para diversas manifestações, como a música popular e as artes plásticas. Promoveu a reunião de pesquisadores da música e das tradições populares e pesquisadores da cultura negra no Brasil, conseguindo aglutinar os vários grupos e entidades culturais na luta contra o racismo e a discriminação. O Arquivo Geral da Cidade, na sua gestão no setor cultural, foi a primeira entidade pública do Rio de Janeiro a se abrir para o movimento negro.

Como desdobramento de sua atuação à frente do Serviço de Apoio Cultural do Arquivo Geral da Cidade, foi convidado e assumiu a direção do Departamento Geral de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, ao qual o Arquivo estava subordinado. Concomitantemente, tornou-se membro do Conselho Estadual de Cultura e Conselheiro do Patrimônio Cultural do Município.

Era ampla a ação administrativa do Departamento de Cultura, que tinha sob sua coordenação o Arquivo, o Planetário, o Centro de Artes Calouste Gulbenkian, os Centros Culturais da Saúde e de Santa Teresa e a rede pública de bibliotecas de bairro – num total de vinte –, além da responsabilidade sobre a ação cultural na rede pública de ensino, o apoio e a dinamização da educação artística.

Promoveu programas culturais nas praças públicas e a organização de festas oficiais, como a da fundação da cidade, tradição por ele retomada, e a do Dia Nacional da Cultura, entre outros eventos, onde a celebração cívica dava espaço ao exercício das artes e ao debate cultural. Realizou inúmeros projetos culturais voltados para a difusão da música brasileira, recuperando o projeto “Palco sobre Rodas” e organizando os “domingos cariocas” nas praças das cidades. Promoveu e apoiou a educação artística nas escolas públicas do município, realizando seminários e cursos de atualização. Organizou o Departamento Geral para vir a se constituir na futura Secretaria Municipal de Cultura.

Sua gestão marcou época na história das políticas culturais do Rio de Janeiro, quando as instituições federais não organizavam esse tipo de atividade, não existiam os Centros Culturais do centro da cidade e os museus atuavam numa orientação muito conservadora. A movimentação na área da cultura era enorme, somente comparável à dos tempos do ISEB, no pré-1964.

O cargo de diretor do Departamento Geral de Cultura foi exercido no período de abril de 1983 a maio de 1986, permanecendo, a partir daí, como

consultor da direção do Arquivo Geral da Cidade. No final da década, exerceu a direção geral do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, voltando a ter sob sua responsabilidade o Arquivo Geral da Cidade, a rede de bibliotecas públicas e o organismo responsável pela editoração da Biblioteca Carioca, coleção de livros que criara na primeira gestão.

Em sua atuação na área cultural, valorizava o fato de ter idealizado e organizado a Biblioteca Carioca, coleção que continuou a ser editada nas administrações posteriores, independente de orientação partidária. A idéia original era dotar o Rio de Janeiro de uma coletânea de obras que tivessem a cidade como objeto e que expressassem a sua experiência histórica e cultural. Assim foram reunidas obras clássicas de difícil acesso, textos literários exemplares na caracterização da vida social e trabalhos inéditos, principalmente de procedência universitária, como teses, dissertações e monografias. Tratava-se de criar uma coletânea que se constituísse numa referência para os estudiosos da cidade, mas também uma forma de divulgar para o público culto em geral o conhecimento científico e a criação artístico-literária sobre o Rio de Janeiro.

Procurava transformar a paixão e o encantamento que sentia pela cidade em reflexão e estudos sobre a história do Rio. Considerava-se, sem falsa modéstia, o responsável, na virada dos anos 1970 para 1980, pela onda de pesquisas sobre o Rio de Janeiro, que percorreu os programas de pós-graduação em História.

As exposições que realizou no Arquivo da Cidade chamaram atenção para o valor e extensão da documentação existente acerca dos planos e reformas urbanas da antiga capital do Império e da República. As exposições eram acompanhadas de catálogos, mesmo que artesanais face aos poucos recursos de então, e de ciclo de palestras, onde os professores universitários eram convidados a falar de suas pesquisas para um público mais amplo.

De sua passagem pela administração do Rio de Janeiro, permaneceu o interesse na reflexão, sempre retomada, sobre o papel civilizatório do Estado, num país como o Brasil, no campo da cultura e da educação. Sua experiência neste espaço profissional, muitas vezes, se transformou em matéria de elaboração teórica. As batalhas travadas na defesa da preservação do patrimônio cultural, por exemplo, influenciaram os seus estudos sobre a cidade, estudos que o levaram a dialogar com o urbanismo e com a história da arte e a estudar a história do direito administrativo no Brasil, para enfrentar a batalha conceitual com os outros setores da administração pública. Estas experiên-

cias levaram-no, também, a investigar o problema da memória social e da construção dos marcos identitários entre nós.

A experiência acumulada nas diferentes instituições onde atuou como gestor cultural, nos últimos anos da sua vida, foi posta a serviço do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que coordenou no período 1998-2002.

Seu mandato manteve a prestigiosa programação científica e cultural que caracterizava aquele espaço da Praia Vermelha, mas inovou organizando, regularmente, intensa programação de cursos abertos à comunidade em geral. Os preços simbólicos das inscrições criavam a possibilidade de acesso a todos os interessados. Afonso reconhecia nestas atividades o mecanismo privilegiado para promover a socialização do conhecimento produzido na universidade.

Tão marcante foi essa experiência que, após a sua morte em 2 de maio de 2004, sua mãe, Dona Ibéria da Silva Santos, atendendo a desejo do filho, doou à UFRJ, para ser mantida no Fórum de Ciência e Cultura, a Biblioteca de Afonso, seu maior patrimônio material.⁸

⁸ A Coleção acha-se disponível na base de dados www.minerva.ufjf.br

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH

A ANPUH, fundada em 1961, constituía-se na mais representativa entidade da área de História no campo do ensino e da pesquisa universitária. Até a década de 1980, a participação dos fluminenses e cariocas dava-se de maneira espontânea e individualizada, o que impedia que o Rio tivesse, como conjunto, expressão na organização nacional.

No primeiro semestre de 1986, quando deixava a direção do Departamento Geral de Cultura, Afonso foi eleito presidente do Núcleo Regional de História da ANPUH, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, com o compromisso de reativar o núcleo e inserir o Rio de Janeiro, de forma organizada, na dinâmica dos simpósios nacionais. Na sua gestão à frente do Núcleo Regional, foi responsável pela organização de dois encontros, um na UFF e outro na UFRJ.

A atuação no Núcleo do Rio e a ampliação da participação carioca e fluminense nos simpósios nacionais levaram-no a integrar a diretoria nacional da ANPUH, na qualidade de secretário-geral, em 1987.

No Simpósio de Belém, em 1989, chegou ao cargo de Vice-Presidente, com a responsabilidade de organizar o próximo encontro nacional, que se realizaria no Rio de Janeiro em 1991, na UERJ, quando foi eleito Presidente Nacional. O mandato seria exercido até o novo simpósio, na USP, em 1993, com o tema central “História e Utopias”. Aí fez a primeira conferência sobre o tema “O Brasil como utopia”, inaugurando uma nova tradição na ANPUH, a de que os temas centrais dos simpósios bianuais passassem a ser abordados pelo presidente da entidade, que assumiria também a responsabilidade de uma representação mais acadêmica da área ao introduzir o tema de cada encontro.

Os seis anos na diretoria nacional da ANPUH permitiram que desenvolvesse uma visão abrangente dos problemas da pesquisa e do ensino de História em todo o país. Pelo menos no país possível, dada a diversidade e pluralidade de experiências no território nacional. Ao sair da presidência, em 1993, ainda permaneceria, por dois anos, no Conselho Editorial da *Revista Brasileira de História*.

Nos tempos em que estive nessas funções, tomou corpo na ANPUH a idéia de que a entidade, que se abriu para todos os profissionais da área, deveria liderar o debate e o tratamento das questões relativas ao desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. A ANPUH, que passou a se denominar Associação Nacional de História, reuniu a partir desse momento os coordenadores de todos os programas, criando o Fórum Nacional dos Coordenadores de Pós-Graduação em História – que viria a dar maior força e visibilidade à área de História, nomeadamente junto aos organismos oficiais de fomento e apoio à pesquisa e à pós-graduação. O Fórum também passou a dar mais representatividade e respaldo às indicações na área do CNPq e CAPES.

OS ELOS ENTRE O PERCURSO NO OFÍCIO E A HISTÓRIA

Afonso pertenceu a uma geração que acreditava no coletivo e nas lutas para a transformação do mundo, na capacidade de influir sobre a realidade.

Passou a infância nos anos 1950, tempo de nacionalismo, de orgulho do Brasil e de muita esperança no país. O Brasil não era uma entidade distante e abstrata, mas um mundo mágico e feliz, cheio de sons e imagens, onde estava mergulhado e se sentia um dos seus. A condição de brasileiro era um valor positivo e havia um profundo amor pelas coisas brasileiras, que estavam presentes em toda parte.

Ele dedicava particular atenção ao estudo da cidade do Rio e, nos últimos anos da sua vida, delineou uma pesquisa tendo como hipótese central a concepção de que a capital do Império e da República funcionou como laboratório da civilização, o que a tornava um objeto especial para o aprofundamento do tema da questão nacional no Brasil.

Tinha consciência de que, em sua trajetória profissional, não publicou textos na mesma medida em que leu, estudou, deu aulas e fez conferências, cujos conteúdos eram sempre resultados de investigações próprias e originais. Sabia que, para escrever, seria necessário recusar os permanentes convites para ocupar funções de caráter gerencial e administrativo ou mesmo para o exercício da militância político-cultural.

Não chegou a ter uma filiação regular a partidos políticos e, compreensivelmente, apoiou a volta dos trabalhistas no início da década de 1980. Afonso e Maria Yedda Linhares foram os únicos historiadores fluminenses a assinar o Manifesto dos Intelectuais de apoio a Leonel Brizola. E os dois professores participaram expressivamente das reformas educacionais e culturais no Estado do Rio de Janeiro, naquele momento.

O percurso de Afonso demonstrou a opção pela vida universitária como o lugar da utopia. Com aulas e orientações de teses teve, como poucos, importância na formação de quadros qualificados para a pesquisa e o ensino.

Possuía inclinação para as ciências humanas em geral, e sua sensibilidade para as coisas do passado aproximou-o do curso de História, no qual combinou a escolha existencial com uma construção intelectual rigorosa.

A partir da formação de historiador, transitou pelas instituições e projetos na área da cultura, fosse na guarda do patrimônio documental da cidade, fosse no mundo acadêmico, onde teceu instigantes cruzamentos entre história, política e cultura, no tratamento do seu principal objeto de estudo – a questão nacional.

E o menino apaixonado pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil que, desde cedo, era levado pelo avô a conhecer os museus e sítios históricos do Rio, tornou-se Chefe do Serviço do Apoio Cultural do Arquivo Geral, Diretor do Departamento Geral de Cultura da Cidade, Diretor-Cultural na UERJ, Professor Titular e Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

O memorial apresentado pelo historiador, no concurso para Professor Titular de Metodologia do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constitui-se na fonte primordial deste texto. A redação na terceira pessoa já é suficientemente instigante, quando se propunha exercitar, sob a melhor orientação de Pierre Nora, a ego-história.

A autora destaca, entre outras dimensões da personagem, a do historiador, professor, administrador cultural, mas considera a sua paixão pela cidade do Rio de Janeiro e sobretudo seu sentimento de “brasileiro à antiga” os dados estruturantes de sua personalidade e que deram coerência à sua vida.

ABSTRACT

The memorial presented by the Historian, at the official exam for full professor of Methodology of the History Department of Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) is the main source of this text. Writing on the third person is already rather provocative, when it proposes to practice, under the best orientation of Pierre Nora, the ego-history.

The author points out, among other dimensions of the character, the historian, the professor, the cultural administrator, but his passion for the city of Rio de Janeiro is taken into consideration, specially his feeling of being an “old-fashioned Brazilian” and are the structural traces of his personality that brought a sense of coherence to his life.



O esporte náutico e a construção de uma nova materialidade urbana no Rio de Janeiro¹

Cláudia Maria de Farias

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente se um carioca estressado ou entediado pode esquecer do seu cotidiano difícil e sem perspectivas, ainda que por algumas horas, entregando-se aos prazeres e às alegrias dos jogos esportivos, qual seria sua sensação caso pudesse percorrer as ruas da cidade nas últimas décadas do século XIX? Por onde andaria nas suas horas de lazer? Quais os passatempos esportivos existentes? Poderia divertir-se numa partida de futebol ou simplesmente caminhar pela praia?

Talvez, percebendo a curiosidade despertada pelos banhos de mar, se dirigisse a uma das primeiras casas de banho, situada na extinta Praia de Santa Luzia, para se vestir adequadamente e experimentar um furtivo mergulho, ainda no alvorecer do dia. Certamente estranharia ao assistir a uma competição náutica na Enseada de Botafogo, disputada entre os clubes de remo que surgiam, o espanto que o porte atlético de alguns *sportsmen* provocava na cidade.² Depois, quem sabe, ele se deslocaria para os concorridos páreos disputados no Derby Club ou no Prado Fluminense, localizados respectivamente em São Cristóvão e São Francisco Xavier, na tentativa de aumentar seus parques recursos. Conforme narra Luiz Edmundo em suas memórias (EDMUNDO, 1957, p. 836-837), esses poderiam ser alguns trajetos feitos para o deleite do nosso viajante imaginário que, mesmo assim, ficaria

¹ Este artigo é parte integrante da minha dissertação de mestrado "*Febre esportiva: esporte náutico e modernidade no Rio de Janeiro (1895-1914)*", defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF e ganhadora do prêmio "Menção Honrosa" no concurso de monografia promovido pelo AGCRJ, em 2006.

² No Rio de Janeiro, podemos citar: o Clube de Regatas Paquetaense (1884); o Cajuense (1886); Clube de Regatas Internacional (1887); Union de Cantioners e Fluminense (1882); Clube de Regatas Botafogo (1894); Clube de Regatas Flamengo (1895); Natação e Regatas (1896); Boqueirão do Passeio (1897); o São Cristóvão e o Vasco da Gama (1898); Clube de Regatas Guanabara (1899) e o Internacional de Regatas (1900), entre outros.

surpreso com a ausência de práticas esportivas mais organizadas, bem como de espaços públicos apropriados para a atividade física numa cidade de quase 500 mil habitantes. E se ele avançasse um pouco mais no tempo? Encontraria outras formas de divertimento?

Para responder a essas e a outras questões, convido o leitor a embarcar numa pequena viagem para compreender como a prática esportiva, introduzida pela leva de imigrantes que aqui aportava com o fim do trabalho escravo, foi paulatinamente absorvida pelos habitantes da Capital Republicana – ainda com restritos espaços de sociabilidade e divertimento resultantes da dinâmica colonial da cidade –, a ponto de modificar o cenário urbano e se espalhar como uma verdadeira febre, no limiar do novo século, entre os segmentos mais abastados da população. Antes mesmo que os *matches* de futebol pudessem despertar a atenção do público carioca, a prática do remo ampliou as experiências coletivas de grupos urbanos emergentes numa conjuntura histórica permeada pela difusão do ideário higienista, cuja máxima *mens sana in corpore sano* exaltava o vigor físico como meio de alcançar o desenvolvimento da nação.

TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DA CIDADE

O advento da modernidade brasileira ocorreu a reboque de um lento e complexo processo de transformações conjunturais, instalado no seio da sociedade, desde o último quartel do século XIX. Associado ao surgimento de novos projetos políticos e sociais, o movimento de adesão aos esportes, na cidade do Rio de Janeiro, impulsionava a construção de um cenário urbano amplamente ajustado aos valores comportamentais difundidos pela ideologia higienista. Como reflexo da grande aceitação que a prática de ginástica e esportes suscitava nas principais cidades européias, os empresários brasileiros não tardaram a perceber o grande filão comercial representado pela valorização da cultura física. Inaugurando novos espaços públicos e expandindo as formas de lazer e sociabilidade, eles se associaram ao Estado e aos membros das agremiações esportivas na divulgação da onda esportiva que se espalhava pela Capital Federal como parte de um novo tempo iniciado pela República. Assim, eles construíam por toda parte frontões e velódromos, onde se realizavam jogos de pelota e corridas de bicicletas, entre outros passatempos esportivos, na tentativa de forjar uma imagem moderna, civilizada e salutar para a Nação.³ A criação de clubes e associações esportivas,

³ Na Gazeta de Notícias, podemos localizar, neste período, diversas notícias sobre a inauguração de frontões e velódromos na cidade. Na verdade, tratavam-se de pavilhões, onde eram oferecidos ao público, respectivamente, jogos de pelota e corridas de bicicleta. No primeiro, de origem espanhola, dois competidores arremessavam com raquete uma pequena bola contra um paredão, perdendo o que não rebatesse a jogada do adversário. Segundo o historiador Leonardo Pereira em seu livro *Footballmania, uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*, p. 45

bem como a inauguração dessas lucrativas diversões públicas – vinculadas diretamente à influência das comunidades estrangeiras presentes no país –, modificaram o cenário urbano do Rio de Janeiro que, assim, adquiriu uma infra-estrutura mais adequada à prática das várias modalidades esportivas que surgiam, entre elas, o remo.

Em 5 de dezembro de 1893, Eduardo Pfeiter, integrante da associação náutica *Union des Canotiers*, “possuidor de diversas embarcações, promotor das diversas regatas realizadas nesta Capital, morador e proprietário da casa localizada na Praia de Botafogo, n. 142, onde estão também depositadas as embarcações do grupo ao qual pertence”, solicitava ao Prefeito:

*autorização para fazer no paredão em frente ao n. 142, uma abertura de 2 metros de largura e dali uma rampa de pouco declive até o mar, para facilitar o embarque e desembarque das embarcações destinadas às festas náuticas na Enseada de Botafogo e, assim, dar impulso a um exercício salutar, tão pouco vulgarizado na nossa Capital.*⁴

Para conseguir deferir seu pedido, o suplicante se encarregava “da construção e conservação da dita rampa e garantia não fazer reclamação alguma no caso de destruição da mesma por qualquer motivo de utilidade pública”.⁵ O requerimento de Eduardo Pfei-

⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 49-2-9 (regatas), p. 2.

⁵ *Ibidem*, p. 2

ter registrava a ausência de uma estrutura material adequada à prática do remo, ao mesmo tempo que revelava a ansiedade dos sócios da agremiação para providenciar, com seus próprios recursos, a construção de um equipamento urbano – no caso em questão, uma rampa – capaz de facilitar e divulgar um “exercício salutar, tão pouco vulgarizado na nossa Capital”. Ao demonstrar o descaso público com o incremento das atividades esportivas, o grupo se articulava para imprimir suas marcas na cidade, mesmo que isso pudesse significar prejuízos futuros, haja vista que a benfeitoria, não sendo ainda considerada de “utilidade pública”, poderia ser removida pela Municipalidade.

Como resposta, a Diretoria de Obras e Viação do Distrito Federal expediu um parecer favorável à solicitação, em 12 de dezembro do mesmo ano, desde que o peticionário “se obrigasse a conservar a rampa e o cais nesse trecho”. No entanto, a concessão não se fez sem ressalvas. Anexado ao parecer, a Diretoria lavrava um termo de compromisso entre as partes, através do qual o requerente comprometia-se a cumprir e executar outras condições, além daquela prevista inicialmente. Primeiramente, transformando a construção em “logradouro público”, o poder municipal determinava que

a rampa ficasse desimpedida, salvo em dias de regatas, “de todo e qualquer depósito de modo a não haver embarço à livre prática sobre a mesma”. Por último, acrescentava uma cláusula particularmente significativa: o permissionário era obrigado “a empregar materiais de primeira qualidade, construindo a mesma rampa, segundo as regras da arte, e que tudo será fiscalizado por um engenheiro da municipalidade que poderá propor, no caso de transgressão do presente, que seja cassada a concessão”.⁶

As medidas impostas pela Prefeitura, mais do que denunciarem a preocupação com a livre circulação de pessoas e mercadorias em geral sobre a rampa, demonstravam o conhecimento, por parte do poder público brasileiro, de um padrão arquitetônico – ornamental e decorativo – comum às peças urbanas das cidades européias, especialmente da capital francesa, bem como manifestavam a disputa travada entre o Estado e a sociedade civil pela atribuição de sentidos aos espaços da cidade. Desse modo, ao se responsabilizar pela qualidade estética de um equipamento que ia compor a paisagem urbana, a Prefeitura se apropriava da iniciativa privada e transformava a obra num instrumento simbólico da afirmação do Estado.⁷

⁶ *Ibidem*, p. 3-4

⁷ Para maiores informações sobre a disputa simbólica travada entre a sociedade civil e o Estado em torno da produção de imagens urbanas neste período, ver KNAUSS, Paulo (org.). *Sorriso da cidade*. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

Arrolados neste código, além dos diversos requerimentos impetrados em busca de benfeitorias necessárias ao exercício do remo na orla da cidade, estão várias solicitações de isenção de impostos dos clubes náuticos para a construção de espaços reservados aos seus associados. A progressiva mobilização da sociedade civil em relação ao Estado, no que tange à organização do espaço, revelava a disposição de grupos sociais em inscrever simbolicamente sua presença na ordem urbana. Neste sentido, a construção de rampas de acesso ao mar, arquivancadas e barracões para a guarda de embarcações tornava-se referência imagética de identidade, na medida em que possibilitava a caracterização e o reconhecimento de ambientes urbanos associados às vivências coletivas de remadores e dirigentes esportivos naquele período.

Desse modo, o Clube de Regatas Fluminense, em 8 de maio de 1893, com sede à rua General Sampaio, n. 2, pretendendo “realizar sua regata inaugural na Enseada do Caju, no dia 21 do corrente mês”, solicitava à Prefeitura do Distrito Federal a “permissão necessária para o levantamento de arquivancadas para o público e mais dependências inerentes a esse gênero de divertimento em terrenos da marinha, gentilmente cedidos para este fim pela Companhia

São Lázaro”.⁸ Contudo, ao final da sua petição, a agremiação náutica sutilmente sublinhava que “tomava a liberdade de ponderar-vos que estas construções serão desmanchadas após o divertimento”. Com a deliberação da licença, em 9 de maio do mesmo ano, mediante o cumprimento do que estipulava a sua Diretoria, o Fluminense assegurava seu propósito de não permitir que a municipalidade usufrísse posteriormente das benfeitorias realizadas, uma vez que as arquibancadas, erguidas sob um terreno da companhia São Lázaro, seriam desmanchadas após o evento esportivo. Temerosa de que o poder estatal lucrasse futuramente com a construção, inscrevendo outros fins e sentidos, a Diretoria do Fluminense forjava um dispositivo que garantia, de forma temporária, a concessão exclusivamente para o divertimento do grupo. Assim, o clube de regatas explicitava o sentido privado da obra.

Entretanto, se as concessões efetuadas aos clubes de remo, posteriormente à proclamação da República, evidenciavam o poder crescente de ação de grupos civis na esfera pública, devemos apontar para as constantes apropriações

e articulações no uso social das imagens urbanas em conjunturas políticas diversas. Desta forma, o mesmo recurso impetrado pelo Clube de Regatas Fluminense foi, um pouco antes, usado como prerrogativa da decadente ordem imperial. Em 29 de junho de 1887, a Câmara Municipal autorizava o pedido de concessão feito pelo Clube de Regatas Cajuense para a construção de arquibancadas provisórias, desde que “as mesmas fossem retiradas 48 horas após o divertimento”.⁹ Embora a produção do equipamento estivesse vinculada ao apelo de um grupo, seu uso privado ficava limitado pelo poder público. A combinação diferenciada destes dispositivos jurídicos evidenciava um freqüente quadro de disputas simbólicas, entre Estado e sociedade civil, sujeito a rearranjos políticos, segundo destaca o historiador Paulo Knauss (2003, p. 13).

⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 49-4-5 (documentação avulsa – regatas).

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

Em outro requerimento, Gastão Cardoso, presidente do Clube de Regatas Botafogo,

*pede ao Sr. Dr. Ubaldo do Amaral Fontoura, Prefeito do Distrito Federal, que seja dispensado do pagamento de imposto para a construção de um lugar reservado para as famílias dos sócios e convidados, na regata que dará em 14 de agosto de 1898, conforme tem sido concedido em casos idênticos.*¹⁰

Na exposição de motivos, o dirigente esportivo afirmava ser o seu único interesse o desenvolvimento físico dos seus associados, pois “o clube é

composto de amadores e não admite o jogo de *poules*". Articulando uma justificativa moral ao seu pedido, Gastão Cardoso tentava negociar uma concessão gratuita, visto que o clube não obteria lucros com o estabelecimento de apostas. Consciente do progressivo congraçamento de interesses entre o poder público e privado no uso dos espaços urbanos, atestado por "concessões idênticas", ele almejava uma isenção de impostos para o levantamento das referidas arquibancadas ao associar, mais uma vez, o caráter nobre do evento esportivo às experiências e valores compartilhados por seus associados. Assim sendo, essas imagens urbanas se tornavam representações espaciais identificadas às vivências coletivas destes grupamentos nesta conjuntura histórica, servindo como instrumentos da "consciência de si", lugar de lembrança das competições náuticas. Segundo Pierre Nora, "a memória emerge de um grupo que ela une [...] se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto" (NORA, 1993, p. 7-28).

As demandas dos clubes de remo e, posteriormente, da Federação Brasileira das Sociedades do Remo em prol de uma estrutura urbana mais adequada ao incremento das regatas, especialmente no tocante ao levantamento de arquibancadas temporárias, acabaram por se traduzir numa efetiva intervenção do Estado, que passou a incorporá-las encarregando-se, algumas vezes, da execução destas obras.

Logo depois, as ações da iniciativa governamental em favor das agremiações náuticas se concretizaram na edificação de um amplo e fixo Pavilhão de Regatas, erguido pela administração Passos na Enseada de Botafogo, em 1905. Construída em estilo eclético sobre as águas da Baía de Guanabara, a dimensão da obra – levantada no bojo do amplo projeto de remodelação da cidade – representava a celebração de uma nova temporalidade: o cosmopolitismo da Capital da República. O monumento – erguido de acordo com os padrões formais da arquitetura moderna européia – foi suporte de um duplo sentido, na medida em que incorporava e articulava interesses de grupos da elite urbana à iniciativa estatal. Fornecendo uma base de identidade comum, a imagem expressava valores sociais identificados ao progresso, à beleza e civilidade da *belle époque*.

No entanto, a Inspetoria de Matas e Jardins, em 7 de fevereiro de 1906, assegurava-se do caráter público da obra ao organizar as bases de aluguel do Pavilhão para outros fins, mediante licitação aberta com o objetivo de estabelecer "um serviço completo de *buffet* ou um bar à européia, com concertos musicais

e outras diversões [...]”.¹¹ Ao se livrar do ônus representado pela guarda e conservação do local, colocado sob o encargo da Federação de Remo, o poder municipal auferia, paralelamente, dividendos políticos e monetários com a estrutura servindo-se dela como instrumento simbólico para marcar seu projeto de urbanidade e modernidade para o Rio de Janeiro. Desse modo, como cláusulas contratuais estipuladas para o aluguel do Pavilhão, além daquelas referentes aos impostos e às multas exigidos pela lei, em caso de danos à estrutura, destacavam-se as seguintes:

¹¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 47-1-61 (Pavilhão de Regatas), p.

¹² *Ibidem*, p. 2-3.

- o *buffet* ou bar à européia, serão estabelecidos nas melhores condições de asseio, conforto e luxo, compatíveis com as exigências da sociedade que se deve freqüentar;
- os empregados do inquilino que cometerem atos de impolidez para com o público, improbidade ou outros que tornem inconveniente a sua permanência no Pavilhão serão despedidos dele se o exigir a Inspetoria;
- o inquilino compromete-se a fazer no Pavilhão a instalação da luz elétrica;
- o inquilino compromete-se a entregar o Pavilhão completamente desembaraçado e limpo, às 5 da manhã nos dias de regatas promovidas pela Federação e clubes de regatas;
- o inquilino compromete-se a respeitar a integridade material do Pavilhão, não estabelecendo nele obra alguma de caráter permanente a não ser a instalação da luz elétrica.¹²

A legislação elaborada em torno da exploração e do uso do imóvel refletiu as ambições do poder municipal em se fazer representar e, até mesmo, confundir-se nas demandas de alguns órgãos da sociedade civil – no caso, da Federação Brasileira das Sociedades do Remo –, uma vez que o utilizava como metáfora para expressar padrões burgueses de moral, conduta, estética e conforto compartilhados por ambos. Neste caso, a produção da imagem promoveu uma articulação e harmonização de interesses, permitindo representar e perpetuar a ordem instituída ao criar um espaço de memória comum às elites e ao poder público. Fato observado na presença constante de autoridades no palanque, como Campos Salles, Rodrigues Alves e Pereira Passos, por ocasião da entrega de medalhas e troféus aos remadores campeões.

Anexado às bases de aluguel do Pavilhão de Regatas, constam ainda os contratos de exploração comercial sugeridos por Manoel Casado de Almeida

Nobre, Ozyres de Leonardo Conde, Joaquim
Martins Corrêa e João José Macedo. De forma

13 *Ibidem*, p. 6

detalhada, eles expressavam a preocupação de proporcionar “diversões elegantes” e oferecer “serviços de *buffet* e *buvette*, onde serão servidos doces, confeitos, bebidas, sorvetes e gelados”, conforme as exigências de estética e higiene realizadas em lugares congêneres, principalmente nas “praias de banho européias”. Ao lado destas condições, o empresário Ozyres de Leonardo Conde ainda propunha “vetar a entrada de pessoas mal trajadas e de comportamento duvidoso, bem como qualquer exibição e audição inconvenientes”,¹³ de acordo com uma das cláusulas contratuais estipuladas pela Inspetoria de Matas e Jardins.



Figura 1. Aspecto do interior do pavilhão de Regatas.
Fonte: AGCRJ.

Além destes, encontramos o projeto de João José de Macedo. Para estabelecer um “bar à européia”, ele sugeria organizar um serviço perfeitamente adequado às exigências de luxo, conforto e requinte, esboçadas pela Prefeitura no contrato de locação do imóvel:

Na entrada central do Pavilhão, será levantado no fundo, o ‘bar’ com um grande balcão de laqué branco, com seis bancos da mesma cor. Nos vãos das colunas serão colocadas palmeiras plantadas em vasos de porcelana [...] da mesma cor do balcão e entre as plantas serão distribuídas poltronas confortáveis de vime branco [...]. Os empregados serão vestidos

*de smoking branco e os das mesas, de jaqueta preta e avental branco. Tocar\u00e1 diariamente no centro do pavilh\u00e3o, das 8 \u00e0s 12 da noite, uma orquestra de seis professores.*¹⁴

A constru\u00e7\u00e3o do Pavilh\u00e3o de Regatas, muito embora correspondesse aos anseios da Federa\u00e7\u00e3o de Remo, ocorreu na esteira das interven\u00e7\u00f5es urban\u00edsticas promovidas por Pereira Passos para o aformoseamento e moderniza\u00e7\u00e3o da cidade. Ao privilegiar o embelezamento da orla e alterar a paisagem urbana, elas deram um novo \u00e2nimo aos clubes de remo, notadamente \u00e0s regatas, expressando formalmente um acordo firmado para consolidar e legitimar as bases materiais do projeto civilizador.

Em peti\u00e7\u00e3o dirigida ao Prefeito Pereira Passos, em 28 de outubro de 1903, a Diretoria do Clube de Regatas Vasco da Gama, atrav\u00e9s do seu presidente, Alberto Carvalho Silva, e do 1\u00b0. Secret\u00e1rio, Manoel Dias Ferreira, solicitava a permiss\u00e3o para “que suas embarca\u00e7\u00f5es possam permanecer sob cavaletes, durante algumas horas da manh\u00e3, nas fronteiras dos seus barrac\u00f5es, situadas \u00e0 Travessa do Maia”.¹⁵ Conscientes de que o pedido pudesse ser um entrave \u00e0s pretens\u00f5es das posturas municipais, pois dificultaria a circula\u00e7\u00e3o na estreita rua, os representantes da agremia\u00e7\u00e3o alegavam a necessidade da permiss\u00e3o “em virtude do material de regatas exigir especial cuidado, como lavagens, sendo que depois deste servi\u00e7o, as embarca\u00e7\u00f5es necessitam experimentar alguma luz solar a fim de prolongar a sua conserva\u00e7\u00e3o”. Assim, as exig\u00eancias higi\u00eanicas feitas no C\u00f3digo de Posturas Municipais para o saneamento das ruas, casas e estabelecimentos p\u00fablicos eram apropriadas e revertidas a favor da associa\u00e7\u00e3o esportiva que habilmente barganhava a concess\u00e3o, argumentando que o “tr\u00e2nsito na via n\u00e3o ser\u00e1 prejudicado”, pois as embarca\u00e7\u00f5es n\u00e3o ocupariam mais de 1,5 m de largura por 12 m de comprimento numa travessa de 10 m de largura “de passeio a passeio”. Por fim, o requerimento deixava expl\u00edcito o car\u00e1ter privado da iniciativa ao enfatizar que o movimento na rua “\u00e9 quase exclusivo de s\u00f3cios dos Clubes de regatas com sede na mesma”. Confiantes num “despacho favor\u00e1vel”, diante das “demonstradas provas de interesse e simpatia que o Prefeito tem dispensado ao esporte n\u00e1utico”, o pedido denunciava, atrav\u00e9s da resposta positiva enviada tr\u00eas dias depois, o pacto firmado entre a Prefeitura e os clubes de remo, nesta conjuntura pol\u00edtica.

Na administra\u00e7\u00e3o de Souza Aguiar, esta rela\u00e7\u00e3o seria ainda mais estreitada. Atrav\u00e9s do requerimento enviado \u00e0 municipalidade, em 24 de mar\u00e7o de

¹⁴ *Ibidem*, p. 10

¹⁵ *Ibidem*.

1908, as diretorias dos clubes náuticos Boqueirão do Passeio, Vasco da Gama, Natação e Regatas e Internacional de Regatas, “baseadas na boa vontade que tendes sempre manifestado para com elas”, solicitavam a substituição da rampa existente por uma “ponte metálica”, na Praia de Santa Luzia. Para tanto, as agremiações alegavam que a rampa de alvenaria, construída em frente ao Palácio Monroe, era constantemente desmantelada pela força das ressacas. Além de causar freqüentes prejuízos a esses clubes, já onerados pelas mudanças forçadas das suas sedes, em virtude das “transformações radicais que tem experimentado ultimamente o Rio de Janeiro”, os dirigentes argumentavam que ficava na beira-mar “um desagradável lençol de limo basto e escorregadio, em todo o tempo de custosa remoção e perigosíssimo acesso”.¹⁶ Neste sentido, os clubes de remo situados nas imediações apelavam para que o poder municipal construísse:

*uma ponte metálica com mais de 20 m de extensão, que seja dividida em duas partes, uma fixa e outra móvel, para melhor facilidade de sua limpeza e conservação no tempo das ressacas durante as quais teríamos melhor facilidade de estabelecermos espontaneamente um serviço humanitário de vigilância e socorro, acudindo ou facilitando o desembarque de pessoas colhidas pelas tempestades das ondas, como é nosso costume e pensamento comum.*¹⁷

Nas razões ensaiadas, os representantes dos clubes em questão manipulavam, de forma integrada e recorrente, dois dispositivos para o deferimento do pedido. O primeiro, de conteúdo moral, associava à solicitação uma atitude humanitária e solidária inerente aos remadores – o salvamento de afogados –; o segundo, de natureza estética e higiênica, ressaltava as preocupações das comunidades esportivas locais com o odor e aspecto desagradável proporcionados pela proliferação do limo que cobria a rampa de alvenaria. Diante dos motivos alegados, os clubes cobravam da municipalidade uma antiga dívida: “a promessa que lhes fizestes de construir uma rampa para o lançamento de suas embarcações”. Dessa forma, os dirigentes se arriscavam numa nova barganha: em vez de outra rampa de alvenaria, eles solicitavam uma ponte metálica, mais moderna e asséptica, que impediria a ocorrência dos fatos relatados. Para tanto, eles astutamente destacavam a possibilidade da Prefeitura de lucrar simbolicamente com o projeto, visto que a obra “moderna e artística, daria um maravilhoso realce estético a este futuro trecho da av. Beira-Mar, a que tão intimamente se acha ligado vosso nome ilustre com a vizinhança do belo monumento arquitetônico, expressão brilhante do vosso talento, orgulho legítimo de nossa Pátria”.¹⁸

¹⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 49-4-5 (documentação avulsa – regatas).

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

Embora apontassem para a qualidade estética e artística da obra, artifício muito utilizado em outras petições que, provavelmente, garantia as concessões efetuadas aos clubes náuticos, os dirigentes dos clubes também chamavam a atenção do Prefeito para a importância geográfica do equipamento, pois

*pela posição saliente em que ficará [...] não passaria despercebida ao viajante estrangeiro, observador notável que aportasse a esta nossa incomparável Baía, dando-lhe uma agradável impressão, o que jamais faria uma rampa em eterno conserto, impressão esta que como uma das primeiras certamente concorreria para tornar seu espírito favorável a esta amada cidade, cabeça luminosa de nosso estremecido e adorado Brasil.*¹⁹

Situada estrategicamente na orla, numa das avenidas que simbolizava o cartão postal da nova cidade, a obra marcaria definitivamente, em vez de uma rampa de alvenaria em “eterno conserto”, a modernidade brasileira atuando como mais um elemento decorativo para a atração e admiração do visitante estrangeiro.

19 Ibidem.

20 Ibidem.

21 Ibidem.

Paralelamente à construção de uma nova infra-estrutura urbana, outros auxílios foram concedidos à Federação Brasileira das Sociedades do Remo, na gestão Pereira Passos, como parte de uma operação simbólica que buscava legitimar o projeto de modernização da cidade. Através de uma subvenção municipal anual e da entrega de prêmios, medalhas e troféus aos clubes vencedores dos campeonatos patrocinados pela Federação, atualizava-se as bases materiais e simbólicas da comunhão social existente.

PEREIRA PASSOS E O ESPORTE NÁUTICO

Em comunicado de 16 de julho de 1903, o Conselho da Federação do Remo, através de seu Secretário Muniz Freire, informava o Prefeito Pereira Passos que “em sessão de ontem [...] resolveu conferir à V^a. Exa. o título de Presidente Honorário, pelos serviços que acaba de prestar ao esporte náutico que, com o amparo de seu concurso tende a desenvolver-se poderosamente”.²⁰ Com a homenagem, o órgão expressava a gratidão pelo empenho pessoal do Prefeito que, muitas vezes, colocava “o prestígio de seu nome” a serviço da Federação. Assim, a organização esportiva retribuía a generosidade “do inestimável serviço que V^a. Exa. acaba de prestar, concedendo um objeto artístico ao vencedor do páreo municipal e mandando construir o arcabouço da arquibancada para a regata de agosto próximo”.²¹

Ao evidenciar a lógica simbólica implícita em todo o acordo político – reconhecimento, obediência e retribuição –, o Conselho da entidade relembra o relacionamento cordial predominante entre eles e garantia, ao mesmo tempo, novos incentivos da Prefeitura. Com efeito, diversas conversações foram realizadas entre o presidente da Federação e Pereira Passos para aumentar o apoio do poder municipal na promoção das regatas e diminuir, conseqüentemente, as despesas da entidade com o espetáculo esportivo. Não por acaso, numa pequena seção da revista *A Canoagem*, era publicado, “a título de curiosidade histórica”, o orçamento da festa do primeiro campeonato de remo promovido pela Federação, em 1903. No total, foram gastos 4:570\$000 entre a fabricação de medalhas de ouro, prata e bronze, bandeiras e vigas para o balizamento das raias, contratação de mão-de-obra e bandas de música, o aluguel de lanchas para os juízes, a organização do lanche a ser servido no palanque, confecção de convites, veiculação de anúncios e programas nos principais jornais, além de outras despesas.²²

22 Revista *A Canoagem*, órgão oficial da Federação Brasileira das Sociedades do Remo. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 18 jul. 1903, p. 5.

23 Contudo, de acordo com o relato, o pagamento foi efetuado em barcos de regatas e num “rico bronze”. *A Canoagem*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 11 jul. 1903, p. 5.

24 “O progresso da canoagem”. *A Canoagem*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 4 jul. 1903, p. 5.

25 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 49-45 (documentação avulsa – regatas).

De forma recíproca, visando a alargar e a consolidar sua base política, seu reconhecimento e prestígio pessoal entre os setores da elite urbana, Pereira Passos resolveu conceder à Federação, para um páreo de barcos de construção nacional, um prêmio cujo valor aproximado foi 3 contos de réis.²³ Paradoxalmente, o Prefeito estudou também, junto à comissão de tarifas, uma isenção de taxas para a importação de barcos vindos do exterior, pois de acordo com a alegação da Federação, “tornava-se excessivo o custo de um barco posto na garagem de um clube”.²⁴ Para minimizar os custos das associações náuticas, a Prefeitura também construiu “dois belos e graciosos barracões” para os Clubes Botafogo e Guanabara, no final da praia (MENDONÇA, 1909, p. 101).

Ainda no tocante à troca de favores mantida entre Pereira Passos e a Federação de Remo, convém destacar o acordo firmado por ocasião da entrega do Pavilhão de Regatas. Subvencionando a entidade com a quantia de 12 contos de réis anuais, através de contrato formalizado com o seu vice-presidente, José Ferreira D’Aguiar, em 29 de abril de 1905, a Prefeitura obrigava a Federação “a admitir anualmente, em cada uma das sociedades a ela filiadas, até 10 alunos das escolas municipais e institutos de instrução mantidos pela municipalidade”.²⁵ Entretanto, a escolha final era feita pela municipalidade que “a cada ano designará dentre os alunos das escolas

e institutos de instrução mantidos por ela, quais os maiores de 12 anos devem ser admitidos nas sociedades de regatas filiadas à Federação”. Além disso, em outra cláusula contratual, a Federação ficava encarregada de instituir um “Campeonato Escolar Municipal”, exclusivamente aberto às guarnições das escolas e institutos municipais que fossem admitidas nas suas agremiações náuticas. Consciente de seus interesses e obrigações e, principalmente, da necessidade de retribuição como condição para barganhar novos favores, a organização criou o Campeonato Escolar. Seu início ocorreu em 19 de novembro de 1905, na regata promovida pelo Clube de Regatas Botafogo. De acordo com Norbert Elias (1993, vol. 2, p. 202), podemos dizer que a estratégia utilizada cumpria a função de persuasão, divulgando entre crianças e adolescentes, modelos adultos de comportamentos mais civilizados, como a disciplina e o autocontrole emocional frutos do treinamento esportivo.



Figura 2. Fachada do Pavilhão de Regatas
Fonte: AGCRJ

Em resposta à ordenação imposta pelo Prefeito, o Instituto Profissional Masculino enviou, em 15 de julho de 1905, ao Diretor Geral da Instrução Pública Municipal, a relação dos 396 alunos que poderiam ser admitidos nas associações filiadas à Federação Brasileira das Sociedades do Remo. Como ressalva, o Diretor do Instituto fazia algumas considerações sobre “a conveniência de tal medida”, lembrando que seus alunos

*têm uma variedade de exercícios, todos tendendo para o mesmo fim: o manejo da enxada e das demais ferramentas de agronomia, o manejo de armas nos exercícios militares, a ginástica, etc... tudo auxiliado por uma farta ventilação e uma abundância de luz solar derivada da excelente localização do instituto.*²⁶

Assim, o diretor da Instituição, através de seu Secretário, Geraldo Luiz da Motta Freire, sublinhava que o recrutamento deveria ser feito entre

*alunos das escolas públicas, cujas moradias em estalagens, casas de cômodos, em habitações enfim sem condições de higiene, os predispõem às várias enfermidades dos organismos depauperados, por falta de ar e luz, em seu período de desenvolvimento.*²⁷

A observação feita pelo Diretor do Instituto Profissional Masculino, para além de informar sobre a influência do ideário higienista no am-

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

biente escolar, deixava entrever o caráter excludente de tais medidas, pois evidenciava a preocupação do poder público em educar nos exercícios do remo apenas os filhos das famílias burguesas, muito provavelmente moradores na zona sul da cidade que não enfrentavam as condições insalubres das habitações populares. A despeito das considerações encaminhadas, as providências tomadas pela Prefeitura cumpriam as medidas anteriormente sugeridas por estadistas, médicos e sanitaristas brasileiros que, invariavelmente, queixavam-se do baixo rendimento físico das crianças e adolescentes na fase escolar, em virtude da ausência de ginásios, parques e jardins apropriados à prática de exercícios e esportes. Desta forma, as intervenções e subvenções de Pereira Passos em prol da prática esportiva, em especial do esporte náutico, obtinham o respaldo da reduzida elite letrada do país, pois respondiam amplamente aos apelos delineados, em estudos científicos e nas revistas esportivas, em favor da regeneração da raça brasileira. Como exemplo, podemos citar o pedido de auxílio movido por Olavo Bilac para que as autoridades reconhecessem logo a função salvadora desempenhada pelo remo:

O que não se compreende é que até hoje o governo se não tenha decidido apoiar com um auxílio oficial de qualquer natureza os que através de tantas contrariedades e tropeços têm conseguido introduzir nos nossos hábitos este esporte salvador. Dia virá em que se há de reconhecer a grandeza dos serviços que os clubes de regata estão prestando ao Brasil (Apud MELO, 2001, p. 103).

Todavia, se as subvenções e os auxílios fornecidos por Pereira Passos foram responsáveis pela consolidação do esporte, outras tentativas infrutíferas já haviam sido articuladas pelos intendentess da Capital Federal, Honório Gurgel e Pereira Braga, em 1901. Ambos apresentaram no Conselho Municipal um projeto que pretendia conceder uma subvenção anual de 5:000\$000 para o Conselho Superior de Regatas (MENDONÇA, 1909, p. 95). Demonstrando o crescente interesse das autoridades públicas na divulgação de uma prática social moderna, civilizada, higiênica e salutar, além do Prefeito da Capital Federal, o próprio Presidente da República, Rodrigues Alves, após ter sido convidado pessoalmente por Eduardo Midosi, dirigente da Federação de Remo, para assistir a uma regata, encarregou-se de dar ao primeiro lugar uma taça em bronze fabricada no Rio de Janeiro, frisando, porém, que no próximo ano ela viria da Europa.²⁸

Para atestar o expressivo agradecimento das associações náuticas pelo quadriênio da administração municipal, que disseminou e fez triunfar um “esporte útil e benéfico, verdadeira fonte de uma mocidade sadia e forte”, a Federação Brasileira das Sociedades do Remo realizou, em 1907, uma grandiosa manifestação pública para Pereira Passos, “no dia de sua partida para o velho continente, onde ia dar tréguas ao seu incessante labutar”. Na comemoração, remadores de diferentes clubes federados transportaram o “emérito cidadão”, no escaler ‘Dragão’, para bordo do navio que o conduziria à Europa (MENDONÇA, 1909, p. 102). Em 11 de março de 1913, como “demonstração de gratidão e homenagem à memória do grande protetor do esporte náutico”, foi instituída a prova clássica “Dr. Pereira Passos”.

Sob a égide da Federação Brasileira das Sociedades do Remo e dos favores governamentais concedidos, as regatas apareciam nos requerimentos de dirigentes esportivos, nas crônicas de revistas especializadas e dos principais jornais sob o signo da modernidade, do progresso e da beleza, em contraposição às práticas populares como as rinhas de galo, as touradas, o jogo do bicho, entre outras, consideradas “bárbaras e atrasadas”. Com efeito, é na virada para o século XX, especialmente na gestão Pereira Passos, que as competições náuticas assumem uma dimensão de destaque na vida social carioca. Para exemplificar a comunhão de interesses entre as sociedades náuticas e o poder público, um ofício enviado pela Diretoria da Federação ao prefeito agradecia “o honroso prêmio destinado à embarcação que melhor florida concorrer à próxima batalha das flores”. Em outro episódio, destacava-se a presença dos clubes de regatas, com as suas “esquadrilhas de baleeiras esbeltas para abrilhantar as festas”, realizadas por ocasião da inauguração das

obras do porto. Assim sendo, ao expressar o investimento público feito no processo de remodelação da cidade, tais manifestações ofereciam a possibilidade de participação e colaboração da elite carioca na divulgação de novos códigos de representação social, símbolos por excelência da *belle époque*.

Bibliografia

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, v. 2.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 13, n. 23, 1999.

KNAUSS, Paulo (Org.). *Sorriso da cidade*. Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MENDONÇA, Alberto de. *História do sport náutico*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira das Sociedades do Remo, 1909.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RESUMO

O artigo analisa o surgimento do esporte náutico na cidade do Rio de Janeiro como prática burguesa, excludente e hierarquizadora que se desenvolve com a ideologia higienista e a crença no aprimoramento da raça, na virada para o século XX. Como reflexo das transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais passava o país, o remo se impôs como signo de distinção social, prática esportiva inventada para configurar um estilo de vida associado aos novos códigos de conduta burgueses cristalizando, assim, a identidade de diversos grupos da elite urbana emergente. As conexões existentes entre este esporte e a *belle époque* carioca são exploradas através da análise de documentos jurídicos produzidos pelos clubes de regatas com a finalidade de construir uma infra-estrutura urbana mais moderna e adequada à difusão do remo. Lugar de práticas, apropriações e representações sociais, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se palco onde remadores e dirigentes esportivos se mobilizaram para inscrever sua presença na paisagem urbana. Através da disputa inicial travada com o poder público municipal para atribuir sentidos e significados aos espaços da cidade, eles acabaram se associando ao Estado na divulgação de valores, comportamentos e crenças emblemáticos do ideário republicano de civilização, progresso e modernidade, principalmente na administração do prefeito Pereira Passos, quando o esporte náutico atingiu o apogeu.

Palavras-chaves: Modernidade carioca; História do esporte; Remo/ regatas; Esporte náutico.

ABSTRACT

The article analyzes the rise of rowing in the city of Rio de Janeiro, as a bourgeois activity, both exclusivist and hierarchical, that develops jointly with a hygienist ideology and the belief in race betterment at the turn of the 20th Century. As a reflex of the political, economic and social transformation which the country was undergoing, rowing imposed itself as sign of social distinction, a sporting activity conceived as configuring a way of life associated to the new bourgeois codes of conduct crystallizing, thus, the identity of several groups of the emerging urban elite. The connection existing between this sport and the *Belle Époque* “carioca” (a native of the state of Rio de Janeiro, then Fluminense) are explored through the analysis of legal documents produced by the rowing clubs seeking to construct an urban infrastructure more modern and adequate for the diffusion of rowing. Venues, appropriations and social representations, the city of Rio de Janeiro itself became the scene where the rowers and administrators moved to impose the sport’s presence on the urban scenery. Following the initial dispute with the municipal public powers to attribute purpose and significance to the city spaces, they ended up associating themselves to the State in the dissemination of the emblematic values, conduct and beliefs of the republican concepts of civilization, progress and modernity, mainly during the administration of mayor Pereira Passos, when this nautical sport reached its height.

Keywords: **“Carioca” modernity; Sport history; Rowing/regattas; Nautical sport.**



A Fuga dos bichos ou A origem da loteria mais popular do Brasil

Felipe Magalhães

*Professor adjunto (visitante) da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB)*

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 3 de julho de 1892. Neste domingo de inverno carioca foram inaugurados vários divertimentos na empresa do Jardim Zoológico, de propriedade do Sr. João Batista de Viana Drummond, o Barão de Drummond. Esbanjando a cordialidade de um nobre, associando-a aos interesses de um empresário, o barão recebeu seus ilustres convidados. No agradável passeio, tendo em vista o clima ameno e a satisfação de todos, o barão e seu gerente Manoel Zevada apresentaram-lhes as dependências do Jardim. Além das jaulas, gaiolas e viveiros presentes em qualquer empreendimento deste porte, a empresa de Drummond contava com um hotel “nas melhores condições, um magnífico restaurante e tinha em construção um grande salão especial para concertos”.¹

Os visitantes ainda poderiam passar o seu tempo divertindo-se em animados bailes públicos ou em variados espetáculos. Também seria possível apostar em alguns jogos liberados para aquelas dependências, com o intuito de ajudar a manter o parque em funcionamento e contribuir para a modernização da cidade. Havia bilhar, carreado, jogo da pelota, frontão e outros. No entanto, este domingo era especial, pois um novo divertimento estava para ser inaugurado.

Ao comprar o ingresso de entrada para o jardim zoológico, o visitante passaria a receber um tíquete. No bilhete estaria impressa a figura de um animal. Pendurada num poste a cerca de 3 metros de altura, próxima ao portão de entrada do parque, havia uma caixa de madeira. Dentro desta ficava escondida a gravura de um bicho, escolhida pelo barão. Neste domingo, às 5 horas da tarde a caixa seria aberta pela primeira vez e todo o público presente poderia, afinal, descobrir o animal encaixotado e saber se teria direito ao prometido prêmio de 20 mil réis, 20 vezes o valor gasto com a entrada para o

zôo. Na hora marcada, o barão dirigiu-se até o poste, revelou a avestruz e fez a alegria de 23 sortudos visitantes.



Figura 1: Bilhete do Jardim Zoológico.
Fonte: BENCHIMOL, Jayme. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

O jogo dos bichos teve sua primeira extração em julho do ano de 1892, mas pode-se dizer que sua história começaria alguns anos antes, por volta de 1884, quando o então Comendador Drummond se dirigiu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro solicitando permissão para dotar a capital do Império de um jardim zoológico a ser localizado no nascente bairro de Vila Isabel.

Quando enviou sua petição à Intendência, Drummond já era um conhecido e respeitado empresário da corte tendo vários investimentos. A abertura do zoológico poderia render bons frutos. Seja pela valorização do bairro, seja pelos lucros que poderiam advir para a Companhia Ferro Carril Vila Isabel, responsável pelo transporte do público até o zoológico. Além destes fatores enumerados, gostaria de acrescentar o desejo da Câmara em propor a modernização e conseqüente “civilização” da cidade, com uma indústria capaz de oferecer vantagens físicas, morais e intelectuais para a população.² A historiadora Amy Chazkel nos fala um pouco sobre o Barão de Drummond em sua tese:

² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-63, fl. 10-11.

The future baron parlayed the pocket full of change his father had given him into a small fortune, first dabbling and then immersing himself in the various forms of financial speculation of his day. He played Rio's stock market, which was just beginning to modernize. He formed an investment partnership with Brazil's most powerful banker, the Baron of Mauá. He possessed a major share in the newly privatized interregional railroad system. And then, he became involved in a new type of speculation – the purchasing and developing of land at the periphery of the city (CHAZKEL, 2002, p. 30).

Pode-se dizer que o espírito empresarial do barão foi uma de suas características mais marcantes. Entre outros investimentos, ainda era proprietário da maior parte das terras do recém-inaugurado bairro de Vila Isabel, acionista do *Jornal do Brasil* (SODRÉ, 4. ed., 1999, p. 354) e sócio da Companhia Arquitetônica (GÉRSO, 5. ed., 2000, p. 359). O principal objetivo da empresa era urbanizar e lotear a antiga área da Fazenda do Macaco, transformando-a no bairro de Vila Isabel.

Assim, pode-se pensar no jardim zoológico como um espaço construído com o objetivo de valorização do bairro. Se, por um lado, proporcionaria uma distração aos moradores, por outro, representaria mais um elemento de modernidade. Neste raciocínio pode-se surpreender Drummond como um sujeito capaz de articular uma imensa rede de empreendimentos e de sociedades, inclusive algumas voltadas para o nascente mercado das diversões, dentro do mais puro espírito empreendedor capitalista e, por que não dizer, moderno.

Drummond aliava seus interesses comerciais a um determinado espírito público. Sabedor das intenções de transformar a Capital Federal numa cidade civilizada e ordenada, inspirada nas capitais européias, o comendador não deixaria de utilizar, em sua estratégia de convencimento dos Intendentes Municipais, argumentos capazes de fazer ver aos ilustres vereadores a utilidade de tal empreendimento na cidade do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo que mostrava um espírito empreendedor e modernizante, mantinha-se atrelado aos resquícios de uma economia movida por privilégios e concessões, constituindo mais um exemplo do liberalismo brasileiro, onde o capital procura receber benefícios do poder público. As duas condições propostas por ele em sua petição inicial para a abertura do jardim ressaltam este aspecto: a inexistência da livre concorrência e a isenção de impostos por décadas. Não se trata de propor um julgamento sobre a figura de Drummond, mas de perceber que ao lado de seu espírito público havia um empresário capaz de perceber demandas sociais e de capitalizar sobre elas.

A petição inicial do Comendador Drummond para a abertura do zoológico se constitui num importante documento para a reflexão em torno dos aspectos abordados acima. Na tentativa de convencer os “Ilustríssimos e Excentilíssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Corte”, escreveu Drummond:

*que desejando dotar esta capital com um Jardim Zoológico, há muito reclamado como necessidade à capital do Império não só como motivo de **embelezamento**, mas principalmente pelos elementos de **estudo** que tal estabelecimento proporcionará (...), vem respeitosamente solicitá-la, do modo seguinte:*

O abaixo assinado compromete-se, (...), a fundar no bairro de Vila Isabel um Jardim Zoológico, (...), mediante as seguintes condições:

1ª Isenção de todos os direitos municipais com referência ao mesmo estabelecimento.

2ª Que a Ilma. Câmara atendendo as consideráveis despesas que exigem a fundação e custeio de um Jardim Zoológico, não conceda licença para estabelecimento congênere dentro da área do Município – durante 30 anos – a contar da data da inauguração.

Esta petição, datada de 25 de agosto de 1884, foi a primeira consulta de Drummond à Câmara com o objetivo de abrir o jardim zoológico. O comendador pedia privilégio de 30 anos para o seu parque e isenção de impostos por um prazo não determinado. Contudo, isto não parece ter sido uma dificuldade no momento de se conseguir a licença para a construção e posterior funcionamento do zoológico.



Figura 2: Barão de Drummond, s/d.
Fonte: BN

Se as duas condições pedidas são importantes para a aceitação do pedido, não se pode esquecer de dois aspectos fundamentais da petição: os argumentos de que tal empreendimento seria útil tanto à beleza quanto ao aspecto científico da cidade. A utilização de tal estratégia de convencimento não era particularidade de Drummond. Em vários outros pedidos para a abertura de estabelecimentos voltados para a diversão do público carioca pode-se notar o uso de tal apelo. Acho necessário lembrar que os referenciais de beleza e ciência destes empresários não estavam aqui, mas na Europa.

No mesmo suporte do pedido estava o parecer do ³ *ibidem*. engenheiro da Câmara, responsável por oferecer o apoio técnico solicitado pelos edis. Sua opinião não deixava dúvidas quanto à importância do empreendimento para o embelezamento e engrandecimento físico e moral da capital do Império, de acordo com os critérios da Casa. Neste parecer oferecido à Câmara, quatro dias após a petição inicial de Drummond ter sido protocolada, escrevia o engenheiro que seria de “suma vantagem a fundação de um Jardim Zoológico nesta cidade”.³

O parecerista demonstrava não ter nenhuma dúvida em relação aos benefícios que um empreendimento deste porte poderia trazer para a cidade, tendo em vista a inexistência de um estabelecimento como um jardim zoológico na Capital Federal, segundo ele. Os principais argumentos colocados pelo engenheiro da Câmara para aprovar o pedido referem-se à idoneidade, à atividade e à iniciativa de Drummond. Tanto que nenhum tipo de documento mais completo sobre a pretensão de se construir o jardim havia sido enviado à Câmara no sentido de oferecer maiores subsídios para que os vereadores pudessem aprovar o pedido. Ou seja, era apenas uma petição, não um projeto. Nem a falta de uma proposição detalhada foi entrave, pois a palavra do comendador em oferecer toda a documentação requerida após o aceite da Câmara já seria suficiente.

De fato, o único problema existente na visão do engenheiro era com respeito ao prazo do privilégio. Mesmo com dificuldades de leitura, pois algumas palavras estavam ilegíveis, ele referia-se à segunda condição colocada por Drummond para a abertura do jardim zoológico. Sem demorar-se muito, o engenheiro argumentava que 30 anos seria um período demasiado longo e aconselhava a casa a repensar o prazo. E o tempo da exclusividade efetivamente foi modificado quando da assinatura do contrato entre o Comendador Drummond e a Câmara.

Todo o trâmite entre o envio da petição e a assinatura do acordo celebrado entre João Baptista Vianna Drummond e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro durou menos de duas semanas. Em 5 de setembro de 1884, foi firmado

o instrumento jurídico que concedia ao comendador ou à empresa por ele estabelecida o direito de abrir um jardim zoológico na capital do Império, gozando de um privilégio de 25 anos para tal.⁴ A rapidez do processo parece ter sido possível em função tanto das boas relações de Drummond com os vereadores, como da simbologia presente na idéia de se criar um estabelecimento como esse na cidade.

Para satisfazer as condições pedidas por Drummond – exclusividade do exercício da indústria e isenção de quaisquer impostos sobre o jardim, ambos por longos prazos –, a Câmara também apresentou as suas exigências e as colocou no contrato. Se anteriormente foi dito que a estratégia do nosso comendador-empresário era apelar para a beleza e a ciência, pode-se perceber a preocupação da Intendência com estes aspectos. Das 12 cláusulas contratuais, cinco se referiam a tais pontos.

3 Ibidem.

4 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-60, fl. 2 e 3.

5 Ibidem, fl. 5a 7.

6 Ibidem, fl. 8.

Pode-se supor a preocupação da Câmara com o progresso intelectual da cidade e sua conseqüente modernização. Quando se pensa no quesito beleza, a preocupação não seria apenas com a beleza natural das aves, dos répteis, dos mamíferos e de outras espécies animais a serem guardadas no jardim zoológico, mas também com os melhoramentos a serem realizados na respectiva área, cujos preceitos deveriam seguir os da “arte moderna”.

Quando se observa a condição quinta do contrato fica evidente que um empreendimento deste porte deveria ser capaz de concorrer com outros do mundo inteiro. E esta intenção da Câmara parece não ter passado despercebida pelo comendador, talvez ele próprio tivesse este desejo, pois no memorial descritivo das plantas ele afirmava que a área do seu jardim seria de 300 mil metros quadrados, ficando assim o de maiores dimensões comparado aos de Londres, Paris, Berlim e outros.⁵

Segundo o contrato firmado entre o comendador e a Câmara, o prazo para a abertura do jardim zoológico seria de dois anos a partir da aprovação das plantas definitivas. Isto parece ter ocorrido no início de julho de 1885, quando o sr. Amaral Silva, engenheiro do distrito, provavelmente do Engenho Velho, deu parecer favorável ao início das construções do jardim zoológico, confirmando que todas as memórias e plantas estariam de acordo com o contrato firmado entre o Comendador Drummond e a Câmara.⁶

Em 29 de março de 1886, a Diretoria da Cia. do Jardim Zoológico, através do seu presidente Carlos Affonso comunicou à Câmara que as obras internas e externas seriam brevemente iniciadas.⁷ Finalmente, em 6 de janeiro de 1888, mas de modo provisório, como descreve Aureliano Portugal em seu parecer para a Diretoria de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, foi aberto o jardim zoológico de Vila Isabel, tendo sua inauguração “oficial” em julho do mesmo ano.⁸

7 *Ibidem*, fl. 11.

8 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl. 26.

9 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-63, fl. 10 e 11.

10 *Ibidem*.

Estamos em 1888 e até aqui o “jogo dos bichos” ainda não havia aparecido. Contudo, o tal empreendimento útil e agradável parece não ter oferecido aos seus sócios os rendimentos previstos. É em função disso que surgem as condições para o aparecimento da “loteria mais popular do Brasil”.

O surgimento desta loteria merece algumas considerações. A grande maioria das versões sobre o início do jogo do bicho se refere ao fato do Governo Imperial ter cortado a subvenção anual, no valor de dez contos de réis, ao empreendimento. O cronista Luiz Edmundo aparece como principal veiculador desta memória acerca do jogo, tendo em vista que boa parte dos acadêmicos e memorialistas ocupados com esta loteria assumiram esta versão como verdadeira. Todavia, a documentação aponta para um outro caminho.

Numa petição enviada à Intendência Municipal da Capital Federal em 18 de setembro de 1890, o Barão de Drummond pretendia transformar o jardim zoológico em “Jardim de Aclimação não só de animais como de plantas exóticas e indígenas”.⁹ Utilizando argumentos parecidos aos da primeira petição, de 1884, o agora barão argumentava que:

*Esta empresa (...) tem sido julgada por homens do país, eminentes na ciência como necessitada agradável e útil à Capital Federal, já pela concorrência à distração dos seus habitantes, como fonte indispensável de estudos para a mocidade; e que em outros países é largamente subvencionada pelos respectivos governos ou por eles criada e mantida, é apenas entre nós auxiliada com a diminuta soma de dez contos de réis anual.*¹⁰

Apelando para o espírito público da Intendência Municipal, Drummond afirmava que o valor da subvenção anual não era suficiente para fazer face às despesas do zoológico. Afirmava ainda a incapacidade dos acionistas do empreendimento em reaver seus investimentos, pois o dinheiro percebido com

as entradas somado aos dez contos de réis mal era suficiente para sustentar os animais. Deste modo se dirigia mais uma vez aos representantes do povo no sentido de pedir um auxílio, não em forma de mais dinheiro público, mas na forma da exploração de jogos lícitos dentro do jardim.¹¹ Na parte final da petição, tem-se que:

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

para consecução de tamanhos benefícios públicos a diretoria [do jardim zoológico] recorre à ilustre Intendência Municipal da capital federal e pede:

I – Direito de estabelecer, pelo prazo de seu privilégio, jogos públicos, mediante módica contribuição, a fim de poder manter-se a empresa e grandemente desenvolver o estabelecimento [do] Jardim Zoológico tornando-o um dos melhores do mundo.

II – Estes divertimentos, como existem em outros países, sob a imediata fiscalização da polícia, tornar-se-ão atrativos para o público.

III – Auxiliará o público o desenvolvimento de tão útil instituição, tendo como recreio jogos que, bem fiscalizados e moralizados resultarão em proveito da comunidade sem os inconvenientes tão nefastos que acarretam, por exemplo, as loterias, os jogos de corridas, onde ele é tão defraudado, e a multiplicidade de casas de tavolagem que empestam esta cidade. [grifos meus]

(...)

Rio, 18 de setembro de 1890

Barão de Drummond¹²

Na própria petição do Barão de Drummond, estava o parecer emitido por certo Piragibe em 22 de setembro de 1890. Neste pequeno texto, o requerimento da Companhia Jardim Zoológico recebeu o imediato deferimento, argumentando o parecerista que “a peticionária propõe ampliar uma distração ao alcance do povo, com jogos, é verdade, mas que, nas condições em que ela se submete, nenhum inconveniente higiênico terá para os que [lá forem], pelo contrário, notória vantagem auferirão, física, moral e intelectualmente daquele divertimento”.

Tanto a petição quanto o parecer do tal Piragibe indicam para os perigos dos jogos. No primeiro notam-se as várias ressalvas colocadas pela empresa peticionária no sentido de convencer a Câmara que os jogos a serem realizados teriam a constante vigilância da polícia, não atentando contra a moralidade pública e tendo como finalidade atos nobres: recreação do público, manutenção dos animais no parque e vantagens morais e intelectuais oferecidas à própria cidade.

Neste sentido, não se pode esquecer que o combate ao jogo e aos vícios trazidos por esta prática além de ter sido uma política do recém-inaugurado Estado Republicano, também era uma preocupação do Governo Imperial. Pode-se explicar tal argumentação da empresa do jardim, incisivamente contrária aos tipos de jogos bancados por *book-makers* ou explorados nas casas de tavolagem, em função do discurso repressor aos jogos de azar existentes no mesmo ano da publicação do primeiro código penal republicano.¹³

13 Sobre a preocupação do Estado Imperial com os jogos e os vícios trazidos por ele, ver: MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro, 1808-1946*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. Dissertação de mestrado; ABREU, Marta. *O império do divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SOUZA, Juliana Teixeira. *Cessem as apostas – Normatização e controle social no Rio de Janeiro Imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841-1856)*. Rio de Janeiro: PPGHIS, UFRJ, 2002. Dissertação de mestrado.

14 *O Tempo*, 16 de julho de 1892, p. 4.

O parecerista confiou no espírito público e empreendedor de Drummond e seus sócios e indicou à Câmara o deferimento do pedido. Deste modo, foi assinado em 13 de outubro de 1890 o termo de aditamento ao contrato celebrado entre João Baptista Vianna Drummond e a Intendência Municipal, em 1884. Assim, o Conselho da Intendência concedia à Empresa do jardim zoológico o direito de estabelecer pelo prazo de seu privilégio jogos públicos lícitos, sujeitos à imediata fiscalização da polícia.

Pela repercussão na imprensa diária nota-se que a inauguração não passou despercebida. Vários periódicos deram a notícia, informando, inclusive, o animal que havia “vencido” o primeiro “sorteio”. *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Diário do Commercio*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias* e *O Tempo* foram alguns dos jornais que deram informações sobre os acontecimentos do jardim zoológico. Tanto o empreendimento, quanto o seu diretor e as diversões recém-inauguradas foram saudadas com entusiasmo pela imprensa, pelos políticos, pelos homens de ciência, pelas senhoras elegantes e por pessoas comuns, cujos trajes não seriam tão elegantes, segundo os padrões afrancesados da elite de então.

Pela documentação recolhida, rapidamente o jardim zoológico transformou-se num espaço bastante procurado para o lazer. Isto pode ser observado pelos prêmios pagos. Se no primeiro dia o avestruz pagou 460 mil réis de prêmios, duas semanas depois o cachorro pagaria 2 contos e oitenta mil réis,¹⁴ fazendo felizes mais de cem pessoas.

Para incrementar ainda mais os lucros obtidos através do sorteio dos bichos, poucos dias após sua inauguração a direção do jardim zoológico resolveu colocar à venda os tíquetes para o parque fora dos muros do esta-

belecimento. Em *O Tempo*, poucos dias depois da inauguração dos jogos, veio publicado o seguinte anúncio: “Jardim Zoológico – Prêmios diários sobre animais de 20\$ a 40:000\$ – Vendas de entradas na Rua do Ouvidor n^o 129 e no Jardim”.¹⁵

¹⁵ *O Tempo*, 12 de julho de 1892, p. 4.

¹⁶ De acordo com reprodução fotográfica de um bilhete de entrada no jardim zoológico. Cf. BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussman Tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, 1990, p. 340.

Desta forma, com apoio da própria empresa responsável pela loteria dos animais, o jogo passou a ser vendido fora das dependências do parque, sem que houvesse qualquer reação contrária da municipalidade. Ora, se para comprar o bilhete que dava direito ao prêmio prometido não seria preciso se dirigir às bilheteria do empreendimento, pode-se supor que vários compravam seus tíquetes e ficavam à espera da abertura da caixa no zôo. Após a transmissão da notícia, os ganhadores poderiam ir buscar seu prêmio de 20 mil réis. No próprio bilhete havia uma inscrição que facilitava esta prática: **válido por 4 dias**.¹⁶

Mas todo este clima de festa em torno do jardim e de suas diversões não demoraria muito a findar. Rapidamente o que antes era saudado como um “estabelecimento útil e agradável” passou a ser visto como um “antro de jogatina”. Transformado em escândalo, o processo para a proibição do sorteio dos bichos no parque do Barão de Drummond estava aberto. Vinte dias após a inauguração do jogo dos bichos, o jornal *O Tempo* publicou um ofício que teria sido dirigido pelo Chefe de Polícia ao 2^o Delegado, responsável pela repressão aos jogos, no qual afirmava que “(...) posta em prática essa diversão [o jogo do bicho], se verifica que tem ela o alcance de verdadeiro jogo, manifestamente proibido”.

O cerco definitivo ao sorteio dos bichos no jardim zoológico começou a ser fechado em 1^o de janeiro de 1895, quando foi publicado o Decreto n. 126, que limitou a ação dos frontões e *book-makers* na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí percebe-se um processo que culminaria com a proibição do jogo do bicho em abril do mesmo ano, através do Decreto 133. Antes de a decisão ser tomada em definitivo, o Prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida acionou a Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal no sentido de serem examinados os contratos firmados entre a Prefeitura e a Cia. do Jardim Zoológico. O objetivo era claro: o rompimento do acordo firmado entre as partes, especialmente no ponto referente à exploração de jogos.

Foram dois os pareceristas escolhidos e ambos concordavam que a Prefeitura deveria rescindir os contratos firmados com a empresa do barão. Vários

fatores foram enumerados para tal, mas o ponto principal recairia sobre a ilegalidade do jogo do bicho. Frederico Rego, um dos procuradores, afirmava que o jardim zoológico não seria um “jardim de aclimação, mas um ponto de reunião para o jogo a céu aberto”.¹⁷

Com a loteria disseminada rapidamente pelas ruas da cidade através da ação dos vendedores ambulantes e dos primeiros “banqueiros”, o Poder Público passou a agir no sentido de coibir a prática. Apenas seis meses após a proibição do sorteio do barão, o Chefe de Polícia André Cavalcanti emitiu um ofício ao Prefeito Furquim Werneck pedindo que fossem cassadas as licenças com as quais funcionavam estabelecimentos de *book-makers*. Tais estabelecimentos se aproveitariam de suas permissões para funcionarem como escritórios de descontos, botequins e comissões, mas na verdade teriam como fim principal bancar o jogo do bicho, o que seria um verdadeiro “escândalo público”.¹⁸

17 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl. 12 e 13.

18 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, jogos, código 45-2-30, fl. 113.

19 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, Código 15-4-63, fl. 4.

Antes saudado pelos mais diversos segmentos sociais como “agradável e útil recreação”, o jardim zoológico trazia em si a idéia de civilização e modernidade. No período entre a primeira petição (1884) e a inauguração do jogo dos bichos (1892), o tratamento oferecido foi o mais cortês possível. Há um documento de 1890 no qual o Barão de Drummond se dirigia à Câmara pedindo a revisão de uma multa que fora aplicada em função do *restaurant* do jardim estar funcionando sem licença. Alegava o requerente que a Companhia do Jardim Zoológico, de acordo com o contrato firmado, estaria isenta de todos os impostos municipais.¹⁹

Antes daquilo que Frederico Rego chamou de extraordinária concorrência ao zoológico em função do sorteio dos bichos, parece que fazer uma visita aos animais era um divertimento bastante procurado. No ano de abertura do jardim (1888), um comerciante contou em suas memórias uma de suas idas ao parque. Percebendo estarem os bondes que rumavam para lá repletos de gente, tornou-se impossível para ele e sua família prosseguir viagem, pois estavam como pingentes. Desta forma, a solução foi adiar o passeio e todos acabaram descendo no Mangue (WHERS, 1980, p. 235).

Em toda a discussão travada até aqui, procurei perceber o jardim zoológico como um projeto civilizador/educador localizado e específico. Não significa afirmar que a construção do jardim em si seria um projeto político claro e objetivo, mas que a existência de um poder vir de encontro às expectativas

de modernização, civilização, higienização e educação. Assim, o jogo do bicho surgiria como a causa para a falência deste projeto. Jogos seriam aceitos, desde que dentro dos parâmetros impostos pelo Poder Público. Talvez a repressão neste momento se explique pela incapacidade de se controlar este jogo, que se espalhava rapidamente pela cidade, contando com o apoio de pequenos comerciantes e de um imenso exército de vendedores ambulantes que percorriam as ruas da cidade vendendo a sorte e o azar. A proibição surgia como a forma mais simples de se “extirpar o mal”. Documentos oficiais, por exemplo, afirmam que o sucesso do jogo dos bichos do jardim zoológico teria alcançado o status de verdadeiro escândalo, devido ao imenso número de visitantes do parque.

Entre o momento da inauguração dos “jogos lícitos” no jardim do barão e a proibição do jogo dos bichos, o empreendimento parece ter vivido seu momento de apogeu. Mas isto não significa que todos os envolvidos tenham conseguido rever seus investimentos e lucrado muito com o zoológico. Contudo, após os anos em que o jogo dos bichos foi explorado, o jardim



Figura 3: Charge de J. Carlos na capa da Revista Careta, junho de 1946. Fonte: BN

zoológico viveu momentos de instabilidade permanente. Quatro meses após o Decreto 133, através de um contrato particular a Cia. do Jardim Zoológico arrendou o jardim e todas as suas dependências a Luiz Galvez, cujo principal interesse seria explorar o frontão e o boliche. No início do ano seguinte, Galvez repassaria todos os direitos adquiridos em relação ao jardim para Marques, Ribeiro & Cia., cuja intenção também seria a exploração de jogos.

Com o zoológico passando de mão em mão, sendo lembrado pela “mácula tradicional e feiíssima do jogo e do vício”,²⁰ os limites de sua ação civilizadora e educadora, como desejava a imprensa, a Câmara e a “boa sociedade”, eram flagrantes. A decadência do parque tem dois aspectos. Por um lado, a falência de um projeto civilizador e modernizante; por outro, a afirmação de um discurso conservador sobre o povo brasileiro: “era uma diversão ingênua que a imaginação impudente dos homens, mais tarde, danou e perverteu”, como sentenciou Luiz Edmundo (EDMUNDO, 1957, p. 868).

²⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-462, fl. 26 a 33.

Bibliografia

- ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAZKEL, Amy. *Laws of chance: urban society and the criminalization of the jogo do bicho in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1941*. New York: Yale University, 2002. PhD dissertation.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAMATTA, Roberto & SOAREZ, Elena. *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- HERSCHMANN, Micael & LERNER, Katia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.
- MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808-1946)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. Dissertação de mestrado..
- GÉRSO, Brasil. *A história das ruas do Rio*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1999.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEHRS, Cristiano C. J. *O Rio antigo – pitoresco e musical: memórias e diário*. Rio de Janeiro: s.e., 1980.

RESUMO

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 3 de julho de 1892. Neste domingo do inverno carioca foram inaugurados vários divertimentos no jardim zoológico de propriedade do sr. João Baptista de Vianna Drummond, o Barão de Drummond. Ao passar pelos portões de entrada do zoológico, o visitante recebia um tíquete. Neste bilhete estava impressa a figura representando um animal. Colocada a cerca de 3 metros de altura em um poste próximo à entrada do jardim, havia uma caixa de madeira. Dentro dela estava escondida a gravura de um animal, escolhida entre uma lista de 25, incluindo o avestruz, a vaca, a borboleta e o crocodilo, entre outros. Neste domingo, às 5 da tarde, a caixa foi aberta pela primeira vez e todos puderam descobrir a identidade dos ganhadores do prêmio de 20\$000, vinte vezes o valor pago pelo ingresso. Tendo recebido a liberdade, o avestruz pôde fazer a felicidade de 23 sortudos visitantes.

Alguns dias depois de sua criação, a novidade passou a ser tratada como escândalo e o jogo do bicho foi posto na ilegalidade em abril de 1895. Proibido por lei, continuou existindo como loteria ilegal. Por esta época os animais já haviam “pulado” os muros do zoológico do barão e construído uma vida nas ruas da cidade. Logo incorporado ao mercado de loterias existentes, o jogo do bicho passou a ser intensamente explorado por *book-makers*, nos armazéns de secos e molhados, nos quiosques, nos mais diversos estabelecimentos comerciais e pelos vendedores ambulantes, e perseguido pela Polícia.

Palavras-chave: **Jogo do bicho, jardim zoológico, civilização, Rio de Janeiro, loteria.**

ABSTRACT

City of São Sebastião do Rio de Janeiro, July 3rd, 1892. This *carioca* winter Sunday inaugurated many entertainments sponsored by the Zoological garden's owner, Mr. João Batista de Viana Drummond, the Baron of Drummond. Visitors received a ticket with a picture of an animal printed on it on entering the Zoological garden. Next to the park's entrance, a wooden box was fixed to a post about 10 feet high. One of these pictures had been hidden inside that box, chosen by the baron himself from a list of 25 animals, which included the ostrich, the ox, the butterfly and the crocodile, amongst others. That Sunday, at 5 PM, the box was opened for the first time and everyone finally discovered the mystery animal within and the identity of the winners of the 20\$000 prize, which was about 20 times the price paid for the ticket. Once "set free", the ostrich made 23 lucky visitors happy.

Within days the novelty attained the proportion of a scandal. In April of 1895, three years after its creation, "*o jogo dos bichos*" – or, "animal game" – was to be banned, but, however, managed to survive as an illegal lottery because by this time the animals had "jumped the walls" of the Baron's zoo and were making a good living on the outside. Betting on the different animals had become a local habit in the capital of the Brazilian Republic and it was possible to buy tickets in places other than the Zoo. With the draw being incorporated to the existing legal lottery, shops owned by the Baron, book-makers, dry goods stores and street peddlers, for instance, offered the people the chance to win money with this game and it was actively persecuted by the Police.

Keywords: **Jogo do bicho, zoo, civilization, Rio de Janeiro, lottery.**



Entre os retalhos do trabalho esquecido: narrativa, memória e história de trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro

Ricardo Medeiros Pimenta

Doutorando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Este artigo tem sua origem na minha dissertação de mestrado¹ sobre a memória coletiva de velhos operários têxteis da cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos como foco da pesquisa suas experiências em duas companhias de projeção no estado do Rio de Janeiro e que compuseram de maneira indelével o panorama econômico e industrial do Brasil, além de participarem na composição do espaço social e urbanístico carioca durante quase todo o século XX: as companhias América Fabril e Nova América.

1 Dissertação de Mestrado intitulada *Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro*, realizada no Programa de Pós-graduação em Memória Social (linha de pesquisa Memória e Espaço) sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Santana. Recebeu Menção Honrosa no Concurso de Seleção de Monografia Arquivo da Cidade/2006 – Prêmio “Professor Afonso Carlos Marques dos Santos” de Pesquisa, promovido pela Secretaria Municipal das Culturas, através do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Um antigo cenário industrial do Rio de Janeiro que hoje se configura como um “depósito” de memória. Por este motivo é que esses antigos trabalhadores têxteis, autênticos “sobreviventes” do tempo, se tornaram o principal foco de nossas questões.

Neste sentido, o que nos parecia cada vez mais claro eram as ricas possibilidades de se falar sobre tais experiências através das narrativas desses homens e mulheres. Contribuindo dessa forma para uma historiografia mais plural e menos lacunar, uma vez que procuramos evidenciar essas vozes que, ao contrário do que algumas visões possam achar, sempre estiveram ali.

Portanto, diferentemente de Joutard, quando afirmou que a força da história oral residia em “dar a voz” (FERREIRA; FERNANDES & ALBERTI, 2002, p. 33) aos esquecidos ou derrotados, entendemos que esses “atores sociais” não deixaram de resistir no tempo e no espaço; e que tampouco lhes faltaram suas vozes. Faltava-lhes sim, por essa lógica, quem os ouvisse.

Assim, as histórias de vida do velho operário e da velha tecelã são, para além dos acontecimentos que acompanhamos e investigamos nas demais fontes escritas ou iconográficas, a possibilidade de “(...) poder compartilhar o gosto que tudo isso deixou na memória de pessoas que realmente viveram esta experiência” (GOMES, FLAKSMAN & STOTZ, 1988, p. 8).

Com as narrativas de alguns ex-operários têxteis, conseguimos que os mesmos apresentassem em um exercício autobiográfico suas visões e “leituras” de seus passados. De certo, sabemos do “terreno fértil” à produção de ilusões (BOURDIEU, 2002, p. 181-191) contido na fala do entrevistado. Ainda assim, são também nessas ilusões – produções de quem tenta criar inteligibilidades, constâncias e sentidos na ação autobiográfica – que correm as “tramas” de uma identidade que se forma e reconhece pelo processo constitutivo da memória.

Neste sentido, ela é, assim como a representação social, uma construção no presente com base em experiências, tradições e quadros sociais – passados e atuais. Por essa linha, os estudos de Maurice Halbwachs, por exemplo, acabaram por se tornar referência nessa pesquisa, da mesma maneira que foram igualmente para a geração de estudiosos da memória social e de suas implicações coletivas.

O que nos chamou a atenção nessa abordagem mais etnográfica foi, portanto, uma pluralidade de questões que, juntamente com uma extensa pesquisa documental escrita e iconográfica, contribuíram em muito para o estudo sobre a questão do trabalho infantil, assim como do cotidiano do operário fluminense, ou das suas práticas culturais, de lazer e de resistências ao controle do tempo-espaço de produção, tão característico das fábricas de tradições e técnicas inglesas.

Como ponto de partida percebemos um dado singular referente às duas companhias citadas. A questão da origem, como a do término por elas vividas. Suas histórias se entrecruzam em dois momentos significativos. Em um momento de criação e em outro de degradação, onde o antigo cenário industrial, da forma que muitos de seus velhos habitantes o conheciam, apagou-se ou se transformou em um novo conjunto de símbolos e funções, tornando possível um “desenraizamento” (WEIL, 1996) daqueles atores que ali se identificavam.

Se não bastasse o fato de algumas das fábricas que compunham a companhia América Fabril terem fechado já na década de 1960 – o que dificultava

encontrar esses antigos operários, pois muitos já haviam morrido ou se mudado –; o outro fator era que algumas das fábricas se localizavam em regiões de extrema urbanização e, assim, de extrema modificação de seus espaços como prédios, condomínios, lojas, shoppings, casas, ruas.

Ou seja, as transformações desses espaços no tempo produziram os “restos” (NORA, 1997, p. 77) do que anteriormente foram os “palcos” de relações sociais ali construídas, defendidas e combatidas. Relações essas que, em diversos casos, são apenas acessadas ou recompostas através da “marcha de baixo” (AUGÉ, 2001, p. 72-73) que essa memória – dos antigos trabalhadores – engendra.

Traçando um breve histórico, no caso da companhia têxtil América Fabril, poderíamos partir de seu momento de criação. A América Fabril teve como ponto de partida o ano de 1878, após a implementação de uma fábrica na região de Pau Grande, em Magé, interior do estado. Já em 1891 comprou e reformou a fábrica, que se chamaria Cruzeiro, na região do Andaraí Grande, freguesia do Engenho Velho; e dessa forma inseriu-se no cenário urbano da capital.

Em seguida, com as aquisições da Fábrica Bonfim, em 1903 – situada no atual Bairro do Caju, na zona portuária carioca –; e da fábrica Mavilis em 1911 – vizinha à Bonfim –, a América Fabril ocuparia definitivamente o quadro das dez maiores indústrias têxteis brasileiras na época.

A companhia progrediu de forma sustentável nos anos que se seguiam, tornando-se a maior companhia têxtil do Brasil em 1920 após adquirir mais uma fábrica. A Carioca, localizada na grande Gávea – hoje, bairro do Jardim Botânico. Além disso, no decorrer dos anos seguintes a América Fabril ainda concentrou outras fábricas como a de Deodoro, no bairro do subúrbio carioca de mesmo nome, e a de Cachoeira Grande, vizinha à Pau Grande.

Quanto à companhia Nova América, sua criação se deveu à ação de um grupo de diretores e acionistas demissionários da antiga América Fabril em 1924. A então “Nova” América não tardou para ocupar um lugar entre as companhias têxteis de maior expressão no Rio de Janeiro até sua falência, também na década de 1980, e sua completa desativação em 1991, quando permaneceu com suas portas fechadas e seus teares desligados durante os anos seguintes. Posteriormente, transformou-se em um shopping center – o Nova América – que, entre outros conjuntos arquitetônicos de fábricas ainda presentes na cidade do Rio de Janeiro, apontou para esta “nova” utili-

dade dada pela atual sociedade do consumo – e descoberta nos últimos anos – para as fábricas desativadas ainda existentes nas cidades.

Assim como a Nova América, a América Fabril entrou em um processo de falência que se iniciou já nos anos 1960. A primeira fábrica a ser desativada foi a Carioca, em 1962. Sua desativação foi seguida rapidamente pela corrida do mercado imobiliário, que tratou de apagar rapidamente seus vestígios quase por completo. Logo depois foi a vez da Cruzeiro, entre os anos 1968 e 1969, que remanejou parte de seus operários para as que restaram, como Bonfim e Mavilis, Pau Grande e Deodoro.

Em seu terreno, quase tudo foi demolido e dividido entre estatais, que trataram de instaurar uma nova ordem e função naqueles locais. Hoje, parte de sua área é ocupada pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal e por um condomínio residencial de prédios, cuja construção se deu anos depois – através do financiamento do BNH –, chamado de “tijolinho” pelos moradores do bairro.

Os anos que se seguiram, após a desativação dessas duas primeiras fábricas, não foram diferentes daquele de 1971, quando a fábrica de Pau Grande e as duas do Caju foram desativadas, e de 1983, ano em que finalmente fecharam a Santana e a Deodoro. Em meio a essa “erosão” do espaço fabril na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro, restaram apenas os operários que, quando possível, procuravam a aposentadoria como refúgio à medida que envelheciam à sombra do que antes fora o seu local de trabalho.

Para esses antigos trabalhadores, o envelhecimento e o afastamento de seu lugar de trabalho e de sociabilidades tornaram-se um grande desafio não apenas para os novos papéis que eles deveriam se adequar, como para sua identidade que havia sido forjada, desde a primeira metade do século XX, pela experiência do trabalho fabril.

Cabe lembrar que, durante os primeiros 30 anos do século XX a sociedade participou de mudanças profundas no que tangia o espaço sociopolítico, econômico e cultural. Este, então, “novo” espaço de trabalho já detinha nos anos 1920, no que se refere ao setor têxtil, cerca de mais de 40% da população proletária no Rio de Janeiro (FAUSTO, 2000, p. 111). População essa que, em grande maioria, foi margeada pela contundente realidade do trabalho infantil.

Ganhando muito menos do que um adulto, nas companhias têxteis estudadas, as crianças compunham um número expressivo de operários. Serviços

de escolas primárias e creches — muito usadas por políticas industriais patronais, por exemplo — tornavam-se, assim, não só um benefício que muitas vezes seria pago através de uma mão-de-obra “barata” ou “dócil”, quase “agradecida”,² como se tornavam também a extensão do “braço” disciplinador e institucionalizante fabril que por sua vez controlava parte da vida exterior à fábrica.

Ou seja, uma “disciplinarização extensiva” (PERROT, 1988, p. 19) que “docilizava” as gerações futuras de trabalhadores, instituindo-os desde cedo o ritmo do trabalho ali desenvolvido e seus desdobramentos na esfera privada, infligindo às suas famílias as mesmas diretrizes sociais e políticas.

² O termo usado traz consigo uma característica latente nos depoimentos colhidos e no próprio contato com o campo de pesquisa; a gratidão e o afeto desenvolvido pelos integrantes das redes de contato. Diferentemente da companhia América Fabril, o afeto e carinho com a Nova América pelos seus antigos operários pareceram prevalecer de forma unânime.

³ Lei Federal, decreto nº 5.083, de 01 de dezembro de 1926.

⁴ AGCRJ, Divisão de Documentação Escrita e Especial. Serviço de Documentação Escrita; Coleção particular Cia. América Fabril. Livro diário nº 25; p. 59.

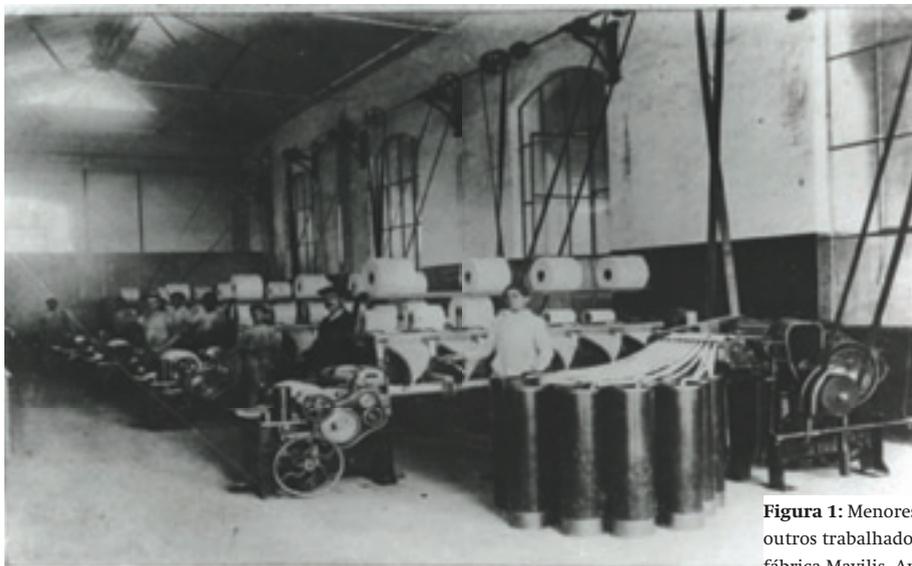


Figura 1: Menores e outros trabalhadores da fábrica Mavilis, América Fabril, S/D. (Col. América Fabril, Seção Iconografia, AGCRJ).

Desde meados dos anos 1920 o trabalho infantil nas fábricas era apenas permitido para maiores de 14 anos.³ Não obstante, a América Fabril posava através de sua política assistencial patronal como uma empresa integralmente preocupada com os operários. Política essa que disponibilizava professores e creches, custeada pela América Fabril,⁴ aos seus funcionários, ou somente à parte deles.

Entretanto, é através da fala de Esmeralda – fiandeira e tecelã da Mavilis na América Fabril, desde meados dos anos 1920 – que percebemos o quanto a política empregada não poderia atender a todos e não confrontava questões vitais para a empresa, como o trabalho de crianças abaixo dos 14 anos. Afinal, a idade não se apresentava como empecilho, uma vez que a própria administração da fábrica a alterava para registro:

Antigamente a gente... Como é que se diz? É... Não, não dava a idade certa por que tinha que fazer isso, porque não existia ainda carteira. (...) Então a gente aumentava lá... o pessoal lá, lá do escritório aumentava a idade (ESMERALDA SERENO, entrevista ao autor, 2004).

Para grande número destes antigos operários a ida à fábrica esteve intimamente ligada com a necessidade de dinheiro para suas famílias e, assim, da contribuição para o orçamento da casa:

⁵ As palavras eventualmente destacadas entre colchetes expressam percepções do entrevistador quanto ao ambiente ou às emoções durante a fala dos entrevistados. Todos os fragmentos seguirão – quando necessário – este mesmo parâmetro.

Saí do colégio primário, não cheguei a fazer o segundo grau, meu pai adoeceu e faleceu. Eu era a filha mais velha de duas menores... (...) e eu tive que correr atrás de trabalhar na Nova América. Eu tinha uma tia que trabalhava no pano cru. E ela disse: Ah! Eu posso fazer um pedido na Nova América pra ela. Então eu fui trabalhar, com 14 anos, ainda não tinha 15; e fui trabalhar na espuleira. Espuleira é o lugar onde prepara o fio pra fiação. Então fui pra espuleira (...) (ISABEL BATISTA, entrevista ao autor, 2005).

Fato que ocorreu da mesma maneira com “Toninho” (ex-operário da Companhia Nova América), que começou a trabalhar na mesma companhia que seu pai integrava desde a formação, em 1924:

22 de janeiro de 1946, a pedido do meu pai, seu Avelino José Fernandes, pediu e tal, tem um filho que queria ingressar... Bota lá pra trabalhar, pra ajudar ele também na ajuda do orçamento da casa... (...) aí meu pai pediu, sabe? (...) dali a minha carreira começou. Meu pai pediu, aí eu fui pra fiação... pra fiação nova, por que meu pai era chefe da fiação velha (...) (ANTONIO FERNANDES, entrevista ao autor, 2004).⁵

Da mesma forma, outros companheiros de fábrica, como no caso de Agenor – também um ex-operário da Nova América desde 1949 –, compartilham as mesmas questões acerca dos motivos para o ingresso nas fileiras operárias:

(...) nós viemos numa situação muito difícil né, (...) foi uma época de muitas privações; (...) Aos treze anos, quando veio nossa necessidade, começar a trabalhar, eu comecei a trabalhar (...) numa seção de... tinturaria de pano (...) Um lugar assim de uma insalubridade muito grande, muita insalubridade, muito calor, né? E... eu com meus 13 anos encarei, enfrentei aquela situação [emoção] (AGENOR RODRIGUES, entrevista ao autor, 2004).

Nesse kosmos laborioso, os acidentes tratavam de “marcar” ainda mais a infância “consentida” pelo apito da fábrica. Para alguns trabalhadores, como dona Esmeralda, está no toque da pele:

Existia um caixote que a gente botava algodão (...) E eu quando empurrei com a mão, a mão escapuliu e entrou dentro do tambor... Que roda, pra rodar as espulas pra encher. Então, aqui a marca. [dona Esmeralda mostra em sua mão cicatrizes que denunciavam um antigo ferimento. Um pouco mais suaves pelo tempo, porém extensas, as cicatrizes mostravam assim que o acidente fora já há muitos anos]. (...) levei 3 meses pra curar isso aqui (ESMERALDA SERENO, entrevista ao autor, 2005).

Assim como Esmeralda, o senhor Herrero também se tornou vítima da inexperiência e do maquinário de funcionamento intermitente. O

6 AGCRJ. Setor de documentos textuais. Livro diário nº 25; e p. 122. Acervo Companhia América Fabril.

trabalho, vindo igualmente como um precoce signo de independência e maturidade, não lhe apresentou só bons momentos. O acidente que lhe mutilara a mão direita em uma prensa, causando a perda de três dedos, marcara bem a época de sua entrada na fábrica. Assim como o dele, outros acidentes da época de sua infância mostravam-se muito comuns, especialmente em determinadas seções da fábrica, como era a seção da chamada “máquina do Diabo”.

Uma máquina que tinha uma porção de lâmina assim que trabalhava assim [gesticula com os braços], sabe? (...) Não sei como é que fazia, só sei que o algodão era jogado ali, e, e, em bruto; aquelas facas trituravam, tanto que cortou vários braços, e um monte de operário aí ficaram sem braço, sem mão, porque... descuidava na hora de, descuidavam conversando, brincando, contando caso e tal... Às vezes, descuidava e pá! (...) não tinha indenização, não tinha nada (...) (ANTONIO HERRERO, entrevista ao autor, 2004).

De fato, a falta de segurança dentro das fábricas e de suas respectivas seções compunha intensamente os dias de trabalho. Para “cobrir” os acidentes, as fábricas contavam com caixas de beneficências desde meados dos anos 1920, atendendo já em 1926 mais de 6.500 operários.⁶ No entanto, após o contato com as experiências de acidentes vividas pelos entrevistados, passamos a

questionar se os acidentes e demais enfermidades não compuseram um número maior do que os registros das fábricas.

Nesse escopo tal fato nos leva a pensar igualmente em como o operário – como apontou Leite Lopes, no caso dos trabalhadores do açúcar – não só naturalizava suas condições de trabalho bem como sua respectiva insalubridade, entendendo que tal infortúnio estaria intrínseco a sua categoria social, como se deixava influenciar pelo “‘fetichismo’ do salário-hora” (LOPES, 1976, p. 100-115).

Ao lembrar-se dos antigos dias em que varria o chão, um dos antigos trabalhadores da Nova América – o aposentado Antonio Borges – percebe o “outro lado da moeda” que ajudou a cunhar durante seus dias de trabalho.

Na Nova América, os chefes, (...) Era aquela coisa assim, bruta entendeu? (...) eles não tinham assim aquele cuidado com... a preocupação com a integridade física do funcionário, cada um cuida de si! Então o, o... Garoto trabalhava descalço! (...) fica tudo sujo de poeira, e você trabalha com ali diversos parafusos, é prego, é coisa que, que usa na máquina, né? E você às vezes vai tirar, uma vez eu fui tirar, (...) espetou o troço no meu pé (...) Uma imprudência que não havia uma fiscalização da direção da empresa (ANTONIO BORGES, entrevista ao autor, 2005).

Para todos que entraram jovens, o processo de inserção no espaço fabril apontara de forma contundente para uma condição de “interrupção” da infância, ou parte dela, devido à relação de trabalho indústria/operário submetida e às suas conseqüências. Entretanto, ressaltamos que isso não nos deve servir como justificativa para entendê-los sob um sistema de controle total e absoluto, unicamente.

Afinal, nesses mesmos espaços de opressão, controle e perigo os operários criavam meios para burlá-los, marcando não só uma identidade coletiva forte como uma cultura rica e atuante.

Ao falar sobre os meios de lazer dos operários, muito de suas particularidades e de seu grupo vieram à tona. Tal fato contribuiu para o entendimento de que as práticas de lazer, longe de ser uma mera ferramenta para a ratificação da alienação marxista (QUINTANEIRO, BARBOSA & OLIVIERA, 2002, p. 51-52), estiveram presentes entre as diversas formas de resistência, controle e identidades existentes na vida do trabalhador fabril.

No que tangia ao carnaval e suas comemorações, os trabalhadores recorreram à utilização de estratégias que sinalizavam a resistência à vontade

patronal de continuidade da produção em detrimento das comemorações e festas populares.

Quando era perto do carnaval, então que eles botavam pra trabalhar no carnaval... aí é que o pessoal ficava [risos] enfezado mesmo. [risos] (...) paravam as máquinas e toma-lhe bloco pra lá e pra cá, dentro da fábrica (...) Eles não faziam, eles não podiam fazer nada (...) [risos] Aí, o... o pessoal fazia [risos] o bloco pra lá e pra cá [risos] (SILVIA MINISTÉRIO, entrevista ao autor, 2004).

De forma bem detalhada, as imagens que se transformam em expressões e palavras descrevem como os operários combatiam o trabalho no carnaval e como os diretores acabavam por mandá-los embora de folga pelo dia, já que não conseguiriam controlá-los dentro da fábrica.

Eles andavam brigando, chamavam o gerente, aí quando vinha aí o gerente via que não tinha jeito mesmo e dizia: 'Oh é melhor é deixar isso mesmo por que não tem jeito.' Aí, soltava o pessoal, aí ia todo mundo pra área de bloco pra rua, né? (SILVIA MINISTÉRIO, entrevista ao autor, 2004).



Figura 2: Músicos da Associação de Operários da América Fabril, 1924 (Col. América Fabril, Seção Iconografia, AGCRJ).

O futebol também esteve marcado fortemente na atuação dos operários cujos jogos fizeram forte parte do convívio social ao longo dos anos, mobilizando um grande número dos moradores locais, não apenas ligados à fábrica.

A gente fazia um festival aqui no campo, pra jogar... E, era, era a nossa diversão! Era, o futebol!, estudar... estudava, e, e... o baile, quando tinha um bailezinho lá... (...) clube

carioca que era o clube do baile naquela época (ANTONIO HERRERO, entrevista ao autor, 2004).

Os meios de ligação do operariado pelo lazer e por eventos sociais, muitas vezes similares em ambos os locais, cerziam-lhes uma identidade comum independente da unidade fabril da companhia, ou até do próprio tempo. Nas comemorações, portanto, o sentimento de pertencimento ao grupo e ao espaço de festividades nos remete a Blondel, para quem, nesses momentos, “(...) nossa vida encontra-se incessantemente mesclada à vida de nosso grupo (...)” (BLONDEL, 1966, p. 162).

Essas formas de expressões disseminadas nos meios associativos e de trabalho já estavam fortemente distribuídas nos espaços de sociabilidade da primeira metade do século XX (BATALHA & FORTES, 2004, p. 96). Espaços esses que, juntamente com o progresso e sua desintegração, vêm ameaçando a preservação de uma identidade.

Visto pela ótica de Pennebaker e Basanick, as lembranças aqui exemplificadas – embora não estejamos falando de sucessos e acontecimentos de níveis nacionais ou mundiais – são também dotadas de valores sociais característicos e importantes para aquele grupo que recorda: “(...) a maioria das recordações têm um componente social” (PENNEBAKER et alii, 1988, p. 33).

Isto é, um “componente social” que, além do papel e de sua materialidade, se faz presente a cada palavra, a cada expressão, e que pela sua própria natureza efêmera acaba logo após começar. Seja pelo aliciamento de mão-de-obra infantil, seja pelas festividades, seja pela atuação política que unia os operários.

Qualquer coisa: ‘pára o tiar’ [sic], (...) A gente parava tudo porque queriam resolver um aumento, qualquer coisa, e a gente tinha que parar pra ajudar (...) Olha, foi uma luta! não gostei daquela luta não, não gostei não, porque a gente vivia de coração na mão, porque... Meu filho, era uma coisa [fala sobre o comunismo] que se dizia aqui no Brasil ilegal, não é? (SILVIA MINISTÉRIO, entrevista ao autor, 2004).

Lembranças, portanto, do trabalho. E das diferentes representações e veículos que ali se instauraram em seu cotidiano. Como a presença do comunismo, por exemplo, que nessas unidades levou seus dirigentes a agir com maior arbitrariedade, taxando de forma indiscriminada quaisquer ações pela vaga do comunismo. Instaurando um “medo” silencioso no espaço fabril.

Naquela época ninguém podia falar que era da esquerda porque entrava no cacete, né? Só falava com uma pessoa muito chegada, né? muito amiga. Que se, não deixava ninguém ouvir, porque... (...) a gente conhecia um ou outro, que, que se dava, mas no meio do trabalhador nosso, nosso povo mesmo, tinha muita gente que não valia nada! Que entregava o próprio companheiro, 'fulano é comunista' (...) você empregava quem você queria, e tinha que fazer o que você queria! E se você fosse dar queixa, ele o patrão ia dizer que você era comunista! (ANTONIO HERRERO, entrevista ao autor, 2004).

A imagem “subversiva” do discurso comunista servia como um “vetor” para o crescimento das atividades de controle patronal, justificando-as através da imagem do “inimigo” da indústria capitalista e do modelo corporativo idealizado pelo Estado.

O discurso comunista tem um argumento incrível, né? (...) até que veio a revolução de 64 (1964), mas eles não baixaram a crista não, punham a banca pra dentro, então a Nova América foi também afetada mas na Nova América era difícil o operário fazer greve até aquela identificação que eu te disse com a assiduidade, porque o cara ficar parado vai perder dinheiro pra caramba, vai ficar malvisto dentro da empresa (AGENOR RODRIGUES, entrevista ao autor, 2004).

Nas histórias de vida cada um desses momentos passados que nos foi trazido pela construção do discurso traz consigo um conjunto de significados e valores que compõem aquele personagem com base em sua memória.

⁷ Adjetivação usada com a intenção de apresentar assim a condição mais visível e socialmente imposta pela sociedade como ponto de referência ao sujeito social que passa a ser assim desqualificado.

Desta forma, nossa intenção fora não só chegar às fontes primárias de ambas as companhias, uma vez que também o fizemos, mas sim “ouvir” estes ex-operários. Ouvi-os enquanto “habitantes” de um espaço sociopolítico de exclusão ainda crescente, onde a figura do “velho operário”⁷ está calcada por ações de esquecimento e desvalorização política e social (SANTANA, 1998).

FONTES

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Coleção particular Companhia América Fabril*. Divisão de Documentação Escrita e Especial.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Coleção particular Companhia América Fabril*. Divisão de Iconografia. Séries Educação, Patrimônio, Lazer e Saúde.

Bibliografia

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Rio de Janeiro: Papirus, 2001.
- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Orgs.). *Culturas de classe*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.
- BLONDEL, Charles. *Introducción a la psicología colectiva*. Buenos Aires: Ed. Troquel, 1966.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CANDAU, J. *Mémoire et identité*. Paris: Press Universitaires de France, 1998.
- DE DECCA, Edgard. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Jannaína (Orgs.). Apresentação. In: *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Ethnography: Principles in practice*. 2 ed. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- MOSCOVICI, S. VIGNAUX, G. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- PÁEZ, D.; VALENCIA, J.F.; PENNEBAKER, J. W.; RIMÉ, B.; JODELET, D. (Orgs.). *Memórias colectivas de procesos culturales y políticos*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1998.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Anais do XXII Encontro Anual da Anpocs*. 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Maria Rodrigues. *O fio da meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.
- WEIL, Simone. *O tnrzaimento*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001. Col. Mulher.

RESUMO:

Esta pesquisa analisa alguns dos aspectos do trabalho e das condições sociais experimentadas pelo operariado das companhias têxteis América Fabril e Nova América ao longo do século XX, através das memórias dos próprios trabalhadores. Partimos da idéia de que os “retalhos” de seus depoimentos individuais são partes de um *locus* coletivo e de uma identidade os quais são construídos e mantidos pelas lembranças e esquecimentos referentes ao espaço do trabalho. Fazendo uso da História Oral como método de abordagem e coleta das falas destes operários, incorporamos em nosso estudo sobre mundo do trabalho as experiências e as construções dos próprios trabalhadores.

Palavras-chave: **Memória, Trabalhadores, Identidade, História do Trabalho.**

ABSTRACT:

This research analyzes some aspects of the working and social conditions experienced by the workers at *América Fabril* and *Nova América* textile companies during the 20th century, from their own memories. Thus, we began with the idea that this “patchwork” of individual recollections is part of a collective *locus* and identity which arises from and is maintained by the collective memories, and lapses, directly connected to the work space. By using Oral History as the methodological approach and gathering these workers’ narratives, we incorporate the experiences and achievements of these workers to our study of the “worker’s world”.

Keywords: **Memory, Workers, Identity, History of Labour.**



Paschoal Segreto “Ministro das Diversões do Rio de Janeiro” (1883 – 1920)

William de S. N. Martins

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Os jornais do Rio de Janeiro, no dia 23 de fevereiro de 1920, tinham em suas primeiras páginas a notícia do falecimento de Paschoal Segreto. No dia seguinte, foram publicadas matérias e fotos sobre o enterro que mobilizou toda a cidade, e durante mais de uma semana, vários jornais publicaram colunas a respeito do “popular empresário Paschoal Segreto” (*Correio da Manhã*, 23 fev. 1920). Segundo o jornal *Correio da Manhã*, o cortejo fúnebre foi acompanhado por 500 carros contendo aproximadamente duas mil pessoas, além de centenas de outras que se amontoavam para ver o corpo do falecido. Ainda segundo a mesma matéria: “Não há exemplo de enterro tão concorrido como esse, tratando-se de um homem do povo” (*Correio da Manhã*, 24 fev. 1920). Foram várias as personalidades que estiveram na localidade ou que mandaram representantes.

Também Costa Rego afirmava que a data deveria ser lembrada, pois Paschoal

passou a vida a empreitar cafés-concerto, can-cans, carrosséis, frontões e mulheres de operetas. Esse homem deve, pois, ter divertido muita gente (Correio da Manhã, 28 fev. 1920).

Mas quem foi esse personagem que mereceu um enterro com ampla cobertura da imprensa e a presença de importantes figuras do cenário nacional? A família Segreto teve atuação destacada no cenário carioca e brasileiro na virada do século XIX para o XX, posto que, além de introduzirem o cinema no país, tornaram-se proprietários de grande fatia do mercado de diversões públicas no Rio de Janeiro. Também tiveram casas de diversão em Petrópolis, Campos, Juiz de Fora e São Paulo.

Paschoal Segreto nasceu em 22 de março de 1868, em San Martin di Cileno, província de Salerno, Itália, e mudou radicalmente sua vida ao decidir embarcar, em 1883, no vapor Savoie que, saído de Marselha, fez escala em Gênova, onde ele e seu irmão Gaetano embarcaram. O destino final do vapor

era o Brasil, mais especificamente o porto do Rio de Janeiro.¹ Logo que chegaram à cidade, foram encaminhados para a hospedaria da Ilha das Flores. Esta hospedaria, criada pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização, cuja missão era estimular a imigração para o Brasil e tentar suprir o mercado de mão-de-obra, situava-se na Baía de Guanabara, nas proximidades da cidade de Niterói. Foi criada em 1879 e se destinava a receber os imigrantes chegados ao porto do Rio de Janeiro. Os recém-chegados ficavam no local apenas o tempo suficiente para o desembarço de suas bagagens na alfândega e a indicação de seu destino final. Assim que aportaram no Rio de Janeiro, os irmãos Segreto foram encaminhados para a hospedaria. Seus registros de entrada foram feitos em 24 de maio, mesmo dia da chegada ao porto do Rio de Janeiro, e os de saída, um dia depois.² Cumprindo suas obrigações, a hospedaria mandou os Segreto para São Paulo.

Não é possível afirmar que tenham ido para São Paulo, uma vez que não havia garantias de que o imigrante seguisse rigorosamente as indicações fornecidas pela hospedaria. O que provavelmente aconteceu com os Segreto é que tenham ficado no Rio procurando maneiras para sobreviver na cidade.

O pacote do qual desembarcaram era um dos muitos que vinham da Itália trazendo imigrantes, e o *Savoie* contava com 397 passageiros.

Fizeram a viagem alojados na terceira classe do navio. Ao que tudo indica, os irmãos Segreto chegaram ao Brasil sem recursos financeiros. O principal indício disso foi o fato de eles terem sido presos inúmeras vezes.³ Treze anos depois de sua chegada, solicitariam o cancelamento das anotações em seus prontuários alegando terem

*cometido algumas pequenas faltas na sua meninice e [pedindo] que [fossem] canceladas as respectivas notas, por isso que atualmente são homens benquistos na sociedade e considerados.*⁴

Tendo ficado conhecido como Paschoal nos registros de entrada foi, não obstante, anotado com o nome de Paschoale Segreto. Possivelmente a pronúncia e posteriormente a escrita de seu nome mudaram no dia-a-dia da cidade. A chegada à então capital do Império se deu quando ainda novo, com apenas 15 anos. Na data de sua morte, em 22 de fevereiro de 1920, com 52 anos, já era um ilustre morador do Rio de Janeiro. Os noticiários da época publicaram du-

1 Arquivo Nacional. Registro de Vapores. Microfilme 052-95. 1883.

2 Arquivo Nacional. Registro de entrada de Imigrantes. Microfilme 006-92 Livro. 09. 1883.

3 Arquivo Nacional. GIFL. Caixa 6c-023. 5 fev. 1897. Paschoal foi preso 13 vezes enquanto Gaetano, nove.

4 Arquivo Nacional. GIFL. Caixa 6c-023. 5 fev. 1897.

rante vários dias a notícia de seu falecimento, destacando sua personalidade, seus negócios, sua família e outras peculiaridades de sua vida. As extensas e ilustradas matérias serviram para a consolidação do mito de Paschoal Segreto como o grande homem dos divertimentos públicos cariocas.

Segundo o *Correio da Manhã*, a enfermidade do empresário vinha se arrastando ao menos por um ano. No dia 31 de agosto do ano anterior acordara com paralisia e língua trôpega. Embora tivesse se recuperado, teve de passar por longo período de repouso. Contudo, sua diabete fez com que uma furunculo-se que apareceu no dedo se alastrasse por toda a mão direita, gangrenando e levando-o a uma intervenção cirúrgica. (*Correio da Manhã*, 23 fev. 1920). Essa situação durou até o dia de sua morte, à uma hora da tarde, em sua residência em Santa Teresa.

As manifestações de pesar não se ativeram apenas aos elogios, fazendo alguns jornalistas críticas ao empresário. No entanto, a maioria, serviu para exaltar a figura de Paschoal. Um jornalista escreveu que aquela era uma das mortes mais sentidas nos últimos tempos porque

o Rio tinha três figuras tradicionais e populares cada qual no seu ofício: Susana Castera, Paschoal e – perdoa-me, Senhor! – a irmã Paula. (...) Paschoal Segreto era, a seu modo e observadas as proporções, uma espécie de irmã Paula do mundo boêmio (Gazeta de Notícias, 25 fev. 1920).

O enterro, além de ter contado com a presença de importantes figuras do cenário carioca, como o ator Procópio Ferreira, o empresário teatral José Loureiro e o escritor Lafayette Silva, atraiu centenas de pessoas. O escritor Bastos Tigre, enfatizando a presença da expressiva quantidade de pessoas, disse que a homenagem contou com “grande massa deste povo carioca de quem ele foi amigo risonho e bem humorado” (*Correio da Manhã*, 26 fev. 1920).

O caixão saiu às 16 horas da residência de Paschoal, na rua Corrêa de Sá, nº 3, em Santa Teresa, próxima ao Largo dos Guimarães, e foi encaminhado para um bonde da Companhia Ferro Carril Carioca, que partiu em direção ao centro da cidade. Chegando meia hora depois ao Largo da Carioca, o cortejo dirigiu-se para a Praça Tiradentes, onde ficava a maioria dos negócios de Paschoal (*Jornal do Brasil*, 24 fev. 1920). Tendo chegado à praça, o caixão passou em frente aos seus empreendimentos, a Maison Moderne, o Teatro Carlos Gomes e, por fim, parou em frente ao Teatro São Pedro, onde foi o ataúde colocado em um coche de primeira classe, de estilo Luís XV, que era puxado por quatro imponentes cavalos negros.

O préstito passou pela rua Visconde do Rio Branco, avenidas Gomes Freire e Mem de Sá, ruas Maranguape, Lapa, Glória, Catete, Marquês de Abrantes, Praia de Botafogo e ruas da Passagem e General Polidoro. Chegou ao cemitério São João Batista, em Botafogo, pouco depois das 17h30. Vicente Ferreira, que, segundo os jornais, era um conhecido orador popular, pronunciou as últimas palavras, enaltecendo as qualidades do falecido e, só então, o caixão desceu definitivamente ao carneiro número 2.806 da quadra 41.

O mausoléu da família Segreto foi comprado em 1884, por causa do falecimento do irmão José Segreto, mas o título de perpetuidade só foi concedido em 1899, sendo os concessionários Paschoal e Gaetano.⁵ Quando hoje se visita o local onde Paschoal foi enterrado, o que se encontra é um mausoléu com aproximadamente três metros de altura. Na parte mais alta surgem três imponentes mulheres. A primeira, que detém asas, pede silêncio aos que se aproximam do local, a que fica ao lado esquerdo do visitante carrega no seu peito apenas uma máscara teatral, a da tristeza, e a do lado direito, olha, enternecida, o túmulo. A escultura conta, ainda, em uma lateral, com máscaras teatrais esculpidas e, na outra, com uma prensa e uma réplica da capa do jornal *Il Bersagliere*, que foi de propriedade dos irmãos Segreto. Na frente do mausoléu estão esculpidas as faces de Gaetano e Paschoal, embora os despojos do primeiro tenham sido enterrados na Itália.

O mausoléu não teve espaço para tão grande número de coroas de flores e grinaldas que foi enviado à família de Segreto, pois tamanha foi a demanda que foi preciso mandar vir com urgência flores da região serrana, pois as da capital já haviam se esgotado (*Jornal do Comércio*, 24 fev. 1920).

⁵ Santa Casa da Misericórdia. Rio de Janeiro. Cemitério São João Batista. Livro. 102. fl. 133.

Paschoal foi muito lembrado nos dias seguintes à sua morte. Morreu como um personagem famoso, mas era conhecido da imprensa carioca havia muito tempo. Quando o jornalista Paulo Barreto, conhecido como João do Rio, manifestou suas impressões sobre a noite no *Moulin Rouge*, escreveu que era o “*manager* Segreto, gordo e ardente” que fazia as honras da casa para alguns ilustres frequentadores. Era dessa forma que o conhecido jornalista carioca via o Segreto quando escreveu a coluna “A nudez no *Moulin Rouge*” (*Gazeta de Notícias*, 14 jun. 1908).

Paschoal Segreto também teve algumas de suas características destacadas quando Lima Barreto escreveu o romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Nele, o autor associou os personagens ficcionais a figuras do cenário carioca. Assim, na ficção, um dos mais conhecidos jornais do Rio era *O Globo*,

mas na realidade era o *Correio da Manhã*; Veiga Filho seria Coelho Neto, enquanto Laje da Silva seria Paschoal Segreto (BARBOSA, 2002, p. 196-197).

Laje da Silva é um padeiro de Itaporanga que viu pela primeira vez Isaías Caminha no trem que ia para a capital federal. Sem que Isaías o percebesse no trem, posto que estava dormindo, quando chegaram ao hotel, Laje sentou-se à mesa com Isaías no intuito de jantar e os dois travaram os primeiros contatos.

Vindo do interior com a intenção de estudar, Isaías era desconfiado e logo suspeitou do padeiro que lhe era muito simpático. Ele

era um homem baixo, de membros fortes, que respirava com força e desembaraçadamente. Falando, torcia com a mão áspera, de antigo trabalhador, o bigode farto. Descobria-se que na sua mocidade se entregara a trabalhos grosseiros, mas que, de uns tempos a esta parte, gozava de uma vida mais fácil e leve. O seu olhar, inquieto e fugidivo, mas vivo, quando se fixava, era de velhaco mercadejante, bem com o código e as leis.

[...]

As suas maneiras ambíguas e ao mesmo tempo desembaraçadas, o seu olhar cauteloso, prescrutador e sagaz, junto ao seu ar bonacheirão e simplório (BARRETO, 1983, p. 41-42).

As características atribuídas por Lima Barreto ao seu personagem em muito se assemelham às de Paschoal, não só as físicas, mas a sua simpatia, pela qual ficou conhecido.

Isaías notou o grande interesse de Laje da Silva pelo mundo dos jornais e pelos jornalistas “no teatro e na rua, [cumprimentava] mais de uma dezena deles”. Laje da Silva

conhecia minuciosamente toda a vida jornalística. Informava-me sobre os nomes dos redatores, dos proprietários, dos colaboradores; sabia a tiragem de cada um dos grandes jornais, como a de cada semanário de caricaturas... Havia nisso uma mania pueril ou o que era? Não se manifestava homem de leituras, político ou dado às letras; não lhe senti a mais elementar preocupação intelectual; todo ele me pareceu convergido para os negócios, para as cousas de dinheiro, especulações... Por isso, a sua jovialidade e sociabilidade não impediram que, aqui e ali, reptassem em mim alguns propósitos sobre a sua honestidade (BARRETO, 1983, p. 45-46).

As desconfianças quanto à honestidade do padeiro também parecem ser características atribuídas a Paschoal. No decorrer da sua vida foi acusado várias vezes de ter relações com o jogo e outras atividades ilícitas.

As suspeitas de Isaías continuariam no decorrer do tempo em que teve contato com Laje da Silva. Recebia dele a mais devotada atenção, no entanto “continuava a sentir no padeiro muito de desonesto, de falcatrueiro, para [se] ligar inteiramente a ele” (BARRETO, 1983, p. 60). É fato que com o passar do tempo alguns indícios vão colaborar para a idéia que Isaías Caminha fazia de Laje. Quando foi procurar emprego em *O Globo* viu Laje da Silva entrando na redação do jornal “com aquelas suas maneiras atenciosas, com aquele seu ar indecifrável” e ir falar com o jornalista Oliveira. Quando saiu ouviu alguém dizer que aquele é que era “águia”. Prontamente o jornalista respondeu que “águia é um cavador de negociatas, de arranjos desonestos; ele não. Não há uma bandalheira em que se diga que ele se meteu...”. No mesmo momento alguém retrucou sobre algumas notas falsas atribuídas a Laje, ao que Oliveira respondeu prontamente: “ninguém está livre de que um tratante pague uma dívida em notas falsas e, na boa fé, vir fazer pagamentos com elas...” (BARRETO, 1983, p. 100).

Devido ao sucesso financeiro que teve durante a vida, alguns consideravam que o “popular empresário Paschoal Segreto” havia sido o verdadeiro *self made man*, homem que chegou da Itália “para fazer a América” e se tornou rico e próspero. Realmente, sua história se reveste de um caráter excepcional pelo fato de que, em pouco mais de 30 anos, conseguiu montar um “império” de diversões, tendo para isso ligações com importantes figuras do cenário político carioca.

Mesmo descrevendo Paschoal como um vencedor, os noticiários discordavam, pois uns o viam como um parvo e outros como homem dotado de uma mente brilhante. O autor teatral Viriato Corrêa apontou essa questão ao lembrar do comentário feito a ele pelo empresário teatral Luiz Galhardo: “o Paschoal Segreto não é nem inteligente nem estúpido, nem ladino nem ingênuo, nem bonito nem feio – é Paschoal Segreto” (*Correio da Manhã*, 27 fev. 1920).

Para Viriato Corrêa, Paschoal

realizou esta estranha originalidade, este incrível absurdo: durante vinte anos foi empresário teatral, ganhou a sua fortuna nisso, e nunca em dias de sua existência entendeu nem quis entender de teatro (*Correio da Manhã*, 27 fev. 1920).

Mesmo não fazendo parte do espetáculo, Paschoal sempre opinava em tudo o que pudesse render mais lucros para a empresa. O caso mais interessante neste sentido foi o que aconteceu com o próprio Viriato. Em 1915, foi mon-

tada a peça *A sertaneja*, de Viriato e Chiquinha Gonzaga. Como a peça era grande para caber nas três sessões, Paschoal pediu para tirar 20 minutos do espetáculo. O autor se negou terminantemente e, apontando para a parede, perguntou ao empresário:

- *Que representa aquele quadro Paschoal?*

- *Uma espanhola, [respondeu] depois de se voltar para a parede.*

- *Mas se eu tirar as castanholas, as sandálias, a mantilha, o saleroso, o moreno do rosto, fica uma espanhola? (...)*

Ele ergue-se subitamente da cadeira:

- *Mas não é isso que eu estou pedindo. O que eu quero é que me façam a espanhola mais magra (Correio da Manhã, 27 fev. 1920).*

Outro conhecido caso anedótico da vida de Paschoal foi escrito por Costa Rego. Ele dizia que durante muito tempo Paschoal guardou um leão na *Maison Moderne*, local que servia para vários tipos de diversão. Contudo, um problema entre o proprietário do animal e Paschoal fez com que o caso fosse a juízo. Tendo o proprietário ganho a ação, foram os oficiais de Justiça executar a sentença. No momento em que chegaram para pegar o leão, Paschoal se recusou, não a entregar o animal, mas a jaula. Comprovou com o recibo de compra que era dono da mesma e, como ninguém se atreveu a levar o leão fora da jaula, Paschoal ganhou mais alguns dias para explorar a atração (*Correio da Manhã*, 28 fev. 1920).

Esses casos espalhavam-se pela cidade. Paschoal era visto, ao menos entre os que escreveram os necrológios, como uma pessoa que sempre tinha resposta para tudo, embora “enrolando um pouco as palavras com o seu sotaque de italiano do sul” (*Gazeta de Notícias*, 25 fev. 1920).

Sendo descrito como um “tipo de italiano meridional, baixo, atarracado, sob um físico vulgar”, foi unânime a opinião dos jornais de que tinha “uma bela alma simples e bondosa” (*Correio da Manhã*, 27 fev. 1920).

Os hábitos mais corriqueiros de Paschoal também foram relatados por seus contemporâneos, como, por exemplo, o fato de não usar relógios. Sempre perguntava as horas nas portas do comércio e, às vezes, quando aparecia com um relógio novo, era para jogá-lo contra a parede no primeiro momento de fúria. O seu gosto pelo fumo também não escapou aos comentários dos que escreveram sobre seus costumes, pois embora apreciasse as tragadas, constantemente pedia cigarros aos amigos, já que nunca os tinha. Outro

fato relatado foi o seu dia-a-dia no mundo do teatro, do jogo, da bebida e com as mulheres. Segundo Bastos Tigre, embora estivesse imerso na vida noturna carioca, ele “não entendia de arte, nem jogava, nem bebia, nem cortejava as damas de vida airada” (*Correio da Manhã*, 26 fev. 1920).

Certamente, porém, seu traço mais marcante foi a vocação de empreendedor:

a recordação mais viva que se guardava era a de uma criatura em luta permanente contra as adversidades dos negócios: uma letra a vencer, uma hipoteca a levantar, um pagamento a exigir; e ele geria, com o ar de quem se esgotava num trabalho de equilíbrio financeiro superior às suas posses, todo um sistema de diversões públicas (*Correio da Manhã*, 28 fev. 1920).

Os dois irmãos conseguiram montar grandes empreendimentos no Rio de Janeiro. Gaetano Segreto foi trabalhar com a venda de jornais e ficou conhecido também por implementar o sistema de bancas fixas, sendo, posteriormente, dono do jornal *Il Bersagliere*, além de um influente membro da comunidade italiana tanto no Rio como em São Paulo. Paschoal se voltou para o ramo dos divertimentos públicos, tornando-se dono de vários teatros, casas de espetáculo e jogos. De fato, os irmãos sempre estavam juntos nos negócios e em diversas transações comerciais Gaetano aparece como procurador de Paschoal.

O que facilitou a vida de Paschoal Segreto foi o contato com pessoas importantes do cenário carioca. Uma das personalidades que mais veio a influenciar a vida de Paschoal foi José Roberto da Cunha Salles. Cunha Salles ficou conhecido como quem mais registrou patentes de invenção no Brasil. Suas invenções eram bastante diferentes entre si, podendo ser encontrado desde um vinho toni-nutritivo denominado “Vinho Vivificante” até um “Sistema de bilhetes para espetáculos de teatro e diversões congêneres, realizado mediante máquina”. Mas as invenções de Cunha Salles também serviam para a exploração do jogo ilegal, em geral variações do tradicional jogo do bicho. Como fachada para os jogos, montava empreendimentos como a Lanterna Mágica e o Pantheon Ceroplástico, um museu de cera de personalidades da história nacional, do qual Paschoal foi sócio. A peculiaridade do museu era que o ingresso que era comprado na entrada vinha numerado no verso e essa numeração daria direito ao visitante de participar de um sorteio no qual, se ganhasse, receberia um pôster de um vulto histórico. Caso o cliente não quisesse o pátrio prêmio, o próprio Pantheon se encarregava de trocá-lo por uma quantia em dinheiro...

Certamente o negócio que veio a render maior notoriedade tanto para Segreto como para Salles foi a inauguração do cinematógrafo. Em sociedade

montaram a primeira sala de exibição permanente do país, localizada em uma das principais ruas da cidade do Rio de Janeiro, a rua do Ouvidor. O prédio havia sido alugado por Paschoal em 1895 e no sábado, 31 de julho de 1897, foi finalmente inaugurado o Salão das Novidades, que posteriormente teve o nome mudado para Salão de Novidades Paris no Rio.

Paschoal Segreto, seguindo os passos de Cunha Salles, também registrou várias patentes de invenção. Ao todo foram 15 patentes, tais como: “sistema de junção elétrica para iluminação”; “esteroscópio aperfeiçoado automático”, “Fio aéreo” e “O cartomante”. Os inventos de Paschoal eram voltados para as vantagens pecuniárias que poderiam oferecer e destinados às suas casas de diversão. Paschoal possuía conhecimentos dos últimos inventos voltados para o lazer na Europa e nos Estados Unidos. A vantagem ao patentear inventos que já existiam na Europa era a garantia do monopólio de sua exploração comercial por 15 anos.

No memorial que acompanhava os pedidos de patente, Paschoal mostrava-se atento aos desejos do poder público: a saúde ou “higiene” das pessoas, o desenvolvimento da publicidade comercial, do esporte e das atividades de lazer eram as alegações de que lançava mão para obter aprovação das descobertas tecnológicas.

No campo cinematográfico, uma das iniciativas mais arrojadas de Paschoal foi enviar seu irmão, Afonso Segreto, para Nova York e Paris no intuito de conhecer as novas técnicas cinematográficas e trazer equipamentos para a empresa. Em janeiro de 1898, embarcava Afonso Segreto para a América do Norte. Quando de sua volta ao Brasil, em 19 de julho do mesmo ano, desembarcou do navio *Brésil*, que havia saído de Boudeaux, na França. Afonso era então um dos poucos conhecedores das técnicas da produção cinematográfica no país, pois, quando de sua estada em Paris, fez um curso na Pathé Films. A bordo do paquete *Brésil* fez a primeira filmagem no Brasil, filmando a entrada da Baía de Guanabara.⁶ Depois dessa primeira experiência, os irmãos Paschoal e Afonso Segreto passaram a registrar regularmente celebrações da sociedade civil, cenas da cidade do Rio de Janeiro, bem como eventos sociais da elite carioca.

⁶ Embora haja uma longa discussão sobre se o filme de Afonso Segreto tenha sido mesmo filmado, funciona até hoje ao menos como mito fundador do cinema nacional.

Além da importância no campo cinematográfico, Paschoal teve papel central na montagem de casas de divertimento e no campo teatral. No ramo dos cafés e de cervejaria, um de seus maiores empreendimentos foi a *Maison Moderne*, localizada na Praça Tiradentes, onde conseguiu agregar várias formas de en-

tretenimento em um só lugar. O estabelecimento era um parque de diversões que contava com galeria de tiro-ao-alvo, roda-gigante, montanha-russa e um pequeno teatro. Foram lá também disputados os célebres torneios de luta greco-romana, além de ser o espaço para os que apreciavam beber. Curiosidade acerca da *Maison Moderne* é que alguns anos antes ela era chamada de Moulin Rouge. Talvez então pudéssemos dizer que a Praça Tiradentes era o Montmartre carioca com direito ao seu próprio *Moulin* com suas dançarinas de canção.

A *Maison Moderne* era um lugar onde o espectador poderia pagar um preço módico para aproveitar os divertimentos. No entanto, Paschoal abriu também lugares onde a população mais abastada pudesse se entreter. Neste sentido, uma das suas casas mais conhecidas era o *High Life Club*, que se localizava no bairro da Glória. Esse lugar tinha como público alvo a elite carioca.

Paschoal abriu locais para as camadas médias e alta da população carioca. Além da *Maison Moderne* e do *High Life*, possuía também o Parque Fluminense, em Laranjeiras, e o Pavilhão Internacional, localizado na avenida Central, atual Rio Branco.

Mas o local onde Paschoal ergueu seu império de diversão foi na Praça Tiradentes, considerado o berço do teatro de revista. Além do *Maison Moderne*, Segreto também detinha na área o Teatro Carlos Gomes e o arrendamento do Teatro São Pedro, um dos mais antigos da cidade.

Em fins do século XIX, o teatro já tinha tradição de ser um lugar de socialização. Nessa mesma época um dos gêneros teatrais mais assistido era o teatro de revista. Ao perceber que poderia auferir lucros com o negócio, Paschoal passou a financiar os espetáculos teatrais. Ficou tão conhecido que o ator Procópio Ferreira chegou a referir-se a ele como o “papa do teatro brasileiro”. Uma das iniciativas que mais contribuiu para tamanha popularidade foi a fundação da Companhia de Operetas, Mágicas e Revistas do Cine-teatro São José, em 1911. A casa vivia cheia porque o empresário adotava a fórmula do teatro por sessões, com duas a três apresentações por dia do mesmo espetáculo a preços populares. Dessa forma, Paschoal conseguiu popularizar o teatro levando-o às camadas mais baixas e médias da população.

Se no dia 23 estavam levando para a cova um pedaço da alegria da cidade era porque Paschoal conseguiu durante os anos de sua vida montar várias casas para o entretenimento popular. Não só isso, criou uma fatia do mercado de diversões no Rio de Janeiro. A idéia que o empresário Segreto explorou foi a de “diversão para todos, para todas as classes, para todas as idades” (*Correio da Manhã*, 27 fev. 1920).

Para essas incursões em vários campos do entretenimento carioca contou com grande rede de relações nas várias camadas da sociedade. Olhando a teia de relações de Paschoal vemos que, se no início de sua carreira teve negócios com Cunha Salles, em 1908 já aparece batizando os filhos de Gaetano ao lado do marechal Hermes da Fonseca.

Quando morreu, a imprensa foi categórica ao afirmar que

não só a família Paschoal Segreto achava-se de luto. O Rio, por um íntimo consenso dos seus habitantes, participa desse luto, e o manifesta nas expressões de pesar escapas a todo instante e de todas as bocas (Jornal do Brasil, 24 de fev. 1920).



Figura 1: Cartaz anunciando a programação da empresa Paschoal Segreto.

Um outro motivo para o luto do Rio de Janeiro, além da morte do empresário, era a crença de que sua ausência provocaria mudanças na vida teatral da cidade. No entanto, embora alguns tivessem um certo pessimismo em relação ao futuro do teatro, a “Empresa Paschoal Segreto” continuou seu curso.

Paschoal não deixou filhos. Nunca foi oficialmente casado, embora tenha vivido com uma companheira, Carmela, por aproximadamente 30 anos. Contudo, tinha vários sobrinhos, dentre eles os nove filhos de seu irmão Gaetano, que, ao morrer em 1908, deixou-lhe a incumbência de os criar.

O espólio de Paschoal contava com o prédio onde funcionava o *High Life*, à rua Santo Amaro, localizado na Glória, o Teatro *Maison Moderne*, o Teatro São José, o Teatro Carlos Gomes e um arrendamento por quatro anos do Teatro São Pedro, todos situados na Praça Tiradentes (*Correio da Manhã*, 26 fev. 1920).

Além desses imóveis, possuía uma casa na rua Corrêa Sá, em Santa Teresa, que ficou com Carmela. Não só os imóveis integravam seus bens, ainda possuía um riquíssimo maquinário, cenários e guarda-roupas nos teatros.

Após a morte de Paschoal, foi seu primo, João Segreto, quem assumiu os negócios. Ficou sob sua responsabilidade a direção da consolidada “Empreza Paschoal Segreto”, além da tutela dos filhos de Gaetano. João assumiu, tanto na vida familiar como nos negócios, o papel que Paschoal desempenhava. O testamento de Paschoal terminava mencionando sua família e o país que o acolhera, considerando este sua segunda pátria. Pedia para que seus despojos ficassem na cidade onde ele passou a maior parte de sua vida e onde ficou conhecido como “ministro das diversões”.

Bibliografia

ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CHIARADIA, Maria Filomena Vilela. *A companhia de revistas e burletas do teatro São José: a menina dos olhos de Paschoal Segreto*. Rio de Janeiro: Centro de Letras e Artes da Unirio, 1997. Dissertação de mestrado.

GONÇAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/FUNART, 1996.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Arquitetura do espetáculo: teatro e cinemas na formação do espaço público das praças Tiradentes e Cinelândia. Rio de Janeiro 1813-1950*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

RAMOS, Fernão. *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VELLOSO, Mônica. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RESUMO

O presente trabalho estuda a trajetória de vida de Paschoal Segreto. Tendo chegado no Rio de Janeiro em 1883, vindo da Itália, criou e garantiu a hegemonia de grande parte do mercado de lazer na capital federal até o ano de 1920, data de seu falecimento, estendendo seus negócios até a cidade de Campos, Petrópolis, Juiz de Fora e São Paulo.

A carteira de negócios de Paschoal incluía salas de cinema, teatros, cafés e vários outros empreendimentos. Inaugurou, em 1897, a primeira sala de cinema do Brasil, na rua do Ouvidor, então a rua chic da Belle Époque carioca.

Devido à sua singularidade, é possível, a partir da trajetória de vida de Paschoal, perceber as transformações no campo do entretenimento e a criação de um novo mercado para a camada média que surgia.

Palavras-chave: **Rio de Janeiro, entretenimento, Belle Époque**

ABSTRACT

This work traces the life of Paschoal Segreto. Having arrived in Rio de Janeiro from Italy in 1883, he was in great part responsible for creating and developing the leisure market in the Brazilian federal capital up until his death in 1920. He also extended his enterprises as far as Campos, Petropolis, Juiz de Fora and São Paulo.

His collection of businesses included movie theaters, legitimate theaters, coffee houses and several other enterprises. It was Segreto who created Brazilian first movie palace on Rua do Ouvidor in 1897, the chic street of Rio's Belle Époque era.

Due to his unique personality, Paschoal's life is a valuable lens through which to study the transformations in the field of entertainment and the creation of a new market for the emerging middle class.

Keywords: **Rio de Janeiro, entertainment, Belle Époque**



A revista do Arquivo do Distrito Federal

Sandra Horta

Gerente de Pesquisa do AGCRJ

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é uma das mais antigas instituições arquivísticas do país, tendo sido criado após a fundação da cidade, em 1º de março de 1565. Os primeiros atos de Estácio de Sá foram instituir o regimento e o foral,¹ lançando as bases do governo local, conforme disposto nas Ordenações Manoelinas, conjunto de leis que vigorou no reino Português entre 1501 e 1603.

Após o falecimento de Estácio de Sá, em 20 de fevereiro de 1567, como consequência do combate de uruçumirim contra os franceses que haviam ocupado a Baía de Guanabara, coube a Mem de Sá transferir a cidade para um sítio mais adequado à sua defesa. No morro do Castelo, então denominado do Descanso, erigiu a cidadela bem cercada e fortificada, contendo o casario, a igreja dos padres de Jesus, a cadeia, as casas dos armazéns e a Casa da Câmara, cabendo aos vereadores guardar os documentos que passariam a ser produzidos no exercício da vereança “em uma arca grande e boa”, dando origem ao arquivo da instituição.

1 Segundo Nireu Cavalcanti, apesar de citados na documentação referente às sesmarias, esse documentos não foram localizados, restando a dúvida se Estácio de Sá os trouxera consigo. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p. 23.

No período colonial, as câmaras ou conselhos municipais exerciam funções administrativas, legislativas, políticas, judiciais, fazendárias e policiais, e toda a documentação originária desses expedientes foi se acumulando com o passar do tempo. Aos documentos da lavra da Câmara do Rio de Janeiro os escrivãos – responsáveis por registrar e guardar o acervo –, juntaram aqueles produzidos pela Coroa portuguesa, pelos órgãos metropolitanos e pelas autoridades constituídas da capitania, tornando o Arquivo do Conselho o depositário de um rico conjunto documental público/oficial que transcendia os limites meramente locais.

Com o advento da República, em 15/11/1889, a antiga Câmara – que se caracterizara por acompanhar, influir e participar do cotidiano da cidade

por quase quatro séculos – foi extinta pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca e substituída pelo Conselho de Intendência, que passava a responder pelas atribuições que cabiam anteriormente àquela instituição e cujos presidentes, nomeados pelo governo federal, detinham a função de chefes do executivo municipal. Concomitantemente, o Município Neutro do Império foi transformado em Distrito Federal, capital da recém-implantada República. Com a promulgação, pelo Congresso Nacional, em 20 de setembro de 1892, da Lei Orgânica do Distrito Federal, os poderes Legislativo e Executivo foram, enfim, separados: ao Conselho de Intendência, cujos membros eram eleitos pela população,² coube legislar, e à recém-criada Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo titular era indicado pelo governo federal, foi entregue o poder Executivo.

O Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, que reorganiza as repartições da Prefeitura, cria também o seu arquivo, denominando-o de Arquivo do Distrito Federal, órgão que, ao lado de outras repartições, passa a desempenhar funções executivas do governo municipal, com status de Secretaria, compreendendo duas seções: Seção de História do Distrito Federal e Seção Geral dos Negócios Municipais. Cumpre notar que o acervo do antigo Arquivo da Câmara foi transferido para a estrutura da Prefeitura, talvez porque parte importante dos documentos sob sua custódia vinculava-se diretamente ao exercício da administração da municipalidade, uma vez que a Lei Orgânica de 1828 retirara das câmaras uma série de prerrogativas.³ Essas são, portanto, as origens e a natureza das principais fontes de que a revista poderia dispor para atingir os objetivos definidos por seus criadores.

O mesmo Decreto que estabeleceu a estrutura da recém-instalada Prefeitura, no artigo 21, inciso IV, dispõe sobre a criação de uma revista com o objetivo de “publicar periodicamente os arquivos do Distrito Federal, contendo todos os documentos que possam interessar a tal gênero de publicação”.⁴ Embora tenha sido concebida na gestão do prefeito Barata Ribeiro (1892/1893), o 1º número da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* só foi lançado em 1894, no governo de Henrique Valadares. A *Revista* conheceu dois momentos distintos. No primeiro, circulou mensalmente entre os anos de 1894 e 1897, período

² O voto não era obrigatório, mas só poderia votar quem estivesse alistado, cujos pré-requisitos eram: ser maior de 21 anos, saber ler e escrever e ter residência no município há mais de dois meses.

³ A lei Orgânica de 1828, lei de organização dos municípios, promulgada pela Assembléia Geral do Império, em 1º de outubro de 1828, estabeleceu uma drástica redução da autonomia administrativa e política das municipalidades, rompendo a longa tradição ibérica de centralizar nos conselhos as funções executivas, legislativas e judiciárias. Após a promulgação dessas leis as Câmaras se tornaram órgãos meramente administrativos, sem poder de exercer qualquer jurisdição contenciosa. As Câmaras foram submetidas ao rígido controle dos conselhos gerais, dos presidentes de província e do governo geral. FERNANDES, Maria Célia. *História do Arquivo da Cidade* – ainda não publicado.

⁴ Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, Capítulo no capítulo VII, art 21º, inciso IV.

no qual foram publicados 48 fascículos, contendo cerca de 300 documentos dos mais expressivos do acervo do Arquivo e de outras instituições. O periódico teve continuidade na gestão do prefeito Furquim Werneck (1895-1897) e encerrou suas atividades na gestão de Ubaldino do Amaral Fontoura (1897-1898). Ilustrado com gravuras, mapas e plantas “executados por escolhidos artistas nacionais e estrangeiros”,⁵ era distribuído também através de assinaturas, cujo pagamento poderia ser remetido pelo correio ao diretor da instituição.

O segundo momento iniciou-se em 1950, na administração do prefeito Angelo Mendes de Moraes (1947/1951), sendo Roberto Macedo e depois Othon Ferreira de Barros os diretores do Departamento de História e Documentação (ao qual se subordinava o Arquivo do Distrito Federal) os principais responsáveis pela edição da Revista. Os números II e III foram publicados na gestão do prefeito João Carlos Vital (1951/1952) e os números IV e V no governo de Alim Pedro (1954/1955).

Em 1940 foi criado o Departamento de História e Documentação, subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, da qual o Arquivo Geral passou a ser um mero serviço. Em 1941, uma Resolução da Secretaria Geral de Educação e Cultura manteve o Arquivo como um serviço do Departamento de História e Documentação, juntamente com o Serviço de Museus da Cidade e o Serviço de Correspondência,⁶ o que significava, na prática, perda de prestígio e de poder decisório. Sem dúvida, ambos terão reflexos na organização, no consumo, no alcance e na circulação da *Revista*, publicada na década de 1950.

Os cerca de 60 anos que separam a primeira da segunda fase da *Revista* podem ser creditados não só à indiferença dos administradores municipais com relação à preservação da memória local como também à falta de numerário para patrocinar a empreitada, sendo que vontade política, prioridades e liberação de recursos estão, evidentemente, correlacionados. No século XIX, a publicação também arrecadava recursos através da venda a assinantes,⁷ o que não devia representar muito em termos financeiros. Na segunda metade do século XX, contava apenas com a verba proveniente do poder público, tendo sido inclusive mencionadas, no número lançado em 1950, as dificuldades enfrentadas “face à angustias do orçamento”.⁸

⁵ *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, janeiro de 1894.

⁶ FERNANDES, Maria Célia – *História do Arquivo da Cidade* – ainda não publicado.

⁷ Preço das assinaturas: anual – 20\$000, semestral – 10\$000 e número avulso 2\$000. Nessa época uma carta postada no Rio de Janeiro para endereço na própria cidade custava 50 réis. Uma passagem de embarcação a vapor de Magé à Corte custava: passageiro calçado – 2\$000, passageiro descalço – 1\$000, animal de montaria – 3\$0000. *Guia do Viajante*, G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1884.

De qualquer forma, a ausência de dotação orçamentária evidencia que poucos foram os gestores municipais que compreenderam o mérito do trabalho encetado pelos diretores do Arquivo do Distrito Federal, que consistia principalmente em “trasladar” o teor dos documentos que consideravam mais significativos, obtendo, assim, o que hoje denominamos de “cópia de segurança”. Numa época em que não existiam o microfilme e o scanner restava aos envolvidos com a preservação da memória, resguardadas as proporções, agir como os monges copistas da Idade Média, providenciando, no caso do Arquivo, a reprodução impressa dos manuscritos mais valiosos na opinião dos editores da *Revista*.

Ao analisar a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Manoel Salgado ressalta o fato de que “o próprio imperador (...) já observara uma discrepância entre a publicação de fontes e a publicação de trabalhos inéditos de membros do Instituto” (SALGADO GUIMARÃES, s/d, p.2). Na *Revista do Arquivo do Distrito Federal* também se nota que a publicação de textos analíticos é muito inferior à de documentos, sendo que, na primeira fase, além de poucas, a maioria das colaborações não traz assinatura.

Mello Moraes Filho⁹ foi colaborador constante na década de 1890, quase todos os textos então publicados são de sua autoria, geralmente na seção denominada ECOS. Nessa época, a revista trazia, além de documentos, uma gravura e um pequeno histórico sobre a ilustração. Simão de Vasconcelos e Vieira Fazenda¹⁰ foram dos poucos que tiveram seus nomes associados aos textos. Outros, como Aureliano Restier Gonçalves, Ferreira da Rosa, Agenor Noronha Santos¹¹ aparecem na *Revista* publicada na década de 1950 sempre tratando de assuntos relacionados à di-

8 *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, 1950, vol. 1, Prefácio.

9 Textos publicados na *Revista do Arquivo do Distrito Federal* de autoria de Mello Moraes Filho: *A missão de Anchieta – idealização das crônicas do século XVII*; Poema para o primeiro catecúmeno de louvação a José de Anchieta; os *Autos da Devassa – a jornada dos mártires*; Galeria republicana – sobre a revolução de Pernambuco de 1824; Tradições populares da Corte – a véspera de Reis; O 7 de abril; D. Rosa Paulina da Fonseca, extraído do *Brasil Histórico*, 1882; Festas de Natal, *Contos Populares do Brasil* (comentário sobre a obra de Sílvio Romero); Teatro Contemporâneo; A véspera de São João; A polícia da cidade em 1825; Os ciganos no Brasil; A Sociedade Santa (chevera kaduscha), episódio de costumes israelitas; A cadeia do Aljube; Ractcliff; O dia de finados; A fazenda Santa Cruz.

10 Simão de Vasconcelos, natural do Porto, foi padre da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e escreveu *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo... algumas noticias antecedentes curiosas, e necessárias das cousas daquelle Estado* [Lisboa: H. Valente de Oliveira, 1663]. José Vieira Fazenda nasceu no Rio de Janeiro em 1847 e faleceu em 1917 na mesma cidade. Em 1904 ele escreveu um livro intitulado *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* e foi colaborador da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.

11 Aureliano Restier Gonçalves foi pesquisador, chefe de seção do Arquivo do Distrito Federal e escreveu inúmeros artigos e obras sobre o Rio de Janeiro, entre elas “Carnes Verdes”, publicada na *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, e “Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos, manuscrito inédito publicado pela Prefeitura do Rio/ Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade; Ferreira da Rosa foi professor do colégio Abílio, do Liceu Literário Português, da Escola Normal e do Colégio Militar e colaborador da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*; Francisco Agenor de Noronha Santos foi historiador, cuja passagem pelo Arquivo do Distrito Federal contribuiu para salvar do esquecimento um acervo de grande valor histórico. Escreveu obras importantíssimas, tais como *Corografia do Distrito Federal*, *Meios de Transporte do Rio de Janeiro* e *Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal*.

nâmica administrativa ou através de artigos em que “narram” a história da cidade. Alguns artigos sem autoria, pelo estilo, podem ser atribuídos a um ou outro dos colaboradores mais assíduos. Somente um número foi dedicado a um trabalho de fôlego, o de 1951, que trouxe uma monografia de Ferreira da Rosa intitulada “Memorial do Rio de Janeiro - passagens, fatos, narrativas de acontecimentos, vida e progresso da cidade em meio século (1878-1928)”, que foi matéria única desse tomo.

Observa-se, portanto, certa continuidade, confirmada pelos editores da década de 1950, ao dizer que “não se reivindicam nesta segunda fase prerrogativas de originalidade. Pelo contrário. A revista do século XX é, em tudo, um prolongamento da obra que Barata Ribeiro encetou e Mello Moraes dirigiu, um e outro com o timbre de sua ilustração e operosidade”.¹² Foi mantido, inclusive, o mesmo formato e lançados cinco volumes com cerca de 300 páginas cada.

No entanto, no prefácio, Roberto Macedo faz uma advertência, e, nas entrelinhas, talvez se perceba uma discreta ironia com relação ao que ele considerava “sensível diferença” entre a primeira e a segunda fase da Revista, enfatizando ser-lhe “impossível, malgrado seu, manter o fulgor da colaboração pessoal de Mello Moraes Filho”, razão pela qual renovar-se-iam “os volumes lavoreados por mão alheia”.¹³ Além disso, lembrava que havia crescido o interesse bibliográfico em torno da cidade do Rio de Janeiro e que novos especialistas surgiam, multiplicando-se os trabalhos, o que me parece ter acarretado a introdução, com mais freqüência, de colaborações esporádicas sobre temas selecionados da história carioca. Cumpre ressaltar que, raras vezes, os editores dirigem-se diretamente aos leitores, e quando o fazem é sempre de maneira sucinta, tratando objetivamente da organização da *Revista*, sem estabelecer uma reflexão mais profunda a respeito de concepção de história, que norteava a publicação. De periodicidade anual na segunda fase, a *Revista* deixou de circular, definitivamente, em 1954.

¹² *Revista do Archivo do Distrito Federal*, 1951, vol. II, Prefácio.

¹³ *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, 1951, vol. II, Prefácio.

¹⁴ *Revista do Archivo do Distrito Federal*, janeiro de 1894 - Folha de rosto.

A Revista do Arquivo do Distrito Federal trazia, na folha de rosto, logo no primeiro número, a seguinte informação: “Revista mensal de antigos documentos para a história do Rio de Janeiro.”¹⁴ Também na década de 1950, foi explicitado no prefácio do número de relançamento da Revista que o principal objetivo do periódico era publicar documentos que consistiam em uma “preciosa achega para os pesquisadores da antiguidade

carioca”.¹⁵ Essa preocupação estava de acordo com a visão mais moderna de história partilhada por muitos intelectuais da época. Para a historiografia brasileira do final do século XIX e início do XX, as grandes questões giravam em torno de três pontos basilares: a identidade nacional, a construção da nacionalidade e o resgate da memória nacional. Para os positivistas, também envolvidos com a reconstituição histórica da nação brasileira, a historiografia dependia do achado fundamental, o documento original, considerado o fundamento do fato histórico (LeGOFF, 2003). A habilidade do historiador residia em retirar dos documentos o que eles contêm e em nada lhes acrescentar. O melhor historiador seria, assim, segundo Fustel de Coulanges, aquele que se mantivesse o mais próximo possível dos textos (LeGOFF, 2003). Portanto, consoante essas considerações, a fonte primária era indispensável ao mister do historiador, e reunir o maior número de documentos originais consistia em uma obra imprescindível para viabilizar a escrita da história, tarefa da qual se desincumbiram muito bem os editores da Revista do Arquivo do Distrito Federal.

Considera-se interessante comentar que, ao criar, no Arquivo do Distrito Federal, a Seção de História do Distrito Federal, e uma revista visando a publicar os arquivos do Distrito Federal, os formuladores da estrutura da Prefeitura recém-criada deixaram implícita a intenção de pensar aquela conjuntura como um divisor de águas, olvidando o passado de uma cidade na qual ocorreram tantos acontecimentos fundamentais para a construção do Estado brasileiro e desconsiderando a existência de uma linha de continuidade dentro da descontinuidade político-administrativa.

No entanto, ao contrário do que dispunha o Decreto mencionado, o baiano Mello Moraes Filho, poeta, cronista, folclorista, memorialista, autor de extensa bibliografia etnográfica e folclórica, não se ateu ao recorte proposto. Silvio Romero afirma que o ilustre escritor queria que o considerassem “o que sempre foi, o que sempre quis ser, um homem do passado, um homem para quem só tem atrativos nos tempos que já se foram, em umas poucas tradições que já morreram” (MORAES FILHO, 2002, p. 17). O próprio Mello Moraes explicita, em trecho extraído de um artigo seu publicado na *Revista*, sua noção de história, afirmando que “a história de cada povo tem ciclos que se entrelaçam, representando uma cadeia cujos elos prendem-se fatalmente aos tetos dos solares antigos das grandes idéias nacionais”.¹⁶ E de fato, os documentos por ele selecionados na primeira fase da revista expressam essa valorização do passado e da nacionalidade, foram frutos de

¹⁵ *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, 1950, vol. 1, Prefácio.

²⁰ MORAES FILHO, Mello. *O Padre Roma. Revista do Arquivo do Distrito Federal*, novembro de 1897. p. 52.

um verdadeiro e exaustivo trabalho de arqueologia, que resultou na publicação de peças produzidas a partir praticamente da fundação da cidade.¹⁷

Como já se mencionou, a *Revista do Arquivo do Distrito Federal* circulou em dois períodos, separados por mais de meio século. Embora em ambos o principal eixo fosse a publicação de documentos, com um reforço maior de publicações de textos inéditos no século XX, se pensarmos que a história é a disciplina do contexto e do processo, o quadro sociopolítico, econômico e institucional em que surgiram e floresceram estas publicações será necessariamente distinto. Assim sendo, optei por refletir mais detidamente sobre os conteúdos da primeira fase da *Revista*.

Nos idos de novecentos, o órgão oficial do Arquivo do Distrito Federal surgiu no bojo das transformações políticas, sociais e econômicas advindas da mudança de regime político e refletiu, na sua concepção, os novos tempos que então se inauguravam. Se, como veremos adiante, o responsável pela publicação no final do século XIX não trouxe para as páginas da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* as discussões que agitavam o panorama sociopolítico e institucional da época, inseriu-se, de uma forma ou de outra, no processo de construção e consolidação do pensamento e do imaginário republicanos.

17 Exemplos: Traslado de duas cartas de terra de Pedro Rodrigues, dadas por Estácio de Sá, capitão – 06/09/1565; Traslado de provisão de Bautista Fernandes de porteiro desta cidade – 19/09/1566; Traslado de provisão de Salvador Correa de Sá para servir de capitão e governador desta capitania – Mem de Sá por ter de correr a costa do Brasil para assegurar terra, 1568.

18 MORAES FILHO. *O Padre Roma*, p. 527.

19 MORAES FILHO, Mello. Galeria Republicana. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, agosto de 1894.

Isso porque, como já assinalamos, Mello Moraes Filho foi o mentor da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* e, apesar da extensa obra publicada por ele, são escassas as informações sobre suas posições políticas e ideológicas. No entanto, a leitura dos textos de sua autoria publicados no periódico ajudaram-nos a esclarecer algumas dúvidas sobre como se situava naquela conjuntura. Mello Moraes privilegiou episódios da história do país que integram o processo de luta pela Independência e pela República. São ilustrativos os textos como “O Padre Roma”¹⁸, sobre a Revolução de 1817, e “Galeria Republicana”¹⁹, que versa sobre o movimento ocorrido em Pernambuco, em 1824, nos quais faz a elegia dos rebeldes, elevando-os à categoria de heróis da pátria, defensores da liberdade e da república. Ou ainda a publicação de um artigo intitulado “Floriano Peixoto”, lançado dias após a sua substituição na presidência do país por Prudente de Moraes, enaltecendo a participação ativa de Floriano na Guerra do Paraguai e na supressão dos movimentos de contestação surgidos nos primeiros anos do novo regime político, culminan-

do com a frase: “O Brasil estava livre e o respeitado militar recolhia-se a sua vida de simples cidadão.”²⁰ Embora não leve assinatura, a inclusão do artigo no corpo do periódico evidencia-se não um engajamento no movimento florianista, pelo menos a inexistência de uma aversão ao prócer do jacobinismo.²¹ Tradicionalista, Mello Moraes Filho estaria, talvez, mais confortável entre os monarquistas, porém, se o foi, sua adesão à República é perceptível na escolha não só dos assuntos que ele tratou na Revista, como na seleção dos documentos que foram publicados.

²⁰ Floriano Peixoto. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, dezembro de 1894, p. 540.

²¹ Por outro lado, José Murilo de Carvalho ressalta que “embora Floriano fosse católico e aborrecesse o positivismo, o estilo de governo que representou – autoritário, anticacacas, contra o grande capital, moralista (ao menos na aparência), populista – tinha vários pontos de contato com a proposta positivista”, razão talvez para que lhe erguessem um monumento.

Ao empreender a leitura das fontes primárias trasladadas, constata-se que há certa regularidade de temas. Uma análise do material publicado nos deu acesso aos assuntos considerados prioritários pelo idealizador da Revista e que, em minha opinião, manteriam relação com a criação do simbolismo necessário à legitimação do regime vigente.

Destacam-se na Revista, pela recorrência, os documentos ligados a episódios fundadores da nossa nacionalidade, os vinculados à constituição do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro e aqueles ligados aos trabalhos da Câmara Municipal, no seu afã administrativo. Buscamos, portanto, o nexo entre os três temas principais e suas inter-relações com a construção do Estado republicano.

José Murilo de Carvalho, na procura pelas justificativas ideológicas que garantiram a consolidação da República brasileira, uma vez que afasta a hipótese de que isto se tenha dado apenas com base na força do arranjo oligárquico, trata da questão da recriação da imagem do novo regime dentro dos valores republicanos. Afirma que no início da República havia unidade de língua, de religião e mesmo unidade política, porém não existia o sentimento de identidade. Era imperativo, então, a busca por uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, e essa seria a tarefa que a geração intelectual da primeira República iria perseguir (CARVALHO, 1990, p. 42). No Brasil, diz Afonso Carlos Marques dos Santos, “o Estado, mais do que em qualquer outra parte da América, antecede à nação. Esta, por sua vez, assim como a nacionalidade, se constituirá em projeto de estadistas e intelectuais” (MARQUES DOS SANTOS, 1992, p. 192). Torna-se, portanto, imprescindível para os pensadores de fé republicana a construção de uma versão oficial dos fatos que se pretende incorporar à história, ou seja, a história passa a ser também instrumento da legitimação do poder.

Neste sentido, a *Revista do Arquivo do Distrito Federal* deu ênfase aos documentos relativos ao processo de emancipação do Brasil da metrópole portuguesa, numa busca pela gênese da nação brasileira, e se elegeram testemunhos que conferiam legitimidade ao novo regime. Para visualizar, citamos alguns dos documentos publicados. No primeiro caso temos a “Representação do povo ao Senado da Câmara pedindo que se suspenda a execução do Decreto da Corte sobre o regresso de sua alteza real à antiga sede da monarquia portuguesa 29/12/1821” (revista de fevereiro de 1895), o “Decreto de 18 de setembro de 1822, em que sua alteza real o príncipe regente providencia a respeito dos indivíduos dissidentes da grande causa da Independência política do reino do Brasil” (revista de março de 1895), “O Fico – auto de vereação de 9 de janeiro de 1822, do qual consta a resolução e palavras de sua alteza real em resposta às representações que lhe foram entregues pelo Senado da Câmara, nos quais pedia o povo à sua alteza real que suspendesse sua saída para Portugal” (revista de março de 1896).

No segundo caso, ressaltamos documentos produzidos no palco das agitações ocorridas imediatamente ou poucos anos após a Proclamação da República, em que os republicanos forjavam mecanismos para a justificação racional da tomada do poder e para a definição da natureza do novo regime: “Termo de juramento que prestaram os membros do governo provisório perante a Ilustríssima Câmara Municipal” (revista de março de 1896), “Termo de posse do Conselho de Intendência Municipal da Capital Federal dos Estados Unidos da República do Brasil” (revista de janeiro de 1895), “Decreto nº 312, de 1º de agosto de 1896, que altera as armas municipais, acrescentando o barrete frígio” (revista de 1897). O barrete frígio, como nos pontua Carvalho, pendia da lança da figura feminina que representava a República francesa – que os pintores positivistas pensaram utilizar como alegoria cívica da República brasileira – e identificava os libertos na antiga Roma (CARVALHO, 1990, p. 75). Interessante notar que esses são os únicos documentos contemporâneos do editor da Revista a serem publicados no periódico.

José Murilo afirma, ainda, que não há regime que não promova o culto a seus heróis e que a busca de um herói para a República brasileira, diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15 de novembro, encontrou em Tiradentes o mártir que preenchia as exigências necessárias à mitificação (Ibidem, p. 57). Uma república proclamada sem participação popular necessita de legitimação, tornando-se essencial a construção de um imaginário que promova a união e a identidade, forjadas acima de interesses e realidades distintos. A figura de Tiradentes, continua José Murilo de Carvalho, promovia essa identidade. O alferes não antagonizava ninguém, não

dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado, a todos unia sob um ideal, quer fosse a liberdade, a independência ou a república (Ibidem, p. 68).

No processo de construção do mito, o mesmo autor ressalta que um dos marcos importantes foi a publicação da obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva, *História da Conjuração Mineira*, em 1873. Secretário de Estado dos Negócios do Império, Joaquim Norberto havia localizado os Autos da Devassa nos arquivos da Secretaria (Ibidem, p. 62). Embora sua reconstituição da Inconfidência Mineira, obra de um monarquista convicto, fosse contestada pelos republicanos,²² sua contribuição foi decisiva, por trazer o episódio dos inconfidentes à discussão, a partir da análise de documentos até então desconhecidos.²³

Mello Moraes Filho aliou-se aos edificadores do mito, pois publicou os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira em Minas Gerais e no Rio de Janeiro em um suplemento histórico dedicado a Tiradentes, em abril de 1894,²⁴ iniciativa reivindicada como uma homenagem da Intendência Municipal do Distrito Federal ao mártir da Independência, revestida de um caráter de celebração e reconhecimento. É de se notar que essa publicação ocorreu quatro anos depois que, em 1890, o 21 de abril foi declarado feriado nacional.

No mesmo número, publicou um texto de sua autoria denominado “Os Autos da devassa – A Jornada dos Mártires”, e uma gravura do monumento erguido a Tiradentes em Ouro Preto, acompanhada de sua descrição, extraídos da *Gazeta de Notícias* de 11/01/1894. Partes dos “Autos da devassa” – sentenças, embargos, defesa, entre outros – foram publicados em números subsequentes.²⁵

Mello Moraes Filho tinha algumas restrições aos conjurados, analisando a sua participação de forma contraditória, pois ora afirmava que seus inte-

²² Segundo comenta Carvalho, Joaquim Norberto foi contrário à construção de um monumento a Tiradentes no Rio de Janeiro por considerar que “Tiradentes era figura secundária e discordar da representação do mártir vestido de alva, barão ao pescoço, ‘como se o governo colonial quisesse eternizar a sua lição de terror’.” (CARVALHO, 1990, p. 62).

²³ Com base no trabalho de Márcio Jardim, Luciano Figueiredo afirmou que a publicação dos documentos foi feita pela primeira vez por Mello Moraes Filho. Por outro lado, de acordo com a “V – Explicação – Transcrição do Prefácio da 1ª ed. dos Autos da Devassa”, esses documentos foram publicados por Mello Moraes (pai) no *Brasil Histórico* e por Mello Moraes (filho) no periódico do Arquivo do Distrito Federal. In: SOARES, Sônia Regina Pint. Joaquim Norberto de Souza Silva: historiador – um olhar sobre Minas Gerais colonial. – Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002. Dissertação de mestrado (publicação on-line).

²⁴ Revista do Arquivo do Distrito Federal, abril de 1894.

²⁵ Tais como Termo de confrontação de testemunhas, Auto de exame que se fez em bacamarte que se achou ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, Informação de Joaquim Silvério dos Reis sobre o padre que sabia aonde estava Tiradentes, Auto de perguntas e acareação feitas ao pardo Alexandre escravo do padre José da Silva Oliveira Rolim, Auto de perguntas feitas a José Alvarez Macie, etc.

grantes “não pertenciam à raça dos Caneca, padre Roma, Ractcliff e tantos outros”, uma vez que esse movimento “era antes contemplativo do que ativo”.²⁶; ora pronunciava-se a favor do alferes dizendo que ele era o único que lhe parecia acompanhar “a questão pelo lado mais prático e real”.²⁷ Porém, ao descrever o martírio de Ractcliff e reconhecer seu “ânimo inquebrantável,”²⁸ menciona “as fraquezas de Tiradentes no ato do interrogatório”.²⁹ Paradoxalmente, em texto publicado em 1897, intitulado “Tiradentes”, recupera a figura do herói ao finalizar a descrição dos rituais macabros do cumprimento da sentença com a frase: “Era Tiradentes, que, no altar ensangüentado do patíbulo, celebrava a missa nova da Liberdade e da República!...”³⁰

²⁶ MORAES FILHO, Mello. *O Padre Roma*, p. 527.

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ MORAES FILHO, Mello. *Galeria Republicana*, p. 347.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ MORAES FILHO, Mello. *Tiradentes*. Revista do Archivo do Distrito Federal, junho de 1897.

Os principais historiadores do século XIX elegeram como marcos fundadores da história brasileira os episódios do Descobrimento do Brasil e da Independência do jugo português. Como vimos, Mello Moraes Filho buscou a origem do Estado republicano e o herói que lhe dava consistência na Inconfidência Mineira e nos movimentos de contestação ao regime vigente que antecederam e se seguiram à Independência.

Retomando o fio da meada, o segundo tema recorrente nas páginas da Revista é a reconstituição do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro, reconstituição essa que pode ser recuperada, entre outras fontes, através das informações contidas nas cartas de sesmarias, de doação de terras às ordens religiosas, nos cadernos de arrematação de terras, nos autos de demarcação de terras e de pagamento de foros, nos documentos de fixação dos limites da cidade, nas cartas de sobejo. São também significativos os atos de provisão daqueles que exerciam o ofício de medidor de chão. Isto porque para que uma sesmaria viesse a se consolidar era preciso cumprir três exigências: celebrar a cerimônia de posse da terra para mostrar que estava livre e desimpedida, obter a confirmação da doação a uma autoridade superior e, finalmente, executar a medição das terras para demonstrar que ela estava realmente desocupada (CAVALCANTI, 2004, p. 58).

Dentro da mesma temática de formação do patrimônio imobiliário da cidade, a Revista traz, ainda, inúmeros documentos referentes às terras doadas às ordens religiosas, principalmente às fazendas de Santa Cruz, do Engenho Novo, do Engenho Velho e de São Cristóvão, confiscadas aos jesuítas por

ocasião de sua expulsão, em 1759, de Portugal e de seus domínios. Seu conteúdo versa sobre o seqüestro e o inventário dos bens e sobre o arrendamento das terras pertencentes aos inacianos, que passaram a pertencer à Coroa portuguesa. Anos depois, a Coroa procedeu ao leilão das mesmas, incorporando-as à cidade. A insistência na publicação de documentos referentes aos domínios jesuíticos poderia estar ligada à querela que se estabeleceu entre a Câmara Municipal e a Companhia de Jesus, desde meados do século XVII, com relação à demarcação das terras de domínio público. Os padres da Companhia de Jesus aventavam que haviam recebido suas sesmarias antes das doadas ao Conselho e conseguiram, assim, embargar a definição dos limites das terras públicas durante muitos anos. Intensas foram as lutas da Câmara, não só contra os jesuítas, mas também contra os particulares intrusos para submetê-los ao domínio direto da municipalidade de forma a garantir sua posse e ter meios legais de cobrar o foro. A *Revista do Arquivo do Distrito Federal* chama, assim, a atenção dos historiadores para um conjunto documental que permite reconstituir um capítulo importante da formação do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, a procura por reunir e publicar registros de distribuição, posse e medição de terras, desde a doação por Estácio de Sá de duas sesmarias limítrofes, uma, no dia 1º de julho de 1565, para a Companhia de Jesus, e outra para rocio e termo da cidade, em 16 de julho do mesmo ano, confirmadas e ampliadas em 18 de agosto de 1567 por Mem de Sá, parece-me manter relação com a necessidade de reconstituição histórica de um território importante geopoliticamente. O Município Neutro da Corte fora extinto, o novo Distrito Federal passara a ocupar o mesmo espaço e o sucedera como centro do Estado brasileiro.

O conceito de capitalidade pode nos ajudar a avançar nesta questão. De acordo com André Nunes de Azevedo, a capitalidade é

um fenômeno tipicamente urbano, que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura a novas idéias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas idéias que recepiona. Este conjunto simbólico, que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração de acontecimentos políticos e culturais de uma região do país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. Esta esfera simbólica evolui, sendo redimensionada ao sorver novas experiências, constituídas e constituidoras da tradição da urbe (AZEVEDO, 2000, p.45).

O Rio de Janeiro que fora capital do Vice Reino, Município Neutro da Corte, centro econômico, financeiro, social, político e cultural durante mais de um século, deveria manter essa tradição – essas características que lhe eram inerentes –, porém, naquilo que encerra uma aparente contradição, necessitava ser refundada, agora sob um novo estatuto, revestida de outros valores. Tinha a seu favor um passado ilustre, e o fato de que, apesar da desorganização do Partido Republicano do Rio de Janeiro – derivada das inúmeras correntes e dissidências no seu interior –, fora palco das principais lutas e episódios ligados ao movimento republicano, sítio onde se desenrolaram o ato da Proclamação da República e seu reconhecimento pela Câmara Municipal. Reescrever a história deste espaço figurava como uma tarefa imprescindível que exigia a recomposição da memória local, a reconstituição dos acontecimentos recentes que culminaram na República e que resultariam na reafirmação da identidade da cidade e de sua população com o novo regime.

Os documentos relativos ao exercício da administração da cidade pela Câmara Municipal – provimento de cargos administrativos de porteiro, piloto, de carcereiro, as cartas de patente, o exame para parteira, as atas da câmara, as vereações e os autos de correição, entre tantos outros –, decorrem do fato de que a Casa dos “homens bons” foi a principal instituição da cidade durante mais de três séculos. A Cidade e sua Câmara eram corpos inseparáveis, a história da Câmara Municipal acompanhou *pari passu* a história da Cidade. Embora algumas vezes perdesse atribuições e visse seu poder esvaziado, o Conselho teve uma participação decisiva em vários momentos cruciais para o Rio de Janeiro e seus habitantes e mesmo para o país. Durante os períodos colonial e imperial a Câmara Municipal recebeu dois títulos honoríficos. Em 1714, através de uma provisão régia, passou a denominar-se Senado da Câmara, em reconhecimento aos serviços prestados à Coroa portuguesa no combate aos franceses, que invadiram a cidade em 1711. Em 1841, pela sua participação no processo de Independência, recebeu do Imperador D. Pedro II o título de Senhora e Ilustríssima Câmara Municipal. E não podemos esquecer sua adesão, ainda no calor da hora, ao governo provisório que se instalou após a Proclamação da República, conforme atesta o documento a que fiz referência anteriormente, relativo ao reconhecimento do novo governo pela Câmara Municipal. A Câmara tivera também participação destacada no movimento abolicionista. Desde 1883 passara a atuar objetivamente com relação à superação do trabalho compulsório. Em 1884, a Ilustríssima Câmara criou, inclusive, o Livro de Ouro, visando a registrar os nomes daqueles que fizessem subscrições para a causa da libertação dos escravos, e que hoje encontra-se nos arquivos da Câmara dos Vereadores. Ainda que possa ser considerada uma atitude conservadora, que reconhecia a legalidade da

propriedade escrava, e que não houvesse, entre os vereadores, unanimidade de pensamento com relação às formas de supressão do trabalho escravo, não deixou de ser um reforço no embate contra o regime escravocrata, refletindo em suas fileiras toda a tensão dos conflitos em torno da questão servil que eclodiam na sociedade da época.

A autonomia da Câmara Municipal, ao inserir-se no movimento abolicionista, embora legalmente a questão servil não estivesse sob sua jurisdição, nos leva a indagar por que razão Mello Moraes Filho, que, como dissera Silvio Romero, “quanto aos negros, não declamou sobre o fato da escravidão; (mas) observou a vida dos cativos e reproduziu-lhes as peripécias principais” (MORAES FILHO, s/d, p. 3), não concedeu importância aos documentos relacionados ao trabalho compulsório. Apesar do arquivo da Câmara dispor de riquíssima documentação sobre escravos de ganho e de aluguel, sobre o ofício de capitão-do-mato, guardasse as listas de subscrições destinadas à alforria de escravos; embora as Atas da Câmara registrassem todas as discussões que ocorreram entre seus membros, alguns alinhados aos interesses dos proprietários de escravos, outros a favor da libertação dos cativos e outros, ainda, como José do Patrocínio, que teve uma atuação destacada na luta para a emancipação dos escravos, são raros os documentos sobre o regime servil publicados na *Revista*. O periódico dedicou-se a divulgar documentos exclusivamente produzidos no século XVIII, versando sobre proibição de maus tratos aos escravos, dos cativos usarem sedas e cambraias, sobre a obrigação de se registrarem as cargas de negros, sobre negros aquilombados e apenas um sobre capitão-de-mato, mas datado de 1797.

A historiografia recente tem se debruçado sobre o silêncio e sobre o não-dito, buscando seus significados. No caso em questão, parece-me que a nódoa da escravidão era ainda uma marca muito recente e, se na época de sua vigência havia quase que um acordo tácito em não se falar sobre o assunto, muito menos se levantaria o tema – que tantos constrangimentos trouxera aos mais ilustrados e ao próprio imperador – após a assinatura da Lei Áurea e a implantação de um novo regime político que preconizava o rompimento com tudo o que ocorrera anteriormente. A Abolição da Escravidão, que fora um ato da herdeira do Império e, além disso, os rituais de libertação, verdadeiras solenidades que eram marcadas pela Câmara sempre em datas ligadas a efemérides da família imperial, tornavam a iniciativa dos vereadores atos plenamente identificados com o regime monárquico. Portanto, extemporâneos em um momento em que se buscava a união de todos na construção e legitimação de um projeto republicano.

Este trabalho consiste em uma reflexão ainda inaugural e pioneira acerca da Revista do Arquivo do Distrito Federal. Evidentemente, muitas outras leituras são possíveis, pois cerca de 300 documentos foram transcritos na primeira fase e tantos outros na segunda, assim como muitos textos e seus autores estão ainda à espera de que os historiadores se debruçam sobre eles.

Concluindo, a *Revista do Arquivo do Distrito Federal* foi, no seu momento inicial, uma publicação inteiramente concebida por Mello Moraes Filho, um espaço no qual ele divulga sua produção intelectual, comenta textos de outros escritores, publica os documentos por ele selecionados ou que, provavelmente, passaram pelo seu crivo. Pouca oportunidade é dada a outros funcionários da instituição e os artigos de outros intelectuais, quando divulgados, guardadas as poucas exceções, não revelam a autoria. Porém, apesar desse personalismo e de sua curta existência, a Revista da década de 1890 tornou-se valiosa fonte de consulta, tanto por seu conteúdo quanto por sua raridade.

A *Revista* passou a atrair a atenção dos historiadores principalmente a partir dos últimos 20 anos do século XX, quando aumentou a curiosidade sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, que se tornou um importante tema de análise e reflexão, tanto no meio acadêmico como nos meios de comunicação de massa. Esse interesse não se desfez, e mesmo aumentou, com a entrada no século XXI. A *Revista do Arquivo do Distrito Federal* não só constitui uma fonte preciosa para os estudiosos da cidade, estimulando a reflexão sobre as trajetórias desta cidade/capital, como representa um atestado inquestionável do valor histórico do acervo sob a custódia do Arquivo da Cidade.

Fontes

Revista do Arquivo do Distrito Federal

- janeiro a dezembro de 1894
- janeiro a dezembro de 1895
- janeiro a dezembro de 1896
- janeiro a dezembro de 1897

1950 - Vol I

1951 - Vol II

1952 - Vol III

1953 - Vol IV

1954 - Vol V

Bibliografia

AZEVEDO, André Nunes. "A Capitalidade do Rio de Janeiro". In: *Anais do Seminário Rio de Janeiro Capital Capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004. Coleção Memória Carioca, vol. 4.

Le GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

MARQUES DOS SANTOS, Afonso Carlos. *No rascunho da nação: a Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal

de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Biblioteca Carioca.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção Biblioteca Brasileira.

_____. *Os ciganos no Brasil e cancionero dos ciganos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

_____. *Serenatas e saraus*. – Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1901. Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira.

_____. *Quadros e crônicas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Loureiro Editor, s/d.

QUEIROZ, Suely Robles dos Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

SALGADO GUIMARÃES, Manuel Luis. "A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1838-1857)". In: *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1916. Coleção Documentos Brasileiros.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma reflexão inaugural e pioneira acerca da primeira fase da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*. Criada em 5 de agosto de 1893, após a Proclamação da República, no bojo das transformações políticas, sociais e econômicas advindas da mudança de regime político, refletiu, na sua concepção, os novos tempos que então se inauguravam. Se Mello Moraes Filho, mentor da revista, não trouxe para suas páginas as discussões que agitavam o panorama sociopolítico e institucional da época, inseriu-se no processo de construção e consolidação do pensamento e do imaginário republicanos, através da seleção dos documentos publicados e dos assuntos nela tratados. O estudo procura estabelecer o nexo entre as fontes ligadas a episódios fundadores da nossa nacionalidade, à constituição do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro e ao exercício da vereança e suas inter-relações com a construção do estado republicano.

Palavras-chave: **República, Positivismo, Arquivo, Câmara Municipal, Distrito Federal, Memória.**

ABSTRACT

This work provides novel and pioneer considerations concerning the first phase of the *Federal District Archive Journal*. Instituted on 5th August, 1893, after the Proclamation of the Republic and in the midst of the political, social and economic changes brought about by the new political regime, the very conception of the Journal reflected the beginnings of the new era. Although Mello Moraes Filho – the Journal’s mentor – did not reproduce the discussions that excited the social, political and institutional scene of the period, the Journal did serve to build-up and consolidate republican notions and thought by carefully selecting the articles published and the subjects they broached. The study intends to establish the ties between the sources linked to founding episodes of our national identity, the advent of the city of Rio de Janeiro as a territorial heritage and the role of city councillors and the interrelationship of their influence with the construction of the republican state.

Keywords: **Republic, Positivism, Archive, Municipal Council, Federal District, Memory.**



Estruturas do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro: Reflexões acerca da memória documental carioca

Junia Guimarães e Silva

Museóloga do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, doutora em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT

APROXIMAÇÕES INICIAIS: A AMPLIAÇÃO DA PERSPECTIVA SOBRE A MEMÓRIA DOCUMENTAL CARIOCA

Falar sobre informações governamentais preservadas em arquivos públicos municipais é falar sobre parte da memória coletiva de uma cidade, é pensar a informação como elemento plural, espacial e temporal, relacionado com quem a produz, com o que produz, com quem a transmite e com quem a utiliza.¹ A informação, quando incorporada pelo indivíduo ao seu cotidiano, é que lhe vai permitir caminhar no tempo e estabelecer laços entre o passado e o presente.² Por sua vez, a informação registrada nos documentos produzidos pela administração pública (memória oficial) é, como outras manifestações, construída e enriquecida por experiências e memórias particulares.

Formada por muitas memórias individuais e coletivas articuladas e produzidas em torno e a partir do Poder Executivo Municipal, a Memória Documental Carioca é representativa das relações estabelecidas entre os contribuintes/cidadãos (que habitam na Cidade), os governantes, os servidores públicos (que as produzem e são responsáveis pela guarda dessa memória) e os usuários (público em geral) que dela se utilizam por alguma razão.

O presente texto aprofunda tais relações e explora um conjunto de instrumentos e métodos de abordagem que pode ser de grande valia para todos

¹ A chamada “Arquivologia Pós-Moderna” justifica a necessidade de conservação dos arquivos na atualidade mais por razões socioculturais, do que em ligações jurídico-administrativas originárias do Estado que as criou. Esta visão mais ampla é baseada na possibilidade de os arquivos virem a oferecer aos cidadãos “(...) um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva” (COOK, T. apud FONSECA, M. O). É o mesmo que dizer que os arquivos na pós-modernidade ultrapassaram os limites institucionais em busca de uma perspectiva mais abrangente.

² É apenas uma versão, a versão oficial ou governamental da Memória Coletiva daquela comunidade e, por extensão, do passado de um dado grupo, que deverá prevalecer e ser preservada pelo Poder Público.

aqueles que buscam informações e documentos em arquivos públicos, em especial em arquivos municipais.

MEMÓRIA ADMINISTRATIVA: A FUSÃO DE PERSPECTIVAS ARQUIVÍSTICAS, INFORMACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Até o momento, são poucos os estudos voltados exclusivamente para a história administrativa, e mais escassas ainda iniciativas que tenham por objeto a história da administração municipal do Rio de Janeiro. Verifica-se que na produção historiográfica sobre a Cidade, pouca ou nenhuma atenção é dispensada a esta vertente, que poderia ser extremamente relevante para os estudiosos. Os subsídios indispensáveis à localização de órgãos produtores, instâncias administrativas, competências, levantamento de documentos e informações, localização de assuntos, identificação de espécies documentais etc., enfim, o material de apoio às reflexões em qualquer pesquisa, poderiam ser mais facilmente conseguidos caso mais trabalhos sobre este aspecto tivessem sido realizados.

A afirmação anterior se justifica pelo fato de que somente através da análise da produção documental da municipalidade é que se pode ter idéia do que efetivamente foi produzido. Lida-se, na maior parte das vezes, com hipóteses de trabalho baseadas na provável existência concreta deste ou daquele conjunto de documentos sem que se saiba, na verdade, se eles foram ou não criados. As lacunas constatadas em pesquisas são usualmente creditadas a documentos desaparecidos, mas que se supõe tiveram existência real em um dado momento no tempo. Prefere-se pensar que foram destruídos ou estão perdidos, do que aceitar que muitos deles jamais foram produzidos.

Propõe-se aqui o afastamento das bases tradicionais de levantamento da história administrativa de instâncias governamentais, com o apoio não apenas das propriedades formais inerentes aos documentos/artefatos, mas também dos múltiplos e complexos padrões de relações que existem entre a produção, a recepção e o uso dos mesmos. A pretendida ampliação do objeto de estudo sugerida aumenta, não somente o número de conteúdo/textos a serem examinados, como também expande os contextos em que eles serão estudados. São possibilidades concretas de recuperar diversos outros tipos de discursos presentes nesses documentos, mediante a obtenção de informações administrativas contidas nos documentos oficiais.

Para chegar a isso, é preciso criar um espaço informacional, o qual permita a convergência de áreas como Administração, Ciência da Informação, Ar-

quivologia e História, qualificando assim tanto o processo quanto a análise propriamente dita da documentação (aspectos formais e conteúdos).³ A opção por uma abordagem global do contexto administrativo prioriza o movimento dialético entre passado e presente, entre realidades e possibilidades, entre a observação concreta e a consciência da heterogeneidade da vida da Cidade refletida na documentação administrativa do governo local. Espera-se, assim, favorecer o resgate não somente da Memória documental oficial de uma metrópole como o Rio de Janeiro, como também de projetos cognitivos locais, idéias e visões de mundo particulares, atendendo a demandas das áreas de Arquivo (tratamento técnico de acervos), Administração (Memória oficial) e História (pesquisa acadêmica).

³ Esta é, sem dúvida, uma contribuição efetiva do instrumental teórico-conceitual originário da Ciência da Informação que, sob a ótica da interdisciplinaridade, na medida em que viabiliza a fusão de percepções e a criação de espaços comunicativos-informacionais.

A PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA: A ORGANICIDADE DOCUMENTAL⁴

Para chegar-se ao espaço informacional mencionado é necessário, no entanto, saber um pouco mais sobre os organismos arquivísticos públicos, destino final de toda a documentação produzida pelo Poder Público em qualquer instância (municipal, estadual, federal) ou esfera (Executivo, Legislativo, Judiciário) e os responsáveis legais pela preservação da Memória Oficial.

⁴ Sobre este tema recomenda-se a leitura do livro de Maria Odila Fonseca, *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, tanto nos aspectos relativos a questões nucleares da Arquivologia, quanto na relação entre esta e a Ciência da Informação.

⁵ Entende-se “institucionalizada” como o momento em que os arquivos tomam uma forma moderna dentro da estrutura organizacional, similar às unidades orgânicas que se conhece atualmente.

A maioria dos arquivos governamentais brasileiros é institucionalizada⁵ no final do século XIX, após a Proclamação da República, embora a documentação sob sua guarda possa ter sido produzida e acumulada em períodos anteriores.⁶ Para os fins deste estudo, selecionou-se o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, pelo fato de poder ser considerado como um representante típico de instituição arquivística municipal criada no século XIX, e de apresentar indícios que permitem identificar sob que perspectiva se constituiu e, principalmente, como foi pensado e organizado o seu acervo naquele momento. Não se trata de elaborar a história do Arquivo da Cidade, mas de tomá-lo como referência concreta, bem como o acervo sua guarda, para a presente discussão.

⁶ O Arquivo da Municipalidade carioca existe desde a fundação da Cidade, em 1565, ficando sob a guarda do Escrivão da Câmara Municipal (organismo criado no período colonial para a gestão da Cidade). Neste caso, não existia uma unidade de arquivo formalizada, mas sim documentos sob a guarda do Escrivão. Até 1828, a Câmara Municipal concentrava os Poderes Executivo e Legislativo Municipais e, portanto, toda a documentação produzida e recebida pelos governos locais desde a criação da Cidade do Rio de Janeiro foi encaminhada para o Arquivo da Câmara e desta para o Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal que o sucedeu no tempo.

O acervo permite não somente a análise da administração local, propriamente dita, mas também a identificação, reflexão e questionamento dos modelos políticos e culturais que caracterizaram a Cidade em diferentes etapas de sua existência. Isto porque a ação administrativa é sempre uma ação política, dela emergindo os códigos fundamentais fundadores da visão de mundo dos agentes históricos envolvidos, possibilitando articular história política e história cultural: política enquanto ação e cultura enquanto visão de mundo.

Com base no Projeto de Regulamento para o “Arquivo Municipal”, datado de 1984,⁷ é possível afirmar que os arquivos municipais do século XIX:

a) adotavam como padrão para a gestão de documentos municipais a centralidade administrativa⁸ – ver art. 1º.

b) utilizavam os critérios:

- da espécie documental como base para a classificação dos acervos históricos ou permanentes – ver art. 3º e art. 16, §7º.

- de assunto como base para a classificação de documentos administrativos ou correntes – ver art. 4º.

c) identificavam duas fases de vida para os documentos produzidos pela Municipalidade: fase administrativa (ou corrente) e fase histórica (ou permanente) – ver arts. 3º e 4º.

d) estabeleceram recolhimentos periódicos – a cada dois anos – art.6º a 8º.

e) levantavam a possibilidade de que documentos da Municipalidade em poder de repartições estaduais e federais fossem devolvidos aos seus produtores – ver art. 9º.

f) constatavam a necessidade de complementação de acervos – reprodução de documentos pertencentes a outras repartições relativos à história da Municipalidade – ver art.º 25.

⁷ Códice n.º 49-3-28. Projecto de Regulamento do Arquivo do Distrito Federal — 1894. Sem autoria. Texto integral em anexo.

⁸ Esta abordagem implica a adoção de um Modelo de arquivo central, para o qual são enviados periodicamente os documentos produzidos por todos os organismos integrantes de uma dada estrutura administrativa, sejam eles de fase corrente, intermediária ou permanente. Segundo o regulamento de 1894, os documentos de fase corrente possuíam, no século XIX, prazo de guarda de dois anos no arquivo corrente do órgão produtor. A idéia de centralidade administrativa ou matricial foi mantida até 1945, quando foi extinto o Arquivo Geral da Prefeitura. Até hoje são sentidos os efeitos dessa descentralização, que promoveu a dispersão e a perda de milhares de documentos produzidos pelos organismos municipais de 1945 em diante.

Os documentos mais antigos do Arquivo da Cidade refletem o Plano de Arranjo do acervo do antigo *Archivo Municipal*. São encontrados conjuntos classificados: pela espécie documental (ofícios, provisões, registros, leis e decretos); por temas (escravidão, higiene, instrução); pelo órgão produtor (secretarias, diretorias, divisões); e ainda, na falta de uma categoria específica, agrupados sob a denominação “diversos”.⁹ Observa-se no citado Plano, a duplicidade de critérios de classificação aplicáveis em função da fase em que se encontrasse o documento, ou seja, na fase corrente a classificação por assunto e na fase histórica/permanente, a classificação pela espécie.¹⁰

Com base nesse exemplo, percebe-se:

- o papel de uma instituição arquivística municipal brasileira no século XIX;
- o comportamento dos arquivos no tocante ao arranjo da documentação naquele período, que serviu de modelo para a ordenação dos documentos produzidos posteriormente;
- os critérios de classificação usados;
- as possíveis intervenções feitas nos conjuntos recebidos dos organismos produtores PELAS INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO, NO SENTIDO DE SUA ORDENAÇÃO.¹¹

Até aqui se falou sobre a lógica da produção documental sob a perspectiva arquivística, cabendo agora introduzir outra visão sobre a documentação: a perspectiva da administração que produz os documentos-informações.

9 Esta abordagem implica a adoção de um Modelo de arquivo central, para o qual são enviados periodicamente os documentos produzidos por todos os organismos integrantes de uma dada estrutura administrativa, sejam eles de fase corrente, intermediária ou permanente. Segundo o regulamento de 1894, os documentos de fase corrente possuíam, no século XIX, prazo de guarda de dois anos no arquivo corrente do órgão produtor. A idéia de centralidade administrativa ou matricial foi mantida até 1945, quando foi extinto o Arquivo Geral da Prefeitura. Até hoje são sentidos os efeitos dessa descentralização, que promoveu a dispersão e a perda de milhares de documentos produzidos pelos organismos municipais de 1945 em diante.

10 Este modelo, objeto da Arquivologia clássica, era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por certo organismo, denominado de Fundo de Arquivo e custodiado por uma instituição arquivística. “*A qualidade de um arquivo só sobrevive em sua totalidade se sua forma e relações originais forem mantidas*” (JENKINSON apud LAROCHE apud FONSECA. M. O. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 56). Esta visão encontra-se presente em nossos dias, corroborada por muitos estudiosos como Luciana Duranti no sentido de a acumulação arquivística apresentar característica de naturalidade, isto é, os registros arquivísticos não são coletados artificialmente nos organismos administrativos, mas de maneira natural, sendo acumulados continuamente, e “isto os dota de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada (organicidade) (DURANTI apud FONSECA, M. O. *Arquivologia e Ciência da Informação*, op. cit., p. 56). Sobre o mesmo tema, sugere-se a leitura do artigo de Michel Duchein, *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 10-33, abr. 1982/ago. 1986.

11 “Os objetivos e a metodologia poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos, a partir da aplicação do Princípio da proveniência e de seu desdobramento da ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor (...)” (FONSECA, M. O. *Arquivologia e Ciência da Informação*, op. cit., p. 56).

A PERSPECTIVA ADMINISTRATIVA

A administração municipal tem, como qualquer outra instância governamental, uma lógica própria, que rege a produção, a tramitação, a divulgação e a guarda dos atos (documentos) gerados. Isto porque a uniformização de procedimentos (com a criação de regras) economizaria esforços, eliminando a necessidade de encontrar novas soluções para cada problema, facilitando a padronização e a igualdade no tratamento de novos casos. As regras, decisões e atos administrativos foram (e ainda o são) formulados e registrados por escrito, para que fosse possível manter uma interpretação sistemática de normas e de imposição de regras, difícil de se conseguir por comunicação oral.¹²

Talvez um dos aspectos relevantes do uso deste tipo de fonte seja a coerência, o significado e articulação interna, materialidades que caracterizam um corpus documental, neste caso, a lógica administrativa. E considera-se o conhecimento dessa lógica essencial, tanto para suporte da moderna arquivística (recuperação da proveniência do acervo e seus órgãos produtores¹³), quanto para a realização de qualquer pesquisa que tenha como base documentos provenientes da administração pública.

A documentação da Administração Municipal da Cidade do Rio de Janeiro é um acervo formado por mais de 4 milhões e meio de registros, emitidos por ou dirigidos à primeira instância de poder da Cidade, que foi a Câmara Municipal. Possui como primeira baliza temporal o ano de 1575, quando das primeiras nomeações para funções na recém-criada Câmara Municipal.

Dentre as várias instituições portuguesas transplantadas para o Brasil, a municipalidade colonial regia-se, por exemplo, pelas mesmas leis metropolitanas – as Ordenações¹⁴ – que funcionaram como referência legal básica da estrutura e funcionamento das câmaras municipais durante aquele período. A legislação brasileira apresenta até hoje resquícios das Ordenações, como é o caso do instituto do Aforamento (laudêmio, *enfiteuse*) que regula a posse e a transferência de terras e terrenos (terrenos de marinhas e mangues etc.).

12 Segundo Henry Rousso, "O documento escrito (carta, circular, auto etc.) proveniente de um fundo de arquivo foi por sua vez produzido por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de fonte que poderia vir a assumir mais tarde. É quase um truismo lembrar que um vestígio do passado raramente é o resultado de uma operação consciente, capaz de se pensar enquanto vestígio, e não enquanto ação inscrita no seu tempo, e portanto capaz de antecipar o olhar que lançará sobre ele as gerações futuras, ainda que às vezes exista em alguns atores a vontade de deixar rastros de sua passagem" (ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

13 Conhecido pela denominação de Princípio da Proveniência ou Respeito aos fundos.

14 Ordenações Filipinas – recompilação sistematizada da legislação portuguesa anterior a 1603: as Ordenações Afonsinas, em vigor a partir de 1446 e as Manuelinas, que vigoraram de 1521 a 1603.

Não importando o período observado, todos os documentos tratam da gestão da Cidade em suas diferentes áreas de atuação: judiciais, fazendárias, político-administrativas, culturais etc. Deste núcleo inicial emergem, por exemplo: a composição e as funções dos quadros administrativos; as intervenções no espaço urbano (uso, a apropriação e a ocupação do solo da cidade, as edificações); a circulação de bens e pessoas; a criação de espaços públicos; a defesa da Cidade; a organização de serviços públicos e privados; o ordenamento das relações sociais via posturas municipais etc.

Com o passar do tempo, a Administração Pública cresce em tamanho e complexidade, diversificando atividades e funções, multiplicando cargos e unidades orgânicas e, é claro, ampliando o volume da produção documental, o que é um complicador a mais quando se trata de recuperar documentos e informações.

Para esclarecer um pouco mais sobre o funcionamento da lógica administrativa, associou-se a ela instrumental analítico originário das áreas de Ciência da Informação e Administração, utilizando exemplos práticos originários duas épocas diferentes, para melhor compreender a produção de documentos-informações e a sua utilidade para a atividade de pesquisa.

A PERSPECTIVA INFORMACIONAL

ABORDAGEM ESTRUTURAL/FUNCIONAL LINEAR

Esta vertente de abordagem conduz e orienta o levantamento de dados sob a perspectiva formal externa, isto é, a obtenção de dados de entrada e saída a partir das competências ou atribuição de cada organismo/cargo/função. Isto significa que ao final ter-se-á uma relação de informações e/ou documentos supostamente produzidos e/ou recebidos e/ou acumulados em um dado período de tempo por certo organismo/cargo/função. Todos os dados coletados refletirão a legislação que os criou, cabendo então cotejá-los com a documentação existente para verificar a existência de lacunas e falhas. Comparar o que a legislação determina, com o que foi executado na verdade, evita a procura de documentos que, de fato, jamais foram produzidos, poupando tempo e esforço. O estudo de estruturas organizacionais ou funcionais criadas quer no período Colonial, quer no Império ou na República, abre uma nova frente de possibilidades, na medida em que são recuperados elementos sobre os órgãos/cargos/funções que levam diretamente à respectiva produção documental-informacional.

Exemplo 1 – Período colonial – Ver Quadro 1

Cargo: Escrivão da Câmara

- **Atribuições:** fazer, anualmente, um livro em que conste toda a receita e despesa do Conselho; escrever, em livro próprio, todos os acordos e mandados; escrever as cartas testemunháveis passadas pelos vereadores, registrar as sessões, registrar a correspondência recebida e expedida, registrar os bens da Câmara, registrar as posturas emitidas etc.

Quadro 1 – Exemplo de produção documental
 Função: Escrivão do Conselho Municipal e da Câmara Municipal
 Datas-limite: 1565-1756

Produção documental prevista	Documentos encontrados	Observações
01 livro de registro de Receita e Despesa	01 livro de registro de Receita 01 livro de registro de Despesas	Livro desdobrado em dois volumes
02 livros de registro de Sessões	08 livros de registro de Atas da Câmara	Sessões registradas nos Livros da Capitania do Rio de Janeiro, junto a outros documentos de natureza diversa.
01 livro de registro de Eleição e Posse de oficiais	01 livro de registro de Eleição e Posse de oficiais	-
01 livro de registro de cartas testemunháveis	-	Escrivão informa ter sido destruído em 1711. Não localizado.
01 livro de registro de Correspondência Recebida	01 livro de registro de Correspondência Recebida e Expedida	Reunidos dois livros em um volume.
01 livro de registro de Correspondência Expedida	Ver livro de registro de Correspondência Expedida e Recebida	Reunidos dois livros em um volume. Não existiram separadamente.
01 livro de registro de Acordos e Mandados	-	Não localizado. Escrivão informa em 1624 estar ilegível.
01 livro de registro de Bens da Câmara	-	O registro dos bens da Câmara passa a ser atribuição do Procurador em 1687. Não localizado.
01 livro de registro de Posturas	-	Não havia sido produzido até 1790. O Livro de Registro de Posturas Municipais não havia sido criado até o final do período colonial e esta falta é sistematicamente apontada pelos diversos Corregedores que fiscalizaram a municipalidade.

Quadro 2 – Exemplo de produção documental
 Órgão: Diretoria do Interior e Estatística
 Data-limite: 1894

Produção documental prevista	Documentos encontrados	Observações
01 livro de registro Posturas municipais	Não localizado	Não foi produzido
01 livro de registro de Agências da Prefeitura	10 livros de registro de Agências da Prefeitura	Volumes separados por região – área geográfica, segundo a divisão administrativa da Cidade.
01 livro de registro de Cemitérios municipais	01 livro de registro de cemitérios municipais 01 livro de Relatórios sobre cemitérios municipais. 01 livro de registro sobre funcionários.	
01 livro de registro de Correspondência Recebida	12 livros de registro de Correspondência Recebida	Volumes separados por espécie documental
01 livro de registro de Correspondência Expedida	18 livros de registro de Correspondência Expedida	Volumes organizados em ordem cronológica.

- **Legislação:** Criado em 1532 – Ordenações: 11/03/1521 e 11/01/1603.
- **Forma de provimento no cargo:** designação da Câmara.

Ainda que não se tenha reproduzido na íntegra todas as atribuições pertinentes ao cargo, verifica-se que em maio de 1734, o Governador Gomes Freire de Andrade solicitou à Câmara informações sobre todos os cargos existentes (denominação, rendimentos, discriminação dos cargos vitalícios ou de serventia, cargos vagos, cargos a serem extintos etc.). Em resposta, a Câmara encaminhou um documento, do qual se extraiu apenas o que se referia ao cargo de Escrivão, para efeito deste exemplo. Nessa carta, as atribuições do cargo de Escrivão assim são descritas: escrever em todas as dependências, posturas, acórdãos, provisões, licenças e cartas; ir em visitas da saúde; registrar as aferições e marcas do gado que se mata no açougue; concorrer com a Câmara em festas e procissões reais

15 A denominação estrutural/funcional se deve ao fato de que no período colonial a organização administrativa tinha como base as funções (estrutura funcional), e não unidades orgânicas e cargos (estrutura orgânica ou organizacional), como nos dias de hoje. Uma vez que a abordagem em pauta pretende-se seja aplicável a qualquer período de tempo, optou-se pelo uso da barra inclinada entre as duas modalidades de organização.

Exemplo 2 – Período Republicano – Ver Quadro 2

- **Órgão:** Diretoria do Interior e Estatística
- **Competências:** Codificar as posturas que forem decretadas pelo poder competente; escriturar em livros especiais tudo que se refere ao pessoal das agências da Prefeitura; o que disser respeito à administração dos cemitérios municipais etc.
- **Legislação:** Dec. n. 22, de 27/07/1894.

ABORDAGEM ESTRUTURAL/FUNCIONAL¹⁵ NÃO LINEAR

Esta perspectiva está voltada para a reconstituição do Fluxo informacional-documental. Nesta, a apreensão da realidade se dá de maneira mais aprofundada, favorecendo a coleta de dados que usualmente não seriam identificados na primeira, como, por exemplo, as relações informais entre os diferentes tipos de organismos/cargos/funções e grupos envolvidos. Esta é uma das diferenças da abordagem linear: a inserção da informalidade no estudo, além de maior flexibilidade no registro de dados. É uma estratégia que utiliza dados também originários da legislação, mas complementados e integrados no mesmo cenário e contexto, com dados obtidos da realidade

documental. Tem-se, assim, um retrato global e ao mesmo tempo detalhado, com possibilidades de criar tantos subníveis de descrição individuais (por função/cargo/órgão) quantos sejam necessários ou desejados, propiciando um conhecimento mais profundo do fluxo interno e externo de um certo organismo/cargo/função no tempo. Dados que não teriam lugar no modelo anterior são incorporados e agregados a outros, o que a legislação prevê e o que a realidade apresenta representados em um mesmo objeto (ver Esquemas 1 e 2).

Exemplo:

1. Forma de funcionamento de um órgão/cargo/função

- Modalidade de convocação – edital, ofício etc.
- Tipo – reuniões, encontros, sessões etc.
- Periodicidade – semanal, quinzenal, mensal.
- Período de ocupação do cargo ou função – duração
- Local – na sede ou em outros endereços.
- Participantes – permanentes ou temporários.
- Acesso ao cargo ou função – forma de preenchimento: convite, eleição, indicação, concurso, seleção etc.
- Substituição dos ocupantes – automática, nova indicação, presença de substituto etc.
- Criação do órgão e/ou cargo e/ou função – mediante a edição de ato oficial.
- Alterações na estrutura do órgão
- Alterações nas competências do cargo e/ou função

2. Limites de atuação e responsabilidade

Definição de competências e/ou atribuições

Exemplo:

Função: Escrivão da Câmara

Atribuições:

- Informar sobre ausência de vereador às sessões
- Registrar as sessões da Câmara
- Registrar as despesas da Câmara
- Auxiliar nas funções de Justiça
- Registrar a posse de novo governo ou de novos cargos/funções
- Encaminhar Relatório sobre os bens da Câmara.

3. Especificação de dados de entrada (obtenção/produção) e saída (destino/distribuição) de produtos por organismo ou função

Exemplo:

Cargo: Escrivão da Câmara

Entrada:

- Informações sobre as despesas da Câmara
 - Informações sobre mandados e acordos
 - Informações sobre cartas testemunháveis
 - Informações sobre bens da Câmara
- Informações sobre as sessões da Câmara

Saída:

- Livros de registro de despesas da Câmara
- Livros de registro de acordos e mandados
- Livros de registro de cartas testemunháveis
- Emissão de cartas testemunháveis
- Livros de registro de bens da Câmara
- LIVROS DE REGISTRO DE ATAS DE SESSÕES DA CÂMARA

4. Delimitação do fluxo de informações/documentos – identificação dos produtores, emissores, receptores; identificação dos diversos tipos de dados (informações, documentos, outros); identificação de sua movimentação (direções); identificação das relações informais entre os cargos/funções/organismos.

Escrivão da Câmara (de) → Procurador (para) = assunto, informação, documento

I1.01 – informar sobre a ausência de vereador à sessão da Câmara → (I = informação)

R1.01 – encaminhar relatório sobre bens da Câmara → (R = relatório)

• Escrivão da Câmara → Tesoureiro

A1.01 – encaminhar regimento do cargo para ciência

• Escrivão da Câmara → Vereador

C1.01 – encaminhar pedido de conserto de bem

• Procurador → Escrivão da Câmara

R1.01 – encaminha relatório sobre bens da Câmara

C1.01 – autoriza conserto de bem

• Tesoureiro → Escrivão da Câmara

M1.01 – encaminha mandados de despesa para registro

D1.01 – encaminha relação de despesas para registro

• Vereador → Escrivão da Câmara

F1.01 – encaminha feitos de injúrias verbais

T1.01 – solicita redação de cartas testemunháveis

O Esquema 1 apresentado a seguir reconstitui o fluxo informacional superficial, Nível 1, sob a perspectiva do Escrivão da Câmara Municipal. Nele estão registradas: a produção de informações e documentos (quem produz e o que produz), a sua movimentação, as formas de comunicação entre os integrantes daquele grupo e os temas que perpassam as relações entre as partes que constituem a Câmara Municipal e a sociedade carioca. A esquematização das relações foi efetuada tendo como referência a legislação (itens 1, 2 e 3).¹⁵

16 A metodologia e o modelo de análise do cargo foram extraídos da área de Administração – Teoria Geral de Sistemas e Engenharia de Sistemas, cujo método denominado “Análise estruturada” foi criado por Borge Langefors. A moderna Arquivologia preconiza a adoção de Modelo de Descrição Arquivística muito próximo desta proposta, denominado Descrição Multinível(LANGEFORS, Borge. *Theoretical Analysis of Information Systems*. Philadelphia: Averbach Publishers Inc., 1973). Outras referências utilizadas: BINGHAM, J. E. ., DAVIES, G. W. P. *Manual de Análise de Sistemas*. Rio de Janeiro: Interciência Ltda., 1977; JOBIM FILHO, Paulo. *Uma metodologia para o planejamento e desenvolvimento de Sistemas de Informação*. São Paulo: Ed. Edgard Blucher Ltda., 1979.

Torna-se visível a partir desse Modelo:

- a forma de funcionamento da função/cargo;
- as relações entre as diversas partes que integram cada contexto;
- a independência das informações ou documentos produzidos pela estrutura formal dos demais organismos/funções expressas em seus organogramas oficiais (ou seja, a não dependência do arranjo estrutural dos organismos/funções);

- a abordagem ampla do fluxo de informações em qualquer nível, ainda que se verifique a ocorrência de alterações estruturais, pois as atividades e decisões fundamentais serão facilmente visualizadas.

O Esquema 2 revela com detalhes o conteúdo do contexto informacional e documental de uma outra função da Câmara colonial – o Almotacé¹⁶ –, os cargos/funções administrativos envolvidos e as categorias sociais com as quais se relaciona, como a sociedade carioca em geral (designada pelo termo “Povo”) e categorias específicas (Rendeiros e Jurados; Oficiais mecânicos e Forneceadores). É assim que o todo se torna visível sem opacizar as relações entre as partes que o integram.

Definidos os documentos procurados, passa-se à análise da realidade, ou seja, ao manuseio do acervo propriamente dito. Neste momento, o produto da lógica da organização administrativa se apresenta de forma clara, como resultado das atribuições previstas em lei, emergindo indícios (signos e códigos, mensagens, vocabulário, expressões, significados etc.) que permanecem, apesar das modificações impostas à estrutura formal, e que perpassam diferentes gestões governamentais. As lacunas dos conjuntos tornam-se evidentes; as alterações de organismos/cargos/funções que demandam dois a quatro anos para serem modificadas na prática; órgãos extintos que continuam funcionando; documentos encaminhados à setores inexistentes; unidades administrativas apresentando comportamentos motivados por razões nem sempre claras para os pesquisadores¹⁷ etc. Também a população é afetada pelas mudanças estruturais, reagindo em um modo e tempo próprios. Reconhecer que o cumprimento das determinações legais nem sempre se efetivou de forma linear e automática e que as práticas do cotidiano burocrático, eventualmente, não correspondem às normas supostamente em vigor é o primeiro passo para pesquisar em arquivos públicos.

17 O cargo de Almotacé foi criado para ser essencialmente “desburocratizante”. No exercício de suas funções, o Almotacé não deveria produzir documentos, mas atuar sempre através da palavra e, segundo as Ordenações, despachar feitos com brevidade sem fazer “grandes processos ou escrituras”. Por outro lado, induz, através de suas informações, a produção de documentos por parte de outros oficiais da Câmara. Trata-se de função que interfere na maioria das atividades desenvolvidas na Cidade, desde a venda de gêneros até a limpeza pública, passando pela construção de imóveis, fiscalização de pesos e medidas, organização do comércio ambulante, profissões, preços de gêneros e serviços, poluição de fontes de água etc. Possuía funções fiscais, judiciais, policiais e administrativas, que se alternavam e se superpunham, dependendo do momento. É um dos representantes típicos da função de Oficial da Câmara colonial, tendo surgido pela primeira vez no Rio de Janeiro em 04/09/1566 (Livro de Provisões Régias, 1565-1592, fl. 62) e extinto em 1832, pela Disposição Transitória, art. 18 (embora já estivesse inoperante a partir de 1827, com a promulgação do Regimento das Câmaras Municipais do Império).

18 No período colonial, por exemplo, as lacunas documentais detectadas justificavam-se pelas dificuldades que o governo local tinha em reunir-se sistematicamente por força de conflitos constantes entre índios, povoadores e corsários, ou ainda pelo fato de as funções públicas não serem remuneradas, exceto o Escrivão, o que estimulava os indicados a recusarem as nomeações.

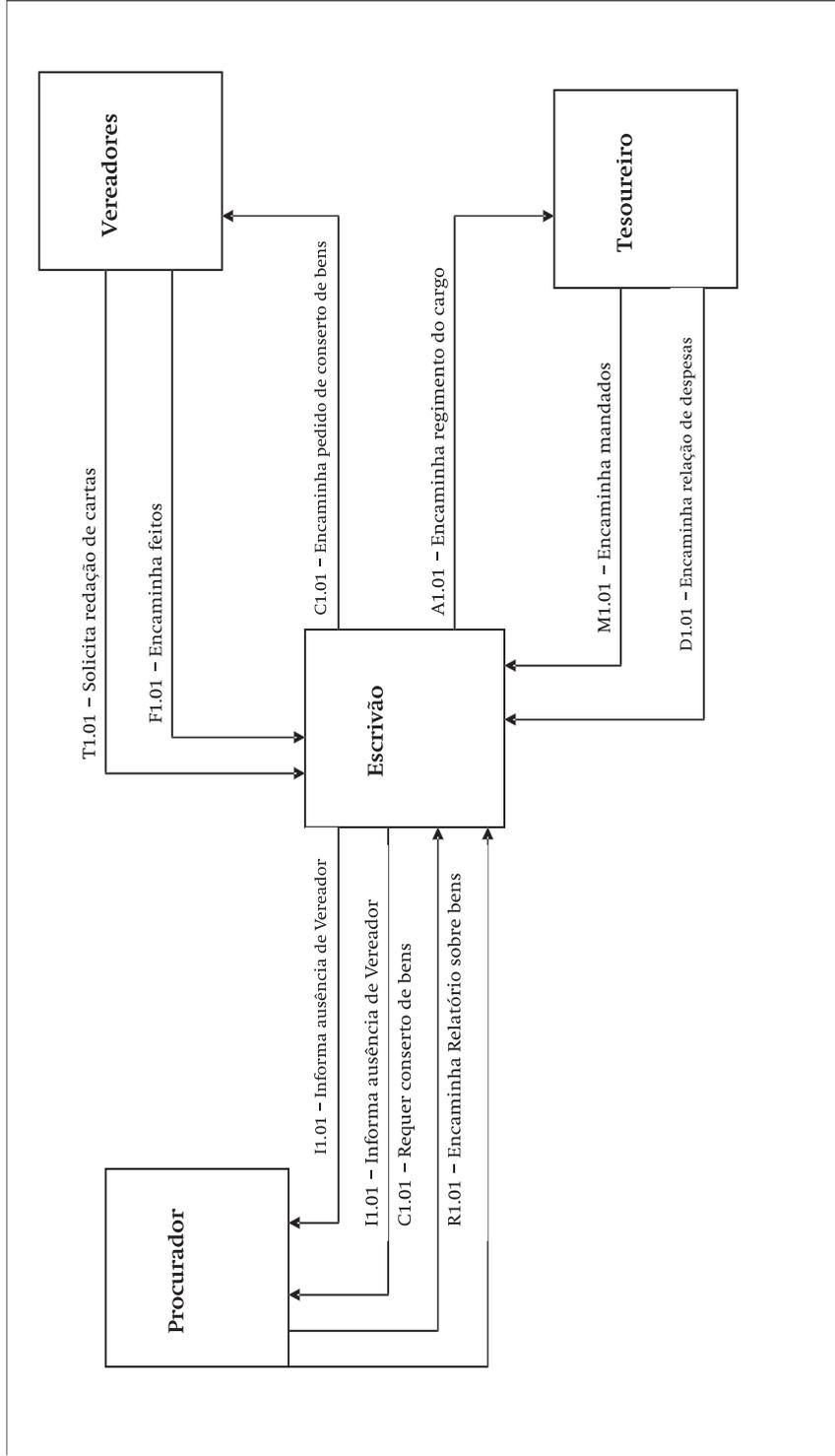
Mas a realidade também oferece pequenas pistas que podem levar a redes de relações e de estruturas de poder instaladas, a identificar diferentes visões de mundo que preencheram o espaço urbano carioca. São encontros imprevistos, como a recuperação de histórias de famílias,¹⁸ costumes e práticas do cotidiano, descrição de vestuário; diversões; tipos e formas de alimentação; cuidados com a saúde; remédios caseiros; cuidados com crianças abandonadas; políticas públicas etc.

APROXIMAÇÕES FINAIS

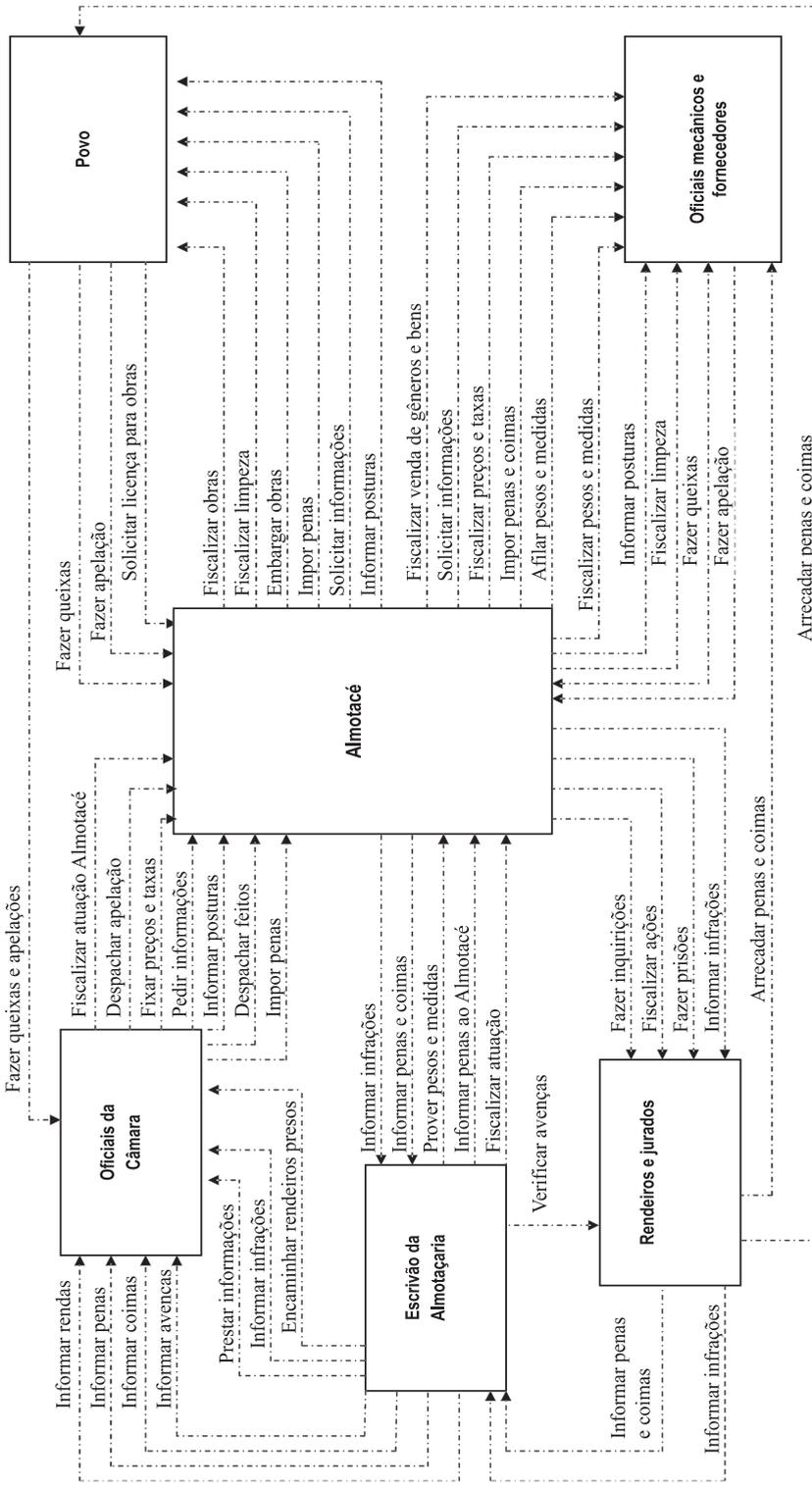
A história administrativa não é apenas uma sucessão de organogramas, como aparentemente pode parecer, mas um ponto de partida para facilitar a própria pesquisa, em termos do que é possível encontrar (espécie de documentos e temas), onde encontrar (a que conjuntos pertencem os documentos procurados) e as relações internas (dentro do organismo) e externas (entre diversos organismos) daquele contexto. Lacunas e falhas são também informações significativas, pois assinalam pontos de estrangulamento e becos sem saída, que permitirão ao pesquisador tomar atalhos ou optar por novos caminhos. A legislação é outro aspecto importante, pois a partir dela se pode traçar um mapa inicial das etapas e locais supostamente percorridos pelo documento desde sua criação, passando pelo registro, tramitação e divulgação, até chegar ao órgão responsável por seu arquivamento e guarda.

19 Ao ser realizado um levantamento da administração municipal da cidade do Rio de Janeiro no período colonial, a equipe registrou os nomes dos ocupantes de cargos/funções da Câmara Municipal. Dentre os primeiros documentos analisados sobre a constituição inicial do governo da Cidade, encontrava-se uma Provisão para o cargo de Escrivão da Câmara, em nome de Julião Rangel, datada de 22/03/1568, acompanhada de uma certidão que o habilitava a ocupar o referido cargo e quaisquer outros, em face dos serviços prestados a Estácio de Sá, na luta contra os índios e corsários. Tal documento não causaria espanto, não fosse o indivíduo um criminoso, "(...) preso e acusado nesta cidade pela morte de um Francisco da Costa, de que saíra solto e livre, e que por uma desobediência de cometer ir-se sem licença desta cidade, saíra pelo dito caso condenado em três anos de degredo para este Rio de Janeiro." Fonte: Livro Primeiro de Ordens e Provisões Régias. Códice n. 16.2.18, p. 44. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A legislação da época proibia que criminosos ocupassem cargos públicos mas Mem de Sá o habilitou a servir todos os ofícios de que for encarregado, sendo considerado para ele idôneo, e relevantes os serviços prestados por Julião Rangel. Em diferentes ocasiões, o mesmo personagem volta a aparecer, a cada vez ocupando cargos cada vez mais elevados, chegando à posição de Ouvidor da Cidade e da Capitania do Rio de Janeiro. Por quase 220 anos, de 1568 a 1783, foi possível acompanhar a trajetória deste ex-criminoso (reabilitado) e de seus descendentes, surgido por acaso, em meio a uma lista de inúmeros outros ocupantes de cargos no governo da Cidade.

Esquema 1: Fluxo de Informações e/ou documentos da Câmara Municipal – Escrivão



Esquema 2: Fluxo de informações e/ou documentos – Nível 2



Entender a Administração Pública, entendida como uma estrutura socialmente construída, sobre a qual nascem e são construídas relações sociais, significa visualizar o desenvolvimento de toda a espécie de atividade organizacionalmente produzida, pressupondo uma participação diferenciada de cidadãos, servidores públicos e governantes nos processos de produção, acumulação e guarda de informações e documentos.

A memória documental de uma cidade exige o conhecimento não somente sobre os suportes físicos existentes, mas também sobre a organização que os produziu, por isso precisa ser vista como parte de um contexto mais amplo. É importante pensar sobre a diversidade das práticas, das tradições e das experiências, sobre as diferenças internas existentes entre as muitas modalidades de organismos que produzem registros. É preciso conhecer, para respeitar esses criadores, para que seus produtos (arquivos-documentos-informações) não sejam reduzidos à condição de meros objetos de contemplação. É imprescindível identificar e compreender os vínculos e a dinâmica existentes entre os produtores e seus produtos, evitando com isso a perda de seu sentido mais profundo, isto é, a relação do indivíduo com o todo ao qual pertence.

Caminhar no tempo e estabelecer laços com o passado são tarefas árduas e penosas para todo aquele que se dispõe a trabalhar em ou com documentos sob a guarda de arquivos públicos. Falar sobre informação, documentos e arquivos é falar da informação como significado, que singulariza e diferencia o objeto procurado dentre os demais, aparentemente similares. Todo registro seja ele oficial ou não, expressa valores, experiências vividas, contradições, ambigüidades e significados que lhe são atribuídos no momento de sua produção e, posteriormente, quando de sua releitura e, para que isso venha a acontecer, é preciso dispor do instrumental adequado para extrair dos registros disponíveis material suficiente para sustentar os questionamentos e as reflexões do pesquisador.

Para finalizar, tomamos as palavras de Carlo Ginzburg, historiador italiano mais conhecido por seus trabalhos sobre a Inquisição, que insiste na consciência do historiador ciente das limitações do seu ofício: “O conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas.” E esta descrição aplica-se, sem dúvida alguma, à elaboração da história administrativa de organismos públicos. Espera-se que este novo olhar sobre a questão venha a ser de alguma valia para os que se dispuserem a fazer essa caminhada.

Anexo 1

Código n.º 49-3-28

Transcrição do “Projecto de Regulamento do Archivo do Districto Federal” – 1894

CAPÍTULO 1

Da organização e fins do Archivo

Art.º 1º O Archivo do Districto Federal é a Repartição em que se devem conservar devidamente catalogados os documentos relativos á história e administração municipal do Districto Federal.

Art.º 2º Comprehende duas Secções, cada uma das quaes terá os seguintes empregados:

1 Chefe

1 Primeiro Official

1 Segundo Official

1 Amanuense e os auxiliares que o Director julgar necesarios.

Art.º 3º Na 1ª secção (Historica) serão archivados, entre outros documentos, os originaes, copias authenticas ou registros:

§1º das leis, alvarás, decretos ou de quaesquer actos estabelecendo, ou alterando o antigo Senado da Câmara, a Câmara Municipal, o Conselho de Intendencia, a actual organização municipal.

§2º de honras, foros, privilegios não só do antigo Senado da Camera, ^{Cama} Municipal, como dos moradores da Cidade do Rio de Janeiro. [fl.1]

§3º das posturas expedidas pelo Senado da Camara, Camara Municipal, pelos Conselhos de Intendencia e dos decretos do Conselho Municipal, quer os sancionados pelo Prefeito, quer os por elle vetados e depois approvados pelo Senado Federal.

§4º dos regulamentos expedidos pelo Prefeito, em virtude de delegação do Conselho Municipal.

§5º dos decretos expedidos pelo Prefeito.

§6º dos autos de posse dos officiaes e Vereador da Camara e membros de Conselho Intendencia e funcionarios quer eleitos quer nomeados para altos cargos da administração do Districto Federal.

§7º dos autos de Vereança, das actas da Camara Municipal e dos Conselhos de Intendencia.

§8º das cartas régias, provisões, portarias, avisos do Conselho Ultramarino dirigidos não só ao Senado da Camara como aos Governadores, Vice-reis ou quaesquer autoridades sobre assumpto de interesse historico para o Districto Federal.

§9º da correspondencia activa e passiva do Senado da Camara, Camara Municipal, Conselho de Intendencia e Prefeitura. [fl.2]

§10º da correspondencia activa e passiva de todas as repartições municipaes entre si ou qualquer autoridade.

§11º de editaes do Senado da Camara.

§12º da Constituição do Districto Federal, demarcação ou alteração de seu territorio.

§13º da criação, demarcação das freguezias e districtos eleitoraes.

§14º de provimentos de correição.

§15º de sesmarias concedidas não só ao Senado da Camara como a outras corporações ou a particulares.

§16º de cartas de aforamentos de terrenos municipaes e papeis relativos.

§17º de demarcação de terrenos e quaesquer plantas topographicas.

§18º de autos e quaesquer documentos relativos a propriedades de terras.

§19º de actas de eleições de diversos cargos, dos Procuradores Geraes, de Senadores, Deputados Vereador e Juizes de Paz. [fl.3]

§20º de documentos relativos a corporações religiosas, scientificas, litterarias ou recreativas.

§21º Numeramentos, patentes, provimentos passados não só pelo Senado da Camara, como pelos Governadores e Vice-Reis.

§22º Autos da fundação de edificios publicos, monumentos, igrejas, associações, etc.

Artº 4º Na Segunda Secção (Administrativa) serão archivados principalmente os documentos referentes:

§1º á abertura de ruas, praças, estradas, etc. e devidas arruações.

§2º a licenças para construcção de predios e seus respectivos prospectos.

§3º a vistorias e infracção de posturas.

§4º a arrendamento de rendas e proprios municipaes.

§5º a venda, troca de bens municipaes.

§6º a desapropriações. [fl4]

§7º a empréstimos municipaes, receita e despeza, e donativos.

§8º a impostos.

§9º a viação, navegação e serviço telephonic.

§10º a obras publicas.

§11º a assistencia e hygiene municipal.

§12º a instrucção publica.

§13º a Policia Municipal.

§14º a nomeação, posse, licenças, suspensão e demissão dos funcionarios municipaes.

§15º os protocollos das diversas repartições.

§16º os documentos existentes nos cartorios dos escriptores dos antigos Juizes de Paz.

Artº 5º Anexo a 1ª Secção haverá um Museu em que serão guardados os objectos de interesse historico para o Districto Federal. [fl.5]

CAPITULO II

Da aquisição e consulta de documentos

Artº 6º Todas as repartições da Prefeitura receberão do Archivo os documentos, registros e demais papeis dois annos depois de findos os trabalhos de que tratarem.

Artº 7º Estes documentos serão acompanhados de uma relação em duas vias, uma das quaes sera devolvida, ficando a outra archivada.

Artº 8º O Director poderá requisitar, por intermedio da Directoria do Interior e Estatistica os documentos que deixaram de ser remettidos.

Artº 9º Reclamará tambem officialmente a restituição de documentos pertencentes á Municipalidade e que se acharem em repartições federaes ou estaduaes.

Artº 10º Communicará ao Prefeito, se lhe constar que existem documentos avulsos, que em qualquer época tenham sido subtraídos do Archivo Municipal a fim de que pelos meios legaes se possa fazer a devida apprehensão. [fl.6]

Artº 11º Todos os documentos do Archivo serão marcados com a seguinte chancella “Archivo do Districto Federal”.

Artº 12º Em dias determinados se facultará ao publico a consulta de documentos.

Artº 13º A ninguém será licito tirar copias de documentos ineditos sem licença especial do Prefeito, ouvido o Director do Archivo; sendo porem permitido fazer extractos.

Artº 14º O Director do Archivo satisfará a requisição de documentos feita por outras repartições da Prefeitura, remettendo-os em protocollo em que passará recibo o funcionario que houver feito a requisição.

CAPITULO III

Dos empregados do Archivo

Artº 15º O Quadro dos empregados do Archivo se comporá de

1 Director Archivista

2 Chefes de Secção

2 Primeiros Officiaes

2 segundos Officiaes

2 Amanuenses

6 auxiliares

4 Restauradores-Copistas [fl.7]

Art.º 16º Ao Director compete:

§1º dirigir e inspecionar os trabalhos do Archivo.

§2º dar posse aos empregados e designar-lhe as Secções que devem servir.

§3º abrir e encerrar o ponto diariamente aos empregados e justificar-lhes as faltas.

§4º requisitar por intermedio da Directoria do Interior e Estatistica os documentos que tenham de ser recolhidos ao Archivo.

§5º manter relações officiaes com os Chefes de estabelecimentos da mesma natureza nacionaes ou estrangeiros e communicar-se com os directores de qualquer corporação que possúa documentos de importancia para a historia do Districto Federal.

§6º apresentar annualmente ao Prefeito um relatorio detalhado do movimento do Archivo, suggerindo as medidas que julgar convenientes para o seu desenvolvimento.

§7º Organisar o plano geral de classificação o qual só será posto em execução depois de approved pelo Prefeito. [fl.8]

§8º Dirigir a publicação da revista.

Art.º 17º São deveres do Chefe de Secção

§1º dirigir as suas respectivas Secções, sendo responsaveis pelo serviço d'ellas.

§2º conservar e inventariar os documentos.

§3º distribuir os trabalhos entre os empregados de suas Secções.

§4º dirigir a classificação e organizar os catalogos.

§5º fazer ou mandar fazer as buscas dos documentos que forem requisitados, ou de que se requererem certidões.

§6º fazer lançar em livro proprio a entrada e sahida de documentos de suas secções.

Art.º 18º Os 1ºs Officiaes, 2ºs Officiaes e Amanuenses executarão os serviços que lhes forem distribuidos.

Art.º 19º os Auxiliares alem de outros trabalhos deverão:

§1º rotular os armarios, estantes, prateleiras, livros, caixas e massos de documentos. [fl.9]

§2º tirar das estantes os documentos que forem pedidos para o serviço da secção e colloca-los nos seus respectivos lugares quando não forem mais necessarios.

§3º substituirão os Amanuenses a juizo do Director.

Art.º 20º os Restauradores-Copistas serão encarregados, sob fiscalisação immediata do Director, de restaurar os documentos que estiverem estragados ou illegiveis. As copias, depois de conferidas devem ser authenticadas pelos Chefes de Secção.

Art.º 21º o Continuo, alem de serviço interno do Archivo será encarregado da entrega do expediente.

CAPITULO IV

Disposições Geraes

Art.º 22º São applicaveis aos empregados do Archivo as disposições do Capitulo V e VI e VII do Decreto n.º 22 de 27 de julho de 1984 dando regulamento a Directoria do Interior e Estatistica.

Art.º 23º Os Auxiliares e Restauradores-Copistas serão nomeados sob proposta do Director.

Art.º 24º No Plano de classificação que for organizado poderão ser alteradas as disposições dos Art.ºs 3º e 4º e seus §§. [fl.11]

Art.º 25º O Director entrará em accordo (que será submetido á approvação do Prefeito) com seus funcionarios vitalicios federaes, para que sejam extrahidas copias authenticas dos registros e autos existentes em seus Cartorios que tratem de assumpto de importancia para a historia do Districto Federal.

Capital federal, 24 de Agosto de 1894.

Anexo 2

1. Fontes sobre Julião Rangel, ex-degredado e seus descendentes - localizadas quando do levantamento de cargos e funções da Administração Municipal carioca no período colonial

Códice 16.2.18, fl. 44, 1568

Datas - Limite: 09/09/1565 a 14/02/1569

Livro Primeiro de Ordens e Provisões Régias

Documento 26. Traslado de provisão de habilitação a Julião Rangel.

Traslado da Provisão de habilitação de Julião Rangel

“Mem de Sá do Conselho de El Rey Nosso Senhor Capitão da Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos e Governador Geral em todas as mais Capitánias, digo em todas as mais Capitánias e Terras de toda esta costa do Brasil pelo dito Senhor. Faço saber ao Ouvidor Geral e a todos os outros Ouvidores, Juizes e Justiças, officiais e pessoas destas partes do Brasil, a que esta Provisão for mostrada e o conhecimento dela com direito pertencer, que por parte de Julião Rangel, morador nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro me foi dada uma petição em que dizia que ele viera comigo na armada em serviço de Sua Alteza e ajudara a guerrear neste Rio de Janeiro, contra os Franceses e Corsários, de que Deus me dera muita vitória e que por quanto ele fora preso e acusado nesta cidade por morte de um Francisco da Costa, de que saíra solto e livre, e que por uma desobediência de cometer ir-se sem minha licença desta cidade, saíra pelo dito caso condenado em tres anos de degredo para este dito Rio pelo que me pedia lhe fizesse mercê de o habilitar, para que sem embargo do dito degredo pudesse servir qualquer officio de que fosse encarregado nesta cidade e seus termos no que tudo receberia mercê, segurando quanto isto e outras coisas em sua petição se continha, e vista por mim, e havida a informação do dito caso e, havendo respeito ao que nela diz, hei por serviço de Sua Alteza habilitar o dito Julião Rangel para que ele possa servir em todos os officios de que for encarregado, nesta cidade, e seus termos, e isto sendo para eles idôneo e suficiente, visto a qualidade do caso por que foi degredado e como serviu o dito senhor, a qual

habilitação eu faço, por virtude de um capítulo do regimento que tenho do dito Senhor, em que me dá para ele poder, cujo treslado é o seguinte: Se alguns homens que para as ditas partes do Brasil foram ou ao diante forem degradados, me fizerem lá tais serviços na terra ou no mar, que vos pareça que merecem e devem ser habilitados para poder servir officios que neles couberem, assim da justiça como da minha fazenda, hei por bem que vós os possais prover dos ditos officios quando vagarem ou for necessário serem providos de pessoas que os sirvam, e isto se não entenderá nos que forem degradados por furtos ou falsidades, pelo que mando atodos os officiais de Justiça destas partes do Brasil, assim do regimento da terra como da Fazenda do dito Senhor que hajam por habilitado e hábil para servir os ditos officios em que o encarregarem, e for encarregado, o que assim cumpri uns e outros, sem dúvida nem embargo que lhe a ele ponhais, nem seja posto. Dado nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro hoje, 22/03/1568.”

Código 16.2.19, fl. 82, 1571.

Datas – Limite: 04/09/1566 a 04/08/1576

Título: Livro Segundo de Ordens e Provisões Régias

Documento 54. Traslado de provisão de Julião Rangel para servir como Escrivão da Câmara.

Documento 55. Traslado de fiança que deu Julião Rangel.

Documento 56. Traslado de provisão de Julião Rangel para servir como Escrivão dos Órfãos da Cidade.

Documento 56 – Traslado de Provisão de Mem de Sá, Governador e Capitão-mor, nomeando em 20/10/1571, Julião Rangel para o cargo de Escrivão de Órfãos da Capitania do Rio de Janeiro .

“Traslado de provisões e fiança que deu Julião Rangel com os officios de Escrivão de Órfãos de toda a Capitania do Rio de Janeiro em 11/10/1571. Diz Julião Rangel, morador no Rio de Janeiro, Cidade de São Sebastião, que há cinco anos que reside no Rio de Janeiro, em serviço de Sua Alteza, sem neste tempo ter soldo nem mantimentos do dito Senhor, e ora veio a esta Cidade por mandado do Capitão Salvador Corrêa de Sá a pedir socorro a V.Sa. para o Cabo Frio, pede a V.Sa., havendo respeito, ao acima dito, lhe faça mercê de um officio de Escrivão dos Órfãos da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sem embargo de o servir.”

Código 16.2.20, fl.03, 1583

Datas – Limite: 26/07/1583 a 14/04/1590

Título: Livro Terceiro de Ordens e Provisões Régias

Documento 2. Provisão de Julião Rangel como Ouvidor da Cidade.

Provisão do Governador Salvador Corrêa de Sá, em 26/07/1583.

“Provejo do dito cargo de Ouvidor desta Cidade e da Capitania a Julião Rangel, cidadão dela em nome de Sua Magestade, para que ele o sirva 3 anos e usará dos poderes e alçada que o dito Senhor dá aos ditos Ouvidores destas partes, com o qual cargo haverá 30 mil réis cada ano, sendo S.M. servido, e houve por bem, por ser pessoa apta, e suficiente para o dito cargo, e assi o do serviço de Deus e de S.M. e ter servido os cargos honrados da República (...)”.

Código 39.4.47, fl. 03, 1778

Autos de Agravo. Escusa para não ocupar o cargo de Almotacé. Balthazar Rangel de Souza Coutinho

Revista do Arquivo do Distrito Federal, v. 3., 1895

Carta de 09/03/1734

De: Oficiais do Senado da Câmara

Para: Governador Gomes Freire de Andrade

“Escrivão da Câmara: Julião Rangel de Souza Coutinho, proprietário do cargo, filho do defunto Juliam Rangel de Souza, por cujo falecimento lhe fez S.M. mercê da propriedade do ofício e se acha nele encartado e é do que devem passar aos filhos e não vitalício”.

2. Outros exemplos de fontes encontradas a partir de levantamento para elaboração de História administrativa da Municipalidade carioca

1. Escritura de dote e casamento

Código 42-3-56, fl. 20 - 21, 1662

Feita por Maria Jacome de Mello, viúva de Francisco Ferreira Travasso, a Gregorio Nasianzeno da Fonseca, que estava de casamento tratado com Maria Machado de Mello. Traz informações detalhadas sobre o dote.

2 Procuração

Código 42-3-56, fl. 25 - 26, 1662

Do capitão Sebastião Rodrigues Filgueira, preso no “salão livre da cadeia pública”, a diversas pessoas no Rio de Janeiro, Santos e Capitânicas do Sul, Lisboa, Porto, Moçambique; aos reitores e procuradores dos Colégios da Companhia de Jesus etc.

3. Cartas de sesmaria

Código 3-4-28, fl. 10, 1578

Antonio de Souza, morador na cidade, vindo de S.Vicente, onde casou, pede doação de sesmaria de duas léguas para ele e um cunhado casado.

4. Correição dos Ouvidores

4.1 Códice 16-4-10, fl. 2 v., 1624

Que as posturas deveriam ser passadas para novo livro, visto que evitaria toda a confusão que há nos livros velhos, acrescentando-se as novas.

4.2 Códice 16-4-10, fl.7,1626

Que façam Quadrilheiros como está mandado, porquanto seus oficiais pertence saber os alcouces, onde tabollagens, e onde se recolhem furtos, barregados, casados, alcoviteiros e feiteiros.

5. Ordens Régias

5.1 Códice 16-4-3, fl. 17, 1668

Proibição de se maltratar cruelmente os escravos.

5.2 Livro 40, fl. 17, 1668

Sobre o tratamento que dão os senhores aos seus escravos. [fl.17]

5.3 Livro 4, fl. 37, 1691

Moradores da capitania do Rio de Janeiro solicitam que por 6 anos fiquem dispensados da cobrança da dívida relativa à contribuição para o dote da Rainha da Inglaterra e da paz com a Holanda, cobrança feita com a arrematação de gêneros do país. Alegavam o estado de miséria em que se achavam pelos inúmeros tributos a que estavam sujeitos.

6. Memória documental sobre a Hanseníase na Cidade do Rio de Janeiro

6.1 Assistência pública e privada: história e estatística. Rio de Janeiro, 1922.

1763 – “Infestavam as ruas e estradas da Cidade em 1763, mais de 200 morféticos, número esse diminuto se comparado com o de leprosos da Bahia, que elevava-se a 4.000.” [fl.41]

6.2 Consolidação das Leis e Posturas Municipais. Primeira parte – Legislação Federal. Rio de Janeiro, 1905. Título III – Estabelecimento de Assistência. Parte 2 – Irmandade da Candelária - Hospital dos Lázaros.

Carta Régia de 04/11/1697 – “Pertence ao Senado da Câmara a iniciativa da criação de um lazareto ou hospital para leprosos na Capital. Foi esta corporação que no séc. XVII tomou a deliberação de isolar os morféticos em um hospital, e representou ao governo de D. Pedro II de Portugal, pedindo um lugar particular e separado para a cura dos lázaros.” [fl. 838-839]

RESUMO

A abordagem do uso da informação produzida pela administração municipal (patrimônio informacional arquivístico) pode ser vista, ainda hoje, como objeto pouco familiar à área de Arquivologia, já que a maior parte dos estudos no Brasil e no exterior volta-se para interfaces mais tradicionais da área arquivística, como, por exemplo, as técnicas e métodos de tratamento de acervos, automação de rotinas, elaboração de instrumentos de pesquisa etc. Tal lacuna acaba por dificultar a investigação do assunto na realidade brasileira, razão pela qual a autora decidiu elaborar o presente artigo, associando sua experiência no campo arquivístico ao instrumental teórico-conceitual oferecido pelas áreas de Ciência da Informação e Administração, selecionando aspectos considerados relevantes para o entendimento da relação informação arquivística governamental (memória oficial) e história administrativa, tomando como referência o acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: **Informação, Documentos, Arquivos, Administração, Informação administrativa, Informação arquivística, Pesquisa, Memória oficial, Memória documental.**

ABSTRACT

The approach concerning use of information produced by the municipal administration (archive informational heritage) may be seen, to the present day, as a rather unfamiliar subject in the field of Archival science, considering that the majority of studies both in Brazil and abroad seek the more traditional interfaces in the archivist field such as, for example, the techniques and methods for archive treatment, automation of routines, conceiving research instruments etc. This failing renders investigating the subject more difficult within the present Brazilian reality and thus prompted the author to produce the present article, by combining her experience in the archival field with the theoretical and conceptual instrument offered by the areas of Information Science and Management, through the selection of aspects considered pertinent to the full understanding of the relationship between government archival information (official legacy) and administrative history. It uses as reference the General Archives of the City of Rio de Janeiro.

Keywords: **Information, Documents, Archives, Administration, Administrative information, Archival information, Research, Official legacy, Documental legacy.**



Da casa de correção da corte ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca: um breve histórico do sistema prisional no Rio de Janeiro, 1834-2006

Carlos Eduardo Moreira de Araújo

*Doutorando em História Social do Trabalho pela Universidade
Estadual de Campina (UNICAMP)*

Dezembro de 2006. Depois de muitas idas e vindas, finalmente o Rio de Janeiro começa a se livrar de um grande entrave ao desenvolvimento imobiliário de uma cobiçada região central da cidade. Trata-se do imóvel situado na rua Frei Caneca número 463. Este local abrigou por mais de 170 anos uma das piores instituições criadas pela sociedade: uma prisão.

O Complexo Penitenciário da Frei Caneca era depositário de parte importante – e triste – da história do sistema prisional no Brasil. Naquele endereço foi erguida a primeira prisão do Império: a Casa de Correção da Corte. Para destacarmos a importância dessa implosão para a história do Rio de Janeiro é necessário recuar no tempo, mais precisamente para janeiro de 1834, quando os primeiros condenados chegaram à então bucólica região do Catumbi para darem início à construção do presídio que deveria estar em conformidade com as novas idéias de punição nascidas no final do século XVIII na Europa e nos Estados Unidos.¹

¹ A partir do século XVIII desenvolve-se na Europa e nos EUA um longo processo de mudanças na punição dos desviantes. Com base nas idéias iluministas, cada país, em momentos históricos distintos, passou da punição pública e física de suplício dos corpos para a pena de prisão com trabalhos. Esta última penalidade deveria reformar o desviante, torná-lo um cidadão laborioso. Para maiores detalhes, ver: FOUCAULT, 2002; IGNATIEFF, 1978; ROTHMAN, 1971.

Se até o século XVIII o crime era punido supliciando o corpo do condenado, a partir das idéias iluministas o corpo deveria ser poupado. O interesse passa a ser reabilitar o homem através da transformação da alma. Para isso seria necessário um tempo de isolamento social, acompanhado de muitas orações e principalmente de trabalhos manuais. Identificados com ociosos, vagabundos e desordeiros, os assassinos e ladrões deveriam buscar o arrependimento

e desenvolver o gosto pelo trabalho. Tarefa que se mostrou infrutífera, como o tempo demonstrou. Como esse novo ideal de punição foi introduzido no Brasil é o que vamos ver a seguir.²

OS PRIMÓRDIOS

A Constituição de 1824 determinava em seu artigo 179 parágrafo 18: “As cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes.” Ainda em 1824, o governo imperial comprou um terreno na rua das Flores³ pertencente a Fernando José de Almeida, pela quantia de 27:000\$000 rs (vinte sete contos de réis) (AZEVEDO, 1862). Mas o terreno ficou esquecido. Nada foi construído no local e nenhum projeto foi apresentado ao longo da década de 1820.⁴

Apesar da determinação legal, as prisões permaneceram as mesmas do período colonial. Na década de 1830 os locais disponíveis para a detenção dos criminosos na cidade do Rio de Janeiro se resumiam a unidades militares espalhadas pela Baía de Guanabara, destacando-se a Ilha das Cobras e a Fortaleza de Santa Bárbara, para onde eram remetidos os prisioneiros militares. Quanto às prisões civis tínhamos o Aljube, antiga prisão eclesiástica no sopé do morro da Conceição, temida por ser uma “sentina de todos os vícios, antro infernal, onde tudo se acha[va] confundido, o maior facínora com uma simples acusada, o assassino o mais inumano com um miserável, vítima da calúnia ou da mais deplorável administração da justiça”. Nas palavras das autoridades da década de 1830, o Aljube era o “inferno na terra”.⁵

Ainda entre as prisões civis, a cidade contava com o Calabouço, localizado no morro do Castelo, destinado exclusivamente à punição de escravos fugitivos ou que eram entregues pelos senhores para serem castigados. Todas estas construções foram adaptadas para abrigar de forma transitória os criminosos, muito distantes das práticas carcerárias que se pretendia estabelecer no recém-fundado império brasileiro.

Embora a Casa de Correção da Corte tenha sido oficialmente inaugurada em 1850, as bases para o surgimento da prisão moderna no Brasil foram

² Entre as décadas de 1830 a 1860, foram erguidos três estabelecimentos correccionais no Brasil inspirados nas experiências e discussões ocorridas na Europa e nos Estados Unidos da América: Casa de Correção da Corte, Casa de Correção de São Paulo e Casa de Prisão com Trabalhos da Bahia. Para a prisão do Rio de Janeiro temos os trabalhos de SANT'ANNA, 2002 e PESSOA, 2000. A instituição de São Paulo foi analisada em SALLA, 1999. Para a instituição da Bahia não localizamos nenhuma análise.

³ Atual rua de Santana, centro do Rio de Janeiro.

⁴ Somente em 1840 é que o terreno foi utilizado para a construção da nova Igreja de Santana. A antiga ficava no Campo da Aclamação (atual Praça da República). Até hoje a igreja continua no mesmo lugar, dando inclusive o nome à rua.

⁵ Relatório da Comissão encarregada de visitar os estabelecimentos de caridade, as prisões públicas, militares e eclesiásticas apresentado à Ilustríssima Câmara Municipal da Corte em 1830. Apud MORAES, 1923, p. 8.

estabelecidas a partir da promulgação do Código Criminal de 1830. Além das penas de morte e galés,⁶ o código previa penas de banimento, degredo, multa e prisão simples. As penas de açoites eram destinadas somente aos escravos (MALERBA, 1994, p. 10 e SALLA, 1999, p. 44).

Numa leitura mais atenta do Código percebemos que as penas aplicadas para cerca de dois terços dos crimes foram as de prisão com trabalho e prisão simples, inserindo no país os novos padrões de punição desenvolvidos na Europa. Para que a lei fosse cumprida era imperativo que novos estabelecimentos prisionais fossem construídos. Os custos para tais construções eram elevados. Os legisladores estavam cientes das dificuldades financeiras do governo, por isso no artigo 49 do Código Criminal ficou estabelecido que

*enquanto se não estabelecerem as prisões com as comodidades e arranjos necessários para o trabalho dos réus, as penas de prisão com trabalho serão substituídas pela de prisão simples, acrescentando-se, em tal caso, a esta mais a sexta parte do tempo por que aquelas deveriam impor-se.*⁷

⁶ Pena em que o condenado realizava obras públicas tais como construção de fontes e edifícios públicos, abertura de ruas, entre outras.

⁷ Coleção de Leis do Brasil de 1830. Atos do Poder Legislativo, Lei de 16 de dezembro de 1830, p. 151.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Brasil enfrentou momentos de grande tumulto político em que várias correntes ideológicas disputaram o poder. Neste mesmo ano é fundada a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, uma agremiação política representativa do pensamento e da ação dos liberais moderados que haviam conquistado a Regência e pretendiam colaborar no combate aos restauradores e na preservação da ordem pública (GUIMARÃES, 1990).

Em sessão realizada pela Sociedade Defensora em dezembro de 1831 foi apresentado por uma comissão formada por membros da agremiação um projeto para a construção da Casa de Correção e Trabalho da Corte. O local sugerido para a construção foi o antigo Paço do Senado, um prédio em ruínas localizado no Campo de Santana. Segundo o parecer apresentado, o terreno era o mais indicado por ser suficientemente grande, “bem arejado” com água em abundância e por se localizar numa praça “muito larga”, “fora da cidade”, porém num lugar “*onde todos pudessem observar com facilidade o estado e progressos de uma obra, que cada um poderá considerar como sua*”. A intenção dos *defensores* era tornar o império civilizado, manter a ordem pública, reprimir a mendicidade e principalmente erradicar o “vício” da vadiagem transformando os detentos em “pobres de bons costumes”. Mas esse objetivo somente seria alcançado através de uma casa de prisão com traba-

lhos que proporcionaria a sociedade de bem a “correção” dos desviantes.⁸

O projeto da Casa de Correção da Corte proposto pela Sociedade Defensora foi inspirado no *Panóptico* de Jeremy Bentham. Instituído na Inglaterra no final do século XVIII, esta arquitetura tinha por objetivo controlar o indivíduo permanentemente. De uma torre localizada no centro da edificação, os inspetores teriam uma visão privilegiada de todo o estabelecimento prisional para uma vigilância contínua e total dos internos (FOUCAULD, 2002, p. 162-187).

De acordo com o projeto da Sociedade Defensora, seriam construídos quatro raios em torno da torre central.⁹ A inspiração para a planta feita pelo coronel Manoel José de Oliveira foi a prisão de Genebra, porém algumas adaptações foram necessárias para o melhor aproveitamento do terreno e redução dos custos. Segundo o projeto, a construção seria posta no ângulo formado pelo Campo da Honra com a rua do Areal.¹⁰ Dali partiriam as celas em forma de raios de maneira que todos os corredores dos dois andares pudessem ser “devassados” ao mesmo tempo de um só lugar. O regime a ser adotado no controle dos detentos deveria ser o “que a prática mostrar serem precisos”.¹¹

Uma construção de tamanha grandiosidade, como podemos perceber pela planta acima, seria dispendiosa. E realmente era. A obra fora orçada em 200:000\$000 rs (duzentos contos de réis). Só para se ter uma idéia dos custos calculados pela Sociedade Defensora para reformar antigo edifício do Senado, o orçamento destinado para os gastos com toda a Província do Rio de Janeiro para os anos 1831-1832 foi de 233:947\$631 rs (duzentos e trinta e três contos, novecentos e quarenta e sete mil e seiscentos e trinta e um réis). Ou seja, as obras da Casa de Correção proposta pelos *defensores* consumiriam aproximadamente 86% das verbas destinadas a toda a Província.¹²

8 Arquivo Nacional, GIF, 5F-361. *Parecer da Comissão encarregada pelo Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, do Rio de Janeiro, de apresentar o Plano de uma Casa de Correção e Trabalho nesta Corte. Fl. 1. Em 8/12/1831.* Grifos nossos.

9 Escola de Formação Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. *Resgate da Memória do Sistema Penitenciário: Casa de Correção.* Rio de Janeiro, 2002, p. 11. Mimeo.

10 Esquina da atual Praça da República com a rua Moncorvo Filho, onde hoje se localiza o prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

11 *Arquivo Nacional, GIF, 5F-361. Parecer da Comissão encarregada (...). Fl. 2.* No início do século XIX havia dois regimes prisionais norte-americanos que dividiam as atenções dos estudiosos: Auburn e Pensilvânia. Em linhas gerais, o modelo de Auburn ou *silent system* estabelecia a separação noturna em celas individuais e trabalho em conjunto nas oficinas durante o dia. Tudo em completo silêncio e sob forte vigilância. Aos violadores das regras eram aplicados castigos corporais. O modelo da Pensilvânia ou *solitary system* estabelecia que os detentos fossem mantidos em total isolamento em celas individuais onde seriam realizados os trabalhos manuais. Os dois modelos americanos de prisão tinham como base o silêncio, a obediência e o trabalho como meio de regeneração.

12 O governo havia destinado apenas 15:382\$ 564 para a Secretaria de Polícia da Corte para gastos com “visitas a bordo das embarcações, despesas do Calabouço, gratificações e mais despesas para a Guarda de Polícia”. Na verdade, neste orçamento redigido ainda sob o governo de D. Pedro I, não havia nenhuma dotação para a construção de prisões com trabalho. Todos os valores expressos constam em: Coleção de Leis do Império de 1830. 1ª Parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. Lei de 15/12/1830, p. 100-110.

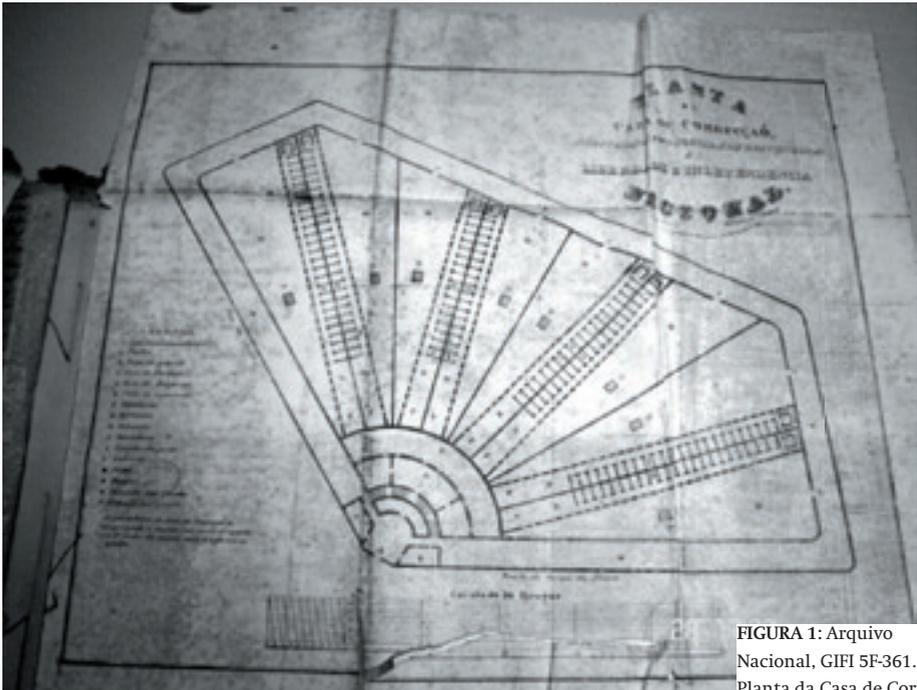


FIGURA 1: Arquivo Nacional, GIF1 5F-361. Planta da Casa de Correção da Corte proposta pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, 1831.

A princípio, a Casa de Correção seria um empreendimento construído pela iniciativa privada. Loterias e outras formas de arrecadação foram organizadas pelos integrantes da Sociedade Defensora que apelavam para a generosidade dos homens engajados em transformar a antiga colônia portuguesa num império de verdade. Mas os esforços foram em vão.¹³

A sugestão de usar as ruínas do antigo Paço do Senado foi dirigida ao Tesouro Público Nacional presidido por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foram feitas algumas exigências aos *defensores*. Além da declaração dos recursos disponíveis, deveria constar o plano da obra, a planta do Edifício e uma garantia de indenização à Fazenda Pública caso o plano não fosse executado pela Sociedade Defensora. Sem o cumprimento destas exigências somente a Assembléia Geral poderia responder à solicitação.

13 AN, GIF1, 5F-361. No fim de janeiro de 1832 a Sociedade Defensora declara ter arrecadado a quantia de 5:000\$000 rs (cinco contos de réis) para o início das obras, ou seja, apenas 2,5% do total orçado pela comissão encarregada pelo plano de construção da Casa de Prisão com Trabalhos da Corte.

Mas antes de encaminhar a questão, o Tesouro Público Nacional realizou visitas nas ruínas para que o governo soubesse o real estado da construção. Por fim, o governo regencial decidiu que o prédio deveria ser reformado para abri-

gar novamente o Senado. Por mais organizada e poderosa que fosse a Sociedade Defensora, sem o apoio do governo, o projeto de introduzir no Brasil prisões modernas e civilizadas não sairia do papel. O sonho da agremiação política de conduzir a construção da Casa de Correção da Corte foi adiado. De qualquer forma, a semente fora plantada.

Após a derrota, os *defensores* passaram a articular nos bastidores do poder uma forma de executar seu projeto de prisão com trabalho. Vários quadros que participavam da Sociedade Defensora acabaram fazendo parte do Governo Regencial, e foi através de um deles que finalmente a construção da Casa de Correção da Corte teve início. Como o uso do edifício do Paço do Senado fora negado anteriormente, os *defensores* precisavam encontrar outro local para o empreendimento prisional.

Após dois anos de buscas, em 1833, uma nova comissão organizada pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional encontrou uma chácara no final da rua do Catumbi que reunia as condições ideais para a construção do estabelecimento penal. A propriedade pertencia a Manuel dos Passos Correia e foi adquirida pelo governo por 80 contos de réis, paga em Letras do Tesouro Nacional em três anos. O terreno possuía 165 metros de frente para a rua do Catumbi, desde a montanha do Barro Vermelho (atual morro de São Carlos) que em forma de meia lua fecha os outros três lados e 313 metros no seu maior fundo formando uma vela latina, tendo um ângulo agudo na direção leste.

No terreno havia ainda uma casa espaçosa que servia de moradia do proprietário, algumas ferramentas e uma “grande porção de cal”.¹⁴

Confirmada a transação, em janeiro de 1834 o Governo Regencial dá início às obras da Casa de Correção da Corte. Uma obra “de tanta importância, e que tanto deve [ria] influir sobre os costumes e a moralidade do povo”. Tudo dentro da perspectiva pregada pela Sociedade Defensora da qual fazia parte o Ministro da Justiça Aureliano Coutinho, responsável pela construção.¹⁵ Mesmo não conduzindo o processo como queriam, os *defensores* saíram vitoriosos. Seu projeto de manter a ordem e a hierarquia social através da construção de uma prisão com trabalho finalmente saíra do papel.

¹⁴ Escola de Formação Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. *Resgate da Memória do Sistema Penitenciário: Casa de Correção*. Rio de Janeiro, 2002, p. 10 e 11. Mimeo.

¹⁵ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça de 1833, op. cit., fl.18

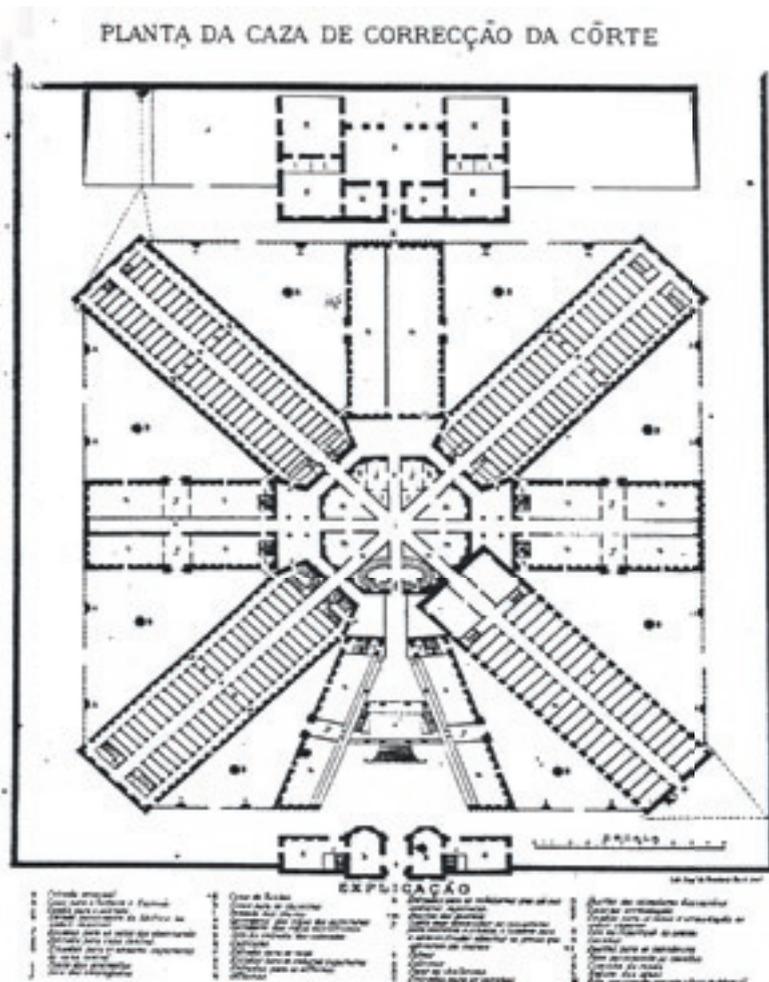


FIGURA 2: Arquivo Nacional, IJ7-78 (1828-1912). *Planta da Casa de Correção da Corte*, 1834.

Em seu relatório, Aureliano Coutinho destacou as dimensões do terreno e a economia que seria feita com o deslocamento de pedra, saibro, areia, madeiras, cal, telhas e outros gêneros que viriam embarcados até bem próximo das obras, através do canal de comunicação com o mar. Este, por sua vez, também serviria para escoar os produtos que seriam fabricados pelos presos, tornando-os mais lucrativos.¹⁶

O Ministério da Justiça transferiu 60 presos de diversas prisões do Rio de Janeiro para a chácara do Catumbi, que deram início ao empreendimento. Ao longo dos anos o número de detentos foi aumentando. Em 1850, a prisão foi inaugurada contando apenas com dois raios ainda não concluídos. O primeiro pavilhão com 200 celas só ficou pronto em 1853. Durante esse longo período de obras,

¹⁶ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça de 1833, op. cit., fl.19. Uma comissão de médicos visitou o local e constatou que o terreno estava num local arejado e saudável, próprio para a construção de um estabelecimento prisional.

a Correção contou com a mão-de-obra de escravos fugidos ou entregues pelos seus senhores para serem castigados na prisão do Calabouço – transferida para o Catumbi em 1838 –, livres e libertos considerados vadios ou mendigos, escravos de aluguel e africanos livres. Já a partir da sua construção, a Correção procurava capacitar os criminosos e desordeiros à “vida útil” (SOUZA, 1998, p. 33-63).

A CASA DE CORREÇÃO DA CORTE EM FUNCIONAMENTO

Entre 1834 e 1850, período de sua construção, a Casa de Correção já abrigava alguns detentos condenados a trabalhos forçados e parte dos africanos apreendidos após a primeira lei de proibição do tráfico em 1831. Durante este tempo não houve nenhum regulamento que determinasse como deveria ser a rotina e a administração do cárcere. O primeiro regulamento da prisão data de 6 de julho de 1850. Nele estão descritos como seria a divisão dos detentos segundo os crimes praticados, a disciplina estabelecida e as penas aos transgressores. Vestuário, alimentação, trabalho nas oficinas e prática religiosa eram outros assuntos.¹⁷

17 Coleções de Leis do Império do Brasil (doravante CLB). Decreto nº 678, de 6 de julho de 1850. *Regulamento da Casa de Correção do Rio de Janeiro*, p. 31-62. Embora a arquitetura das células pressupõe o sistema penitenciário auburniano, este não está expresso no regulamento de 1850.

18 Relatório do Ministro da Justiça, 1850, p. 20-21.

O então ministro da Justiça Euzébio de Queiroz assinou o regulamento que foi redigido pela comissão formada por juristas e médicos que acompanharam a construção da prisão e o seu funcionamento antes da inauguração. Ele baseava-se nos regulamentos das prisões européias e americanas que haviam adotado o modelo auburniano. Por causa da condição escrava da maioria dos detentos na Corte, algumas adaptações foram feitas. Euzébio de Queiroz, já em 1851, se mostrou indeciso quanto ao sistema penitenciário adotado. Mesmo tendo aprovado o regulamento, diz em seu relatório que o

*bom é deixar que o tempo nos habilite a proceder sem precipitação não só a este respeito [alterações no projeto original] como principalmente da preferência entre o sistema de Auburn adotado, e o da Pensilvânia que tem por si tantas opiniões teóricas e práticas de outros países.*¹⁸

Ao longo da década de 1850 algumas comissões formadas por deputados, juristas e médicos realizaram visitas a estabelecimentos prisionais nos Estados Unidos e na Europa em busca de informações sobre seus regulamentos e as vantagens e desvantagens dos modelos adotados. A dúvida persistia: Auburn

ou Pensilvânia? Decidiu-se que no novo raio em construção seria adotado o sistema pensilvânico. Ainda segundo o Código Criminal, deveria haver a separação entre os sentenciados e os que aguardavam julgamento. Para isso seria necessário construir uma Casa de Detenção. A prisão do Aljube não tinha mais condições e espaço para abrigar os detidos pela polícia e que ali aguardavam julgamento (ARAÚJO, 2004, p. 94-95). A título provisório, a Casa de Detenção da Corte foi estabelecida em um dos raios já construídos da Casa de Correção tendo seu regulamento aprovado em 1856.¹⁹

Na década de 1860, a prisão contava com dois raios construídos e nada menos do que cinco estabelecimentos penais: Prisão com trabalhos ou Casa de Correção,²⁰ Casa de Detenção, Calabouço, depósito de africanos livres²¹ e o Instituto dos Menores Artesãos. Este último, estabelecido em 1861, abrigava os menores presos pela polícia por “vadios, vagabundos ou abandonados” ou que, “por má índole”, não eram corrigidos por seus pais e tutores que os encaminhavam até a instituição.²²

A convivência entre os menores infratores e os presos adultos durou apenas quatro anos. Em 1865, o então ministro da Justiça Nabuco de Araújo fechou as portas do Instituto encaminhando os menores para o Arsenal de Marinha onde seu trabalho foi utilizado pelo império na Guerra do Paraguai (1864-1870).²³

A partir de 1868 inaugura-se uma nova fase na Casa de Correção. A sua direção fica a cargo do médico Luiz Vianna de Almeida Valle. Segundo Evaristo de Moraes, o novo diretor procurou

harmonizar naquele estabelecimento (errado desde as suas origens) as necessidades da disciplina com certas observações científicas, sem perder a condição humana dos condenados, que nele tiveram, sempre, um protetor vigilante, um estimulador de todas as índoles aproveitáveis (MORAES, 1923, p. 16).

19 CLB. Decreto nº 1.774, de 2 de julho de 1856. *Regulamento para a Casa de Detenção estabelecida provisoriamente na Casa de Correção da Corte*, p. 294-301.

20 As oficinas onde eram cumpridas as penas de trabalho variam muito ao longo do tempo. As especialidades mais constantes ao longo do tempo foram as oficinas dos alfaiates, sapateiros, marceneiros, encadernadores e carpinteiros. Sobre o trabalho dos detentos na Casa de Correção, (PESSOA, 2000).

21 Em 1834 foi aprovada pela Assembléia Legislativa a distribuição dos chamados africanos livres para o serviço público e de particulares, a princípio na Corte e depois também no interior do país. Após a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, o destino dos africanos livres apreendidos continuou alvo de controvérsias até 1853, quando o decreto de 28 de dezembro estabeleceu para os africanos desembarcados ilegalmente a prestação de serviços por 14 anos a particulares. (VAINFAS, 2002, p. 474-475).

22 CLB. Decreto nº 2.745, de 13 de fevereiro de 1861. Cria o *Instituto dos Menores Artesãos da Casa de Correção* e dá-lhe Regulamento, p. 117-127.

23 Segundo Jorge Prata de Sousa, o Instituto de Menores Artesãos representava um “certo projeto de aproveitamento da mão-de-obra menor, imprimindo na maneira de recrutar uma política para o trabalho”, instituindo assim um rito de passagem entre uma infância ociosa e à serventia do trabalho adulto nas instituições administradas pelo Estado (SOUSA, 1998, p. 59-60).

Mesmo que haja certo exagero nas palavras de Evaristo de Moraes, o fato é que durante a gestão de Almeida Valle foram inauguradas a biblioteca e a escola de primeiras letras destinadas aos detentos. Ele permaneceu na direção da Casa de Correção até 1877, ano de sua morte. Foi também sob sua direção que os presos passaram a ser tratados como enfermos, sendo estudadas todas as alterações do seu caráter, desde a entrada para a cela até a saída da prisão. Os antecedentes do condenado e a natureza de seus crimes eram analisados (Ibidem, p. 17).

No seu último relatório em 1876, Almeida Valle propõe algumas alterações no regulamento da prisão e até mesmo no Código Criminal de 1830. Além de ser contrário ao uso de ferros nos condenados a galés, o diretor era contra as penas de curta duração – cumpridas na Casa de Detenção – pois não reduziam o número de reincidentes. Outra proposta era a construção de uma prisão agrícola próxima à cidade onde os reincidentes seriam levados a cumprir uma pena de três anos trabalhando em oficinas e na lavoura. Almeida Valle não teve tempo de estruturar melhor o seu projeto pois faleceu em março de 1877. De qualquer forma, muitos de seus procedimentos administrativos foram incorporados no segundo regulamento da Casa de Correção.²⁴

24 Relatório do Diretor da Casa de Correção, 1876. Apud MORAES, 1923, p. 19-20.

25 CLB. Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882. *Novo Regulamento para Casa de Correção da Corte*, p. 50-86.

Em 1882, após 32 anos de funcionamento, o estabelecimento penitenciário ganha um novo regulamento assinado pelo ministro da Justiça Manoel de Souza Dantas. A principal diferença em relação ao antigo é a grande preocupação com a estrutura administrativa. As atribuições de cada órgão responsável pelo funcionamento da instituição são definidas claramente, o que não ocorria no regulamento de 1850.²⁵

A administração estava dividida em dois grandes blocos: a comissão inspetora e a diretoria. À comissão inspetora cabia revogar ou modificar as penas disciplinares impostas pelo diretor, elaborar listas de presos que poderiam receber a clemência imperial, fiscalizar a atuação da diretoria, a correspondência dos presos, as punições, a alimentação e a contabilidade da prisão, tomar providências em casos omissos no regulamento, entre outras atribuições.

A diretoria era composta por 83 pessoas entre diretor, capelão, barbeiro, roupeiro, cozinheiro, médicos (2), guardas (46) e serventes (4), além de outras funções. O diretor era nomeado diretamente pelo ministro da Justiça, assim como médicos, capelães, chefe da contabilidade, escriturário e amanuenses.

Numa leitura preliminar do regulamento de 1882, consideramos que em termos organizacionais a Casa de Correção não sofreu grandes alterações. A preferência pelo sistema penitenciário de Auburn constava em seu artigo 2º.²⁶

²⁶ “O sistema penitenciário aí adotado é o de encarceramento celular durante a noite, e o de trabalho em comum durante o dia; sob o regime rigoroso do silêncio.”

²⁷ CLB. *Regulamento da Casa de Correção*, 1882. Artigos 281 a 289, p. 78-79.

A instrução escolar e a biblioteca – herdadas da administração de Almeida Valle – passam a fazer parte do regulamento. Os presos aprendiam a ler e escrever além de noções “rudimentares” de aritmética. Faziam parte do currículo aulas de ensino moral, religião e regras de civilidade ministradas pelo Capelão. A biblioteca poderia ser freqüentada à noite, segundo determinação do diretor e a divisão criminal dos detentos. A leitura seria “amena e edificante, para o uso dos presos, segundo os graus de inteligência e disposições de cada um”.²⁷

²⁸ Decreto-Lei n.º 3.971, de 24 de dezembro de 1941.

O terceiro e último regulamento da Casa de Correção seria adotado somente em 1910. Durante toda a República Velha, a prisão do Catumbi seguiu sem profundas alterações na sua estrutura administrativa e no perfil dos ali encarcerados: negros, pobres e muitos imigrantes, na maioria, portugueses.

Em 1941, durante o Estado Novo, a antiga prisão muda de nome. A Casa de Correção se transforma em Penitenciária Central do Distrito Federal, e a Casa de Detenção em Presídio do Distrito Federal.²⁸ Podemos apontar este momento como o período de transformação do antigo cárcere imperial na prisão tal como conhecemos hoje. Ainda em 1941, o governo federal decidiu que o velho edifício erguido no século XIX não suportava mais o crescente número de criminosos. Passa o tempo, muda o crime e principalmente o criminoso.

A antiga construção não oferecia a menor segurança. As fugas eram constantes. Os arredores da antiga Casa de Correção do Império não lembravam em nada a então afastada e bucólica chácara do Catumbi. A cidade cresceu e habitações foram construídas bem próximas das muralhas. O antigo morro do Barro Vermelho se transformou no morro de São Carlos, densamente povoado. Os barracos de zinco tinham como vista o pátio interno e as celas da prisão. Era hora de mudar, mais uma vez.

Na década de 1950 seria comemorado o centenário da antiga Casa de Correção, agora Penitenciária Central do Distrito Federal, que precisava ser reformada. A partir de 1951 inicia-se a demolição dos antigos raios da prisão imperial. Em seu lugar são erguidas as penitenciárias Professor Lemos de Brito e Milton Dias Moreira. Nasce o Complexo Penitenciário da Frei Caneca.

Nos últimos 50 anos, a Frei Caneca marcou a história do Rio de Janeiro. No interior de seus pavilhões nasceram os comandos multicoloridos que tanto aterrorizam a cidade, rebeliões, assassinatos, fugas simples – como a de José Carlos dos Reis Encina, o *Escadinha*, em 1983. O criminoso, usando um uniforme da Polícia Militar, atravessou o portão principal recebendo contimência dos soldados –, ou fugas espetaculares, como a promovida por Paulo Roberto de Moura, conhecido como *Meio Quilo*, que tentou fugir de helicóptero em 1987. O criminoso foi morto ao tentar embarcar na aeronave.

Além da proximidade do presídio com várias rotas de fuga para as zonas sul e norte, a Frei Caneca ainda convivia com os constantes tiroteios promovidos pelos traficantes no morro de São Carlos, nos fundos do Complexo. Alguns detentos foram feridos ou mortos no interior de suas celas. Em 2004, os líderes de uma das facções criminosas tentam invadir a Penitenciária Milton Dias Moreira a partir do São Carlos para libertar detentos de seu grupo. As autoridades policiais frustram a ação, embora alguns presos tenham conseguido fugir. A prisão que antes serviu de modelo para o país não tinha mais condições de permanecer no histórico endereço. Era o fim.

Ao longo do mês de dezembro de 2006 os últimos detentos foram transferidos para as penitenciárias do Complexo de Gericinó (antigos Bangu I, II...), construídas a partir do final da década de 1980. As dezenas de câmeras, bloqueadores de celular e detectores de metal existentes nessas prisões, garantem as autoridades, farão com que os presos cumpram suas penas para a segurança da sociedade. Discurso, nada mais.

CONCLUSÃO

A Casa de Correção da Corte nasceu do desejo de um grupo político que pretendia, além de inserir o Brasil no grupo das nações consideradas civilizadas, garantir o controle das classes subalternas, transformando homens e mulheres em cidadãos laboriosos.

Durante a sua construção, a prisão recebeu todos os tipos sociais que precisavam ser controlados naquele momento: escravos, libertos, pobres, imigran-

tes e africanos livres. Ao longo de sua história, o Complexo Prisional da Frei Caneca serviu a sociedade, contendo atrás de suas muralhas criminosos, na tentativa de manter a ordem pública.

A escalada da criminalidade nos prova que a idéia de prisão, defendida desde fins do século XVIII, não conseguiu solucionar o problema. A reforma moral do criminoso não foi alcançada, nem a redução dos crimes. Feita esta constatação, a questão que se torna imperativa é: o que colocar no lugar das prisões? Como conter os criminosos, garantir a tranqüilidade social e ao mesmo tempo respeitar os direitos humanos? Esse é o desafio do nosso século, longe de ser superado.

Bibliografia

- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *O duplo cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social.
- AZEVEDO, Moreira. *Pequeno panorama ou descrição dos principais edifícios da cidade do Rio de Janeiro*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1862. Vol. 4.
- BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 1º Volume. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.
- CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990. Coleção Biblioteca Carioca, vol. 6.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTI, Nireu. *Rio de Janeiro Centro Histórico, 1808-1998: Marcos da Colônia*. Rio de Janeiro: Dresdner Bank Brasil, 1998.
- Escola de Formação Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. *Resgate da memória do sistema penitenciário: Casa de Correção*. Rio de Janeiro, 2002. Mimeo.
- FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Brasília: UNB, 2003. Dissertação em História.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1835)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1990. Dissertação de Mestrado.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- IGNATIEFF, Michael. *A just measure of pain. The penitentiary in the Industrial Revolution, 1750-1850*. New York: Columbia University Press, 1978.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.
- MORAES, Evaristo de. *Prisões e instituições penitenciárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1923.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Trabalho e resistência na penitenciária da Corte (1850-*

1876). Niterói: UFF, 2000. Dissertação de Mestrado em História.

ROTHMAN, David J. *The discovery of the asylum. Social order and disorder in the New Republic*. Boston: Little, Brown and Company, 1971.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo, 1822-1940*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *De um lado, punir; de outro, reformar: projetos e impasse em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro*. PPGHS/IFCS/UFRJ, 2002. Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Jorge Luis Prata de. *Africano livre ficando livre: trabalho, cotidiano e luta*. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado em História Social.

_____. "A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império". In: SOUZA, Jorge Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998, p. 33-63.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. *História dos Fundadores do Império*. Belo Horizonte/Itatiaia: Edusp, 1988.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

RESUMO

Este artigo aborda as origens da penitenciária da Frei Caneca a partir da análise da construção do primeiro complexo prisional do Império: a Casa de Correção da Corte. Traçaremos um panorama das prisões que serviram ao Rio de Janeiro a partir de fins do século XVIII e dos projetos que pretendiam inserir o Brasil no grupo das nações civilizadas que aboliram o suplício e as penas aflitivas. A pena de prisão com trabalhos, defendida como a solução para conter a criminalidade nos séculos XIX e XX, fracassou, desencadeando o processo que culminou com a falência do sistema carcerário do país.

Palavras-chave: **Prisões, Casa de Correção, Sistema prisional, Penitenciária Frei Caneca, Rio de Janeiro.**

ABSTRACT

This article approaches the origins of the Prison “Frei Caneca” from the analysis of the construction of the first prisional complex of the Empire: the House of Correction of the Cut. We will trace a panorama of the arrests that had served to Rio de Janeiro from ends of century XVIII and of the projects that they intended to insert Brazil in the group of the civilized nations that had abolished the capital punishment and the distressing penalties. The punishment by confinement with works had as the solution to contain crime in centuries XIX and XX failed unchaining the process that culminated with the bankruptcy of the jail system of the country.

Keywords: **Arrests, House of Correction, Prisional system, Prison “Frei Caneca”, Rio de Janeiro.**



Fogos de artifício à luz do dia: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro

Alberto Taveira

O sonho do *art-nouveau* se desvanecera, dando lugar à “arquitetura de barro”, modelada e pintada por aquele prestidigitador exímio que foi Virzi, artista filiado ao “modernismo” espanhol e italiano de então, ambos despojados de qualquer sentido orgânico-funcional e, portanto, destituídos de significação arquitetônica. Contudo, não se deve ajuizar da obra dessa “ovelha negra” da crítica contemporânea, pela fama de mau gosto que lhe ficou e pelo aspecto atual das construções lamentavelmente despojadas, pelos moradores, ao que parece envergonhados, dos complementos originais indispensáveis: as folhagens entrelaçadas às caprichosas volutas de ferro batido do Pagani, e, principalmente, o elaborado desenho da pintura decorativa de sábia composição cromática que as recobria, atribuindo ao conjunto a aparência irreal de um fogo de artifício à luz do dia.

Lúcio Costa

Em quase todas as culturas existe um mito sobre a captura do fogo e sua domesticação e, em todos eles, o fogo é procurado, não por sua utilidade, mas, sim porque é fascinante.

Lyall Watson

PIROTECNIA ART NOUVEAU CONTRA BUSCAPÉS ECLÉTICOS

A Cidade do Rio de Janeiro encontrava-se, em fins do século XIX, em meio a grandes transformações em sua ordem estabelecida. A Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, junto a um maior intercâmbio com a Europa¹ começaram a mudar hábitos e a riscar nosso passado indesejável de colônia portuguesa. Inglaterra e França, com um misto de cultura e colonialismo, consolidaram-se como nossos modelos. A ampliação do mercado internacional trouxe novos hábitos urbanos e investimentos externos nos setores industrial, comercial e de serviços públicos. Tudo isso movido pelo dinheiro farto do café e por uma volúpia em consumir o que, com atraso de meio século, agora nos chegava.

¹ Iniciado em princípios do século com a vinda da Corte Portuguesa e intensificado pelo comércio, pela chegada de imigrantes - resultado direto da Abolição - e pelas novas idéias nascidas do constante ir e vir de brasileiros à Europa;

O início do século XX viu a cidade às voltas com as reformas que Pereira Passos (1903 - 1906) empreendeu para dotar o Rio de Janeiro de ares mais cosmopolitas, e atrair capitais estrangeiros para inserir-nos, ainda que somente por obra de uma “fachada”, no conjunto das grandes nações.

Abrem-se ruas e avenidas (com direito a concurso de fachadas), alargam-se outras; moderniza-se e amplia-se o porto. O discurso higienista é a tônica e seu intento é a extirpação de uma ancestralidade “capenga”, que comprometia os anseios das elites em modernizar as funções e por fim a própria cidade. A malha urbana se expande para a zona sul e para os subúrbios. São implementadas novas posturas que proíbem, regulamentam e induzem a transformação dos rígidos padrões e das tipologias construtivas, herança dos tempos coloniais. Essas mudanças serão a base para os defensores de um “embelezamento” que escondia outras intenções. A era das demolições e, por óbvio, a era das construções e reconstruções, se materializava.

Mas, o molde que representará esta nova Cidade e, por extensão, este novo Brasil, é o academicismo e o variado repertório de “neos”, gramáticas fáceis, porém exauridas, para a sedução dos aristocratas rurais e “quatrocentões” travestidos em capitalistas destes novos tempos. Entretanto, havia uma alternativa para os que não tinham ancestralidades que os ligassem aos vice-reis ou aos governadores-gerais e bandeirantes. Para os burgueses emergentes e barões recentes, ou para aqueles que quisessem estar na *avant-garde* da moda, mais interessados em serem notados pelo exotismo das formas do que pelo conjunto de idéias que fez surgir o movimento, havia o *art nouveau*. Controverso e bastardo, legado ao ostracismo pela Academia, cumpria bem

o papel de colocar em destaque o ousado possuidor de uma residência - o *villino* - *Art Nouveau*.

Neste contexto, o italiano Antonio Virzi (Palerme 1882 – São Paulo, 1954) chega ao Rio de Janeiro. Por volta de 1910, e durante 20 anos a cidade receberá a marca de seu inconfundível estilo. Ele será procurado por uma nova burguesia, ávida em demonstrar seu poderio, utilizando-se, para isto, de uma sintaxe formal avançada para cada momento específico, sempre avessa ao consagrado ecletismo classicizante. Assim, primeiramente com o *art nouveau*, seguido dos *Proto-art déco* e *art déco*, Virzi será um dos arautos dos novos tempos arquitetônicos no Brasil.

A estética que Virzi imprimiria a seus projetos prestava-se perfeitamente a esta anunciação moderna, uma vez que aliava à novidade do *art nouveau* – oposto ao comportado ecletismo que à época se praticava – um certo grau de exuberância e excentricidade que, ao que parece, caiu no gosto de uma parcela importante do universo potencial de clientes de arquitetura no período² que, emblematicamente, necessitava alardear, de forma incontestada, sua prosperidade.

Em seus mais completos projetos, desenhava tudo, adepto da visão que entendia arquitetura como síntese das artes e o arquiteto como artista total, responsável pela autoria e regência desta sinfonia que era a construção de um espaço habitável. Do projeto propriamente dito, onde plantas, cortes, fachadas e detalhes, tem seu traço característico – e aos quais assinava como “Professor Antonio Virzi” – aos estuques e aos ferros, do mobiliário à decoração interna, tudo tinha sua marca pessoal. Seguiram-se diversas residências, com ênfase especial para as *villas* e os *villinos*, que logo se tornariam sua marca registrada, e nas quais buscava-se uma relação mais harmônica entre a cidade que se ampliava em feições cosmopolitas, fruto da Reforma Passos, e o bucolismo e recôndito que se começava a perder pela expulsão da natureza para os arrabaldes.³

Em meio aos projetos residenciais Virzi se entregará aos novos programas em arquitetura, como cinemas e fábricas. Construiu muito, cerca de duas dezenas de projetos seus são conhecidos em escassos dezenove anos em que

2 A aproximação desta clientela, sem dúvida, se deve em muito ao seu casamento em 1910, após um namoro relâmpago, com Livia da Rocha Miranda, de uma das mais influentes famílias da sociedade carioca na época, fato que certamente lhe abriu as portas para um amplo e novo leque de possibilidades.

3 Conforme demonstra Giovanni Pirrone, “Fechado, vivo no seu interior, visto através de grades. Esta relação mediterrânea e islâmica do paraíso, recria, no corpo de pedra da cidade, como uma contraposição entre o oásis e o deserto, um jardim fechado pelos muros aos rumores, aos olhos, como o oásis é defendido da areia e do vento; um jardim como o oásis fresco de água, livre e natural.”(apud ARETZIZÁBAL e GRINBERG: 13);

esteve por aqui trabalhando. Poucos sobreviveram, vítimas que foram da voracidade da especulação imobiliária, da indiferença governamental quanto a sua preservação, ou ainda da estúpida vontade de destruir o que não se consegue entender ou aceitar e que, além de tudo, funcionava, e bem.

Mas, as perdas são lamentáveis. Da *Villa Marinha*, demolida na década de 1960 - década que refletiria o acirramento do *boom* da indústria da construção civil e da especulação imobiliária na Cidade do Rio de Janeiro, alçoz de grande parte dos projetos do Arquiteto, como o Palacete Smith de Vasconcelos e a Fábrica do Elixir de Nogueira, demolida em 1970, após destombamento - ao desaparecimento da Casa Martinelli, demolida em 1976, na calada da noite, quando aventava-se a possibilidade de seu tombamento, chegamos aos dias atuais apenas com oito espécimes da “arquitetura em extinção” de Virzi.

E o que falar dos cinemas. Os extravagantes e polícromos fachada e *hall* do Cinema Americano, transmutados em copiosos exercícios de mesmice do posterior Cinema Copacabana; o exuberante Cinema Minerva, com sua literal “boca” de cena onde a tela surgia de dentro da “bocarra” estilizada de um felino, reduzido à caixa inexpressiva do Cinema América - transformado numa drogaria tijuicana -; havendo ainda o *hall* do antigo Cine Odeon.



Cinema Americano, Avenida N. S. de Copacabana, 801 - Copacabana (depois Cine Copacabana). Projeto e construção por Arnaldo Souza Paes de Andrade (1916), reforma de fachada e espera, por Virzi (1920) e modificação (c. 1960). GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Todos sumiram deixando apenas registros de sua passagem na iconografia que, em algum arquivo,⁴ esquecida, aos poucos ressurgem para, fazer justiça a Antonio Virzi e nos envergonhar de não nos termos sensibilizado com aquela incomum visão do ofício de projetar.

⁴ Como o AGCRJ, utilizado como fonte maior da pesquisa iconográfica para minha dissertação de mestrado *Fogos de artifício à luz do dia: a arquitetura de FOGOS DE ARTIFÍCIO À LUZ DO DIA: Antonio Virzi no Rio de Janeiro*. PROARQ – FAU/ UFRJ, 1998, 150 p.: il.

VIRZI: O “MISTERIOSO”

O tema Virzi sempre esteve envolto em mistério. Seus poucos prédios ainda existentes vistos isoladamente poderiam induzir ao erro de imaginá-los aberrações, singularidades dentro do panorama arquitetural das três primeiras décadas deste século. Entretanto, vistos no conjunto de sua obra adquirem a força de um monolito, a coerência de um trabalho consciente, devido, principalmente, à evolução lógica de seu traço e à busca incessante por adequar programas – fossem eles novos como os cinemas ou tradicionais como residências e igrejas – a formas recorrentes e uso correto de materiais.

Seja pela pequena quantidade de obras sobreviventes, que resistiu à especulação imobiliária ou ao descaso dos serviços de patrimônio, seja pela dificuldade de localização de todos os exemplares fruto de sua inventiva, o fato é que Virzi teria passado à história como um arquiteto do bizarro e do exótico, não fossem alguns poucos pesquisadores e estudiosos que ajudaram a resgatar sua obra das sombras.

Começando por Lúcio Costa, em 1951, que num artigo republicado em uma coletânea de 1980, resume, telegraficamente, em um parágrafo, o espoucar do “fogo de artifício à luz do dia” que seria a obra do “exímio prestidigitador”, a “ovelha negra da crítica arquitetônica contemporânea”, já àquela época, Antonio Virzi.

Uma pequena crônica de Marc Berkowitz, 1953, alinha como os dois mais célebres exemplos do *Art Nouveau* carioca dois projetos de Virzi - sem, entretanto, nomeá-lo como autor -, a *villa* do Barão Smith de Vasconcellos (Av. Atlântica, 680 – demolida em 1964) e a Fábrica do Elixir de Nogueira (R. da Glória, 62), a qual se refere como parecendo “ter surgido dos pesadelos motivados pela terrível doença que o elixir de inhamé pretendia curar”. Premoniza que estes exemplares, bem como outros existentes, estariam “fadados ao desaparecimento”, recomendando seu registro fotográfico.

Num artigo de 1967, o Professor Olínio Coelho faz uma exegese detalhando o prédio da Fábrica do Elixir de Nogueira. Autor de seu fichamento, desfila aspectos técnicos, construtivos e decorativos da obra, louvando o seu tombamento, do qual foi um dos artífices, infelizmente de curta duração, pois em 1970 foi destombado e demolido, fato envolto em nebulosos meandros políticos.



Antonio Virzi e sua assinatura. Alberto Taveira, intervenção sobre imagem de ARESTIZÁBAL, Irma e GRINBERG, Piedade Epstein. *Antonio Virzi. Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, volume 7, 1989, p. 4-27.

Em 1975, Irma Arestizábal alinha alguns aspectos da passagem do *Art Nouveau* por terras cariocas. Cita Virzi - erroneamente nominado Augusto Virzi - e duas de suas obras: a Fábrica do Elixir de Nogueira, e o *Villino Silveira* (Praia do Russell, 734 - tombado pelo IPHAN em 1970), ajuizando ser este, talvez, o melhor exemplo de *Art Nouveau* no Rio de Janeiro.

O Guia-Rio, de 1980, indica Virzi como um dos arquitetos de maior destaque - o outro seria Silva Costa - do *Art Nouveau* carioca, citando algumas de suas obras (Fábrica do Elixir de Nogueira, *Villino Silveira* e Casa Martinnelli).

De 1987, de Taveira e Carlos, há o fichamento para o tombamento municipal da *Garage Pagani* (R. Aníbal Benévolo, 315/A). Compõe-se de uma descrição da

edificação, histórico comercial da firma, levantamento fotográfico e o projeto original, encontrado no Arquivo da CEDAE.

O fichamento para o tombamento estadual, em 1988, de três edificações de Virzi, por Nazih, Formaggini e Anderson, contempla a já citada *Garage Paganini*, a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (Av. 28 de Setembro, 200) e a Casa Braz Santilhana (R. Cel. Tamarindo, 67 - Gragoatá/Niterói), sendo composto, basicamente, por descrições das edificações e levantamentos fotográficos.

Em 1989, o artigo de Arestizábal e Grinberg - que servirá de catálogo da exposição sobre Virzi realizada pelo Solar Grandjean de Montigny - será o mais completo arrazoado, até então, sobre sua vida e obra. Alinhando aspectos de sua formação e atuação profissional, elencará vários de seus projetos, com vasta documentação iconográfica.

No fichamento da Casa Villiot, de 1992, Taveira alia aos já tradicionais descrição e levantamento fotográfico, novos dados fornecidos pelo projeto encontrado na CEDAE, além de sobre o interior e sua decoração original, fornecidas pelo arquiteto e pesquisador Milton Teixeira. Interpõe ainda um texto que segue cronologicamente a atuação de Virzi, assim como já o fizera o artigo de Arestizábal e Grinberg acima citado, porém, acrescentando novas edificações descobertas posteriormente a este texto, bem como outras informações acessórias, que complementariam a visão, ainda muito cheia de hiatos, acerca da atuação profissional de Virzi no Rio de Janeiro.

Percebia-se, claramente, que a memória de Virzi ainda estava por ver ser feita justiça a sua obra. Não um amontoado de exotismos, nem um fenômeno sem controle, mas, sim, a forma exuberante fruto de uma coerente evolução, num exercício consciente do ofício de projetar.

O “VERDADEIRO” VIRZI

Quem foi, na verdade, Antonio Virzi? Um Arquiteto – um bom Arquiteto – por certo. Mas, também, um *dandy*, um louco, um poeta? Um incompreendido, um “destemperado”, um professor e um profissional perseguidos? O papa do grotesco e do exótico⁵, um escultor, um “prestidigitador exímio, a ovelha negra da crítica contemporânea”, um autor de “fogos de artifício à luz do dia”? Um Arquiteto que, para

⁵ O desenhista Kalixto em uma de suas charges (revista Dom Quixote, 21/071920, p.13), satiriza o cinema brasileiro, e por extensão as salas de exibição construídas à época exagerando ao extremo os ícones e elementos tipológicos usados por Virzi em seus projetos de cinemas (os cinemas América e Americano e o hall do Cine Odeon antigo);

os estudiosos, no mais das vezes errara no “tempero” ou na mão, fazendo de seu próximo projet o o mais novo alvo da galhofa de seus contemporâneos.

Tudo isto ou nada disto? Quase sempre o meio termo é a posição mais acertada. Na verdade, na produção arquitetônica de Virzi na Cidade do Rio de Janeiro, uma coisa decorre da outra – é condição da outra –, ou seja, seus defeitos, se ele os tem, são apenas um transbordamento de suas imensas virtudes.

Se tantos adjetivos, e nem sempre elogiosos, receberam Virzi e sua obra, suponho que isto ocorreu porque ela nasceu enclausurada entre dois momentos particularíssimos e antagônicos da arte arquitetônica, Ecletismo – ou Historicismo, como queiram os mais puristas – e Modernismo. Por conta desta *interface*, na verdade a demarcação nítida de uma fratura ou ruptura – mais do que entre momentos e movimentos artísticos distintos – de formas de pensamento e fazer arquitetônicos diametralmente diversas, recebeu, assim, duplamente as farpas dos agentes/contendores desta “selvagem” luta pela sobrevivência⁶.

⁶ De suas idéias e de seus ideais, e, em última e rasteira análise, de seu “ganha pão”, pois o que se defendia neste embate era, também, um campo de trabalho e de atuação profissional, um nicho de mercado;



Villa Smith de Vasconcelos,
Avenida Atlântica, 680
- Copacabana.
Projeto e construção por
Virzi (1915, demolida em
1964). AGCRJ

Pois se os arquitetos historicistas foram atacados e desconsiderados quando tiveram seu *status* de responsáveis pela representação da arquitetura/forma oficial suplantado pelo Modernismo e suas pureza formal, módulos, *brises*, terraços jardins e pilotis, mas, ainda resguardados por uma certa elegância e respeito⁷ de seus “algozes”, Virzi e seu *art nouveau*, específico e repleto de citações às suas origens mediterrâneas, foi execrado pelos dois lados, tendo a reboque disto a *intelligentsia*⁸ formadora de opinião, que lhes dava respaldo.

Não bastassem os *villinos* Smith de Vasconcelos e Silveira, bem como a Fábrica do Elixir de Nogueira, entre outros, como exemplos notáveis do mais puro *art nouveau*, capazes de figurarem em qualquer compêndio mundial que difundia as idéias deste movimento e sua estrutura de pensamento, temos ainda a *Garage* Pagani e as casas Villiot e Braz Santilhana para atestar sua evolução consciente em direção ao que de mais atual se fazia nos centros irradiadores de cultura e modernidade.

Evolução consciente que, ironicamente, ajudaria a respaldar toda a onda modernizadora nascente, pois Virzi inaugurou uma nova visão do ofício de projetar em arquitetura⁹. E se não pudermos ser tão radicais, apesar de todo o exposto, ainda assim também não poderemos deixar de perceber que ela era, pelo menos, diametralmente diversa do “oficialismo de plantão”, ditado pelos arquitetos historicistas, e, por tanto, importante, ainda que como um seu contraponto.

A listagem cronológica, a descrição e a análise de todas as obras conhecidas de Virzi em nossa cidade¹⁰ responderiam, certamente, pela afirmação feita acima. De seus dezenove – até o momento – projetos confirmados apenas resistem, e o termo é precisamente este, oito: três casas geminadas na Tijuca (sem nenhuma proteção quanto a sua preservação); o *Villino* Silveira (tombado pela União); a *Garage* Pagani (tombada pelo Estado e Município); a Casa Villiot, em Copacabana (tombada pelo Município); a Igreja de N. S. de Lourdes, em Vila Isabel e a Casa Braz Santilhana, no Gragoatá / Niterói (tombadas pelo Estado).

Destes, três ainda correm o risco de desaparecerem ante aos fantasmas da especulação imobiliária: as três casas geminadas da Tijuca, das quais duas

⁷ Afinal muitos daqueles “dinossauros” da arquitetura tinham convivido como professores e colegas com a geração que agora chegava e que representava uma nova forma de ver e entender a arte de projetar e construir;

⁸ São conhecidos artigos em jornais, de autoria de José Marianno Filho (artífice do Neocolonial), na década de 1920, que ridicularizam o tipo de arquitetura realizada por Virzi.

⁹ Aliando estrutura e decoração já a partir do cine Minerva (1917);

¹⁰ Ver minha dissertação de Mestrado Fogos de Artífice à Luz do Dia: a Arquitetura de FOGOS DE ARTIFÍCIO À LUZ DO DIA: Antonio Virzi no Rio de Janeiro. PROARQ – FAU/UFRJ, 1998, 150 p.: il.

estão muito descaracterizadas. São cercadas por edifícios altos, sendo um convite às construtoras que em seus terrenos profundos poderão fazer erguer mais um “solar” ou *residence* qualquer, com muitos pavimentos e seus indefectíveis *play-grounds*, piscinas e garagens.

Os outros onze sumiram engolidos pelo tempo, pelo descaso, pela vida. Jazem em fotografias, desenhos e revistas, em arquivos e bibliotecas, que a pesquisa e seu aliado o acaso nos colocam vez por outra à frente, em doses homeopáticas, mas, sistemáticas, dando sempre um alento ao estudo sobre a “arquitetura em extinção” de Antonio Virzi.

Mas, voltando à questão inicial e, agora, respondendo-a. Afirmo que Virzi, pelo conjunto de sua obra – que evoluiu de um *art nouveau* com influências mediterrâneas e *Liberty* para um expressionismo onde coexistem ares *déco*, organicistas e racionalistas – pode ser considerado um dos mais originais e criativos exemplos de Arquiteto atuante na cidade do Rio de Janeiro, e isto, continuamente, por cerca de 20 anos.

Bibliografia

- ARESTIZÁBAL, Irma. “Aspectos do Art Nouveau no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, in *Revista Vida das Artes*, ano I, nº 1, junho de 1975. p. 16/19;
- ARESTIZÁBAL, Irma e BRENA, Giovanna Rosso del (coordenação). *Rio - Guia para uma História Urbana - Rio Art Nouveau/Rio Art Déco*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1980, 46 p;
- ARESTIZÁBAL, Irma e GRINBERG, Piedade Epstein. “Antonio Virzi”. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, in *Arquitetura Revista*, vol. 7, 1989. p. 4/7;
- BERKOVITZ, Marc. “O Rio e o Art Nouveau”. Rio de Janeiro, Edirora O Globo, in *Revista Rio - de Debret aos arranha-céus*, nº 170/171, agosto/setembro de 1953. p. 76/77;
- COELHO, Olíneo Gomes Paschoal. “Elixir de Nogueira: Monumento Histórico”. Rio de Janeiro, IAB-RJ, in *Revista Arquitetura*, nº 64, 1967. p. 3/6;
- COSTA, Lúcio. “Muita construção, alguma arquitetura e um milagre”. São Paulo, Centro de Estudos de Arte Contemporânea, in *Revista Arte em Revista*, ano II, nº 4, agosto de 1980. p. 29/30;
- NAZIH, Ahmed / FORMAGGINI, Elizabeth e ANDERSON, Roberto. *Ficha Cadastral*. Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Cultura / INEPAC / Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, in Inventário de Bens Imóveis, Processo de Tombamento da “Garage” Pagani, Igreja de N. S. de Lourdes e Casa Braz Santilhana (nº E-03/300839/88).9 p.;
- TAVEIRA, Alberto e CARLOS, Cláudio A. S. Lima. *Ficha Cadastral*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / DGPC / Divisão de Cadastro e Pesquisa, in Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual, Processo de Tombamento da “Garage” Pagani (nº 12/2523/87 de 28/10/87). 25 p;
- TAVEIRA, Alberto e CARLOS, Cláudio A. S. Lima. *Ficha Cadastral*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / DGPC / Divisão de Cadastro e Pesquisa, in Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual, Processo de Tombamento da “Garage” Pagani (nº 12/2523/87 de 28/10/87). 25 p;
- TAVEIRA, Alberto. *Ficha Cadastral*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / DGPC / Divisão de Cadastro e Pesquisa, in Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual, Processo de Tombamento da Casa Villiot (nº 12/001139/92 de 02/04/92). 32 p;
- TAVEIRA, Alberto. *A Arquitetura de Virzi - O belo grotesco na belle époque carioca (Ficha Cadastral)*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / DGPC / Divisão de Cadastro e Pesquisa,
- TAVEIRA, Alberto Antonio. *Fogos de artifício à luz do dia: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História e Teoria da Arquitetura, FAU/UFRJ, sob orientação do Prof. Dr. Olíneo Gomes Paschoal Coelho, 1998, 150 p. il. A4.
- TEIXEIRA, Milton. [Texto datilografado]. Rio de Janeiro, texto que subsidiou em parte a exposição sobre a obra de Antonio Virzi realizada no Solar Grandjean de Montigny (PUC-RJ) em 1989, 25 p.;



Atualidade do patrimônio: entre a celebração dos 70 anos do IPHAN e os roubos de bens culturais no Rio de Janeiro

Paulo Knauss

Professor do Departamento de História da UFF, onde coordena pesquisas no Laboratório de História Oral e Imagem. Representante da Associação Nacional de História no Conselho Nacional de Arquivos.

HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO

O ano de 2007 marca a data de comemoração dos 70 anos do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O órgão foi criado em 1937, no contexto da mudança política que instaurou o regime do Estado Novo. À época, o atual instituto foi criado como serviço, ficando conhecido simplesmente como SPHAN, por sua sigla. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é um marco na história das políticas culturais no Brasil. Sua criação foi acompanhada no mesmo ano pelo Decreto-Lei n. 25/37, de 30 de novembro de 1937, que definiu a moldura legal de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Naquela altura, o SPHAN esteve sob a alçada do Ministério da Educação e Saúde, comandado por Gustavo Capanema. O ministro convocou Rodrigo de Mello Franco de Andrade para dirigir o novo órgão, instituído de fato no processo de afirmação do regime autoritário do Estado Novo. Contudo, não se pode resumir a história da criação do SPHAN a este momento específico da política nacional. É conhecido o fato de que o ministro Capanema teria encomendado ao intelectual modernista de São Paulo, Mario de Andrade, o anteprojeto que serviu de base para o desenvolvimento do modelo do serviço de proteção do patrimônio histórico e artístico no Brasil. Mesmo alterado em vários aspectos, o anteprojeto que serviu de inspiração geral para pensar o novo órgão cultural de Estado data de 1936, ano anterior à criação do SPHAN e do Estado Novo. Além disso, a criação do novo órgão integra o processo de construção do ministério criado a partir das mudanças políticas e sociais

que resultaram do processo da Revolução de 1930 (SCHWARTZMAN, S. et alii, 1984).

Essa história anterior poderia ainda ser estendida a muitos outros fatos que representam iniciativas de proteção ao patrimônio cultural. No século XIX, durante o período imperial, o papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se caracterizou como instituição de promoção da memória nacional. A natureza privada dessa instituição acadêmica, no entanto, deixava nas mãos da sociedade civil a tarefa de proteger o patrimônio nacional, ainda que sob os auspícios oficiais e a inspiração do imperador. Logo no início do período republicano, a morte de Benjamin Constant, um dos ideólogos da República, foi acompanhada pelo anúncio, em 1891, da iniciativa de aquisição da sua casa como forma de proteger a sua lembrança, considerada parte da memória nacional republicana. De modo semelhante, em 1924, foi decidida a compra pelo governo federal da Casa de Rui Barbosa, que seria inaugurada como primeiro museu-casa do Brasil em 1930, ainda no período do governo de Washington Luís. Essas iniciativas foram complementadas por várias outras, entre as quais se destaca a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Históricos da Bahia, em 1927, demarcando a atuação no plano regional ao lado da atuação federal. Além disso, não se pode deixar de mencionar a ereção de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, por Decreto-Lei de 1933.

De todo modo, essa história anterior de iniciativas episódicas, mesmo não se identificando com a afirmação de uma política oficial sistemática de proteção ao patrimônio cultural, demonstra que a preocupação com a promoção da memória nacional por meio da proteção patrimonial existia há muito no país. E são essas iniciativas anteriores ao SPHAN que consagraram no país o conceito de *monumento nacional*, que correspondeu a um modo de pensar a promoção da memória nacional no Brasil. Essa forma de tratamento do passado da sociedade foi redefinida a partir do marco legal estabelecido por meio do Decreto-Lei 25/37, que afirmou o conceito de *patrimônio histórico e artístico nacional* e a figura jurídica do *tombamento* como instrumento tutelar (FERNANDES, 1995). É assim que, ao se falar dos 70 anos do patrimônio no Brasil neste ano de 2007, está se tratando de fato da história da afirmação do conceito de patrimônio e de tombamento.

PATRIMÔNIO COMO CASO DE POLÍCIA

Fatos recentes ocorridos, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, também marcam o quadro atual do patrimônio no Brasil. Esses fatos, que podem ser

acompanhados pela consulta à imprensa diária (*O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo*), relacionam-se com uma seqüência de roubos de bens culturais que vilipendiam os acervos de instituições públicas de memória (museus, bibliotecas e arquivos) das esferas federal, estadual e municipal. O quadro recorrente configura uma situação de ação criminosa sistemática de proporções inusitadas e que permite caracterizar uma situação de saque geral ao patrimônio cultural na cidade do Rio de Janeiro. Assim, os fatos indicam que o patrimônio histórico e artístico virou campo de ação organizada do crime, que alimenta um mercado irregular de bens culturais. Há uma conexão entre crime e mercado que aponta para um reposicionamento da ação do Estado no campo da cultura. De um lado, pode-se insistir na fragilidade e no desprestígio das instituições patrimoniais, incluindo o Ministério da Cultura e seus órgãos subordinados, junto às autoridades de governo. Por outro lado, essa situação pode ser considerada também uma contraface do processo de afirmação de políticas públicas estabelecidas desde a década de 1980 que delegaram ao mercado o papel de ator de destaque no campo da cultura, colocando o papel do Estado no segundo plano. Foi assim que a iniciativa privada tomou conta de grande parte da produção artística na atualidade, mas não conseguiu garantir o financiamento das instituições de patrimônio, de manutenção cara e menor visibilidade mediática. Não há como deixar de relacionar a fragilidade do patrimônio com os mecanismos atuais de financiamento da cultura no país. Contudo, os fatos evidenciam, igualmente, que os objetos de interesse do crime valorizam uns tipos de bens culturais que nunca foram o foco principal da ação patrimonial no Brasil. Assim, é preciso reconhecer um descompasso das políticas culturais com o movimento da sociedade em torno dos bens culturais. De modo geral, porém, o que pode ser salientado é a necessidade de um conceito de patrimônio e políticas culturais atualizadas com o tempo presente.

Uma descrição geral dos fatos pode ser traçada a partir da construção de uma cronologia. Cabe observar, com cuidado, que toda a cronologia se apóia em marcos que não podem ser absolutizados, pois, em certa medida, podem ser caracterizados como arbitrários. Contudo, essa arbitrariedade serve, ao menos aqui, para reforçar o argumento proposto em torno da história do conceito de patrimônio.

A mais espetacular dessas ações criminosas recentes ocorreu em fevereiro de 2006, quando ladrões fortemente armados invadiram o Museu da Chácara do Céu, no bairro de Santa Teresa, em pleno carnaval, para realizar o roubo de obras de autoria dos mais famosos nomes das artes plásticas internacionais do século XX. Na saída, os ladrões, carregando as obras de arte, mistu-

raram-se à folia da multidão de um bloco popular de carnaval que estava nas ruas do bairro naquele momento. Assim, desapareceram das paredes do museu três telas assinadas respectivamente por Henri Matisse, Salvador Dalí e Claude Monet, além de uma gravura de Pablo Picasso e de um livro do mesmo artista – todas obras hipervalorizadas no mercado formal das artes, atingindo cifras entre 20 e 50 milhões de dólares americanos. Mas esse crime havia sido antecedido por outro no mesmo museu, que ocorreu em maio de 1989, numa ação menos espetacular, e que envolveu um conjunto grande de obras de arte decorativa, ao qual se juntaram duas das telas, entre outras, que foram o alvo do assalto de 2006. Nesse roubo de maio de 1989, entre as telas de pintura roubadas, incluíam-se não apenas obras de arte internacional, mas, igualmente, dois quadros de Portinari, além de Belmiro de Almeida e Eliseu Visconti. Mas a esses fatos podem ser acrescentados ainda a lembrança de três painéis de Portinari levados em 1993 da capela Mayrink, localizada no parque da Floresta da Tijuca.

Cabe anotar que o roubo de 2006 da Chácara do Céu havia sido antecedido, em julho de 2005, menos de um ano antes, por outro roubo ocorrido no Museu do Primeiro Reinado, no bairro de São Cristóvão, em que o ladrão levou a tela *Vista da Glória*, de Nicolau Facchinetti, avaliada em cerca de 60 mil reais. Depois do crime da Chácara do Céu, a imprensa noticiou ainda o roubo, em março de 2006, de um quadro que decorava as paredes da sede do Jockey Club Brasileiro, no Centro da cidade. Tratava-se de tela de pintura de paisagem e de autoria de Batista da Costa, intitulada *Tarde Calma*, de 1922 e avaliada em cerca de 40 mil reais. Com exceção do caso da Chácara do Céu, as investigações sobre os outros dois revelaram condições prosaicas de roubo. No primeiro, o autor do crime se apresentou como pesquisador em viagem, o que permitiu que entrasse no museu com uma mala de viagem e que saísse com a menor tela do museu sem que tenha sido percebido imediatamente. No segundo caso, o roubo foi ainda mais simplório, pois um sócio do clube tirou da parede o quadro que levou consigo. Ambos, no entanto, demonstraram a conexão do roubo com o mercado de artes. No caso do Jockey Club, Rodrigo Nogueira foi indiciado pela Delegacia de Roubos e Furtos, que divulgou a notícia de que o acusado teria tentado vender o quadro em três galerias da cidade, mas foi descoberto pela placa da moldura do quadro que pediu para a secretária jogar fora.

¹ A exceção seriam os Portinari roubados na capela Mayrink e no primeiro assalto ao Museu da Chácara do Céu.

Sem dúvida, porém, constata-se que estes roubos mencionados envolveram bens culturais que nunca foram o foco principal da política de patrimônio no Brasil, mais interessada pelas obras que demarcam o gênio ou a identidade nacional.¹ As peças que foram alvo dos roubos são, de um lado, obras

de arte internacional e, de outro, obras que são peças de artistas do fim do século XIX, que produziram para um mercado de pinturas para decoração de residências, sem o objetivo de consagrar imagens ao espírito da nação ou para atrair a atenção pública. No caso de Facchinetti, ainda que conhecido por suas paisagens realizadas no Brasil, chama atenção o fato de que nem ao menos era brasileiro. Além disso, o que caracteriza todas essas obras é o valor que possuem no mercado de artes nos dias de hoje.

Outro conjunto de roubos demonstra que os bens com características de multicópias, ou múltiplos, foram outro tipo de alvo da cobiça criminoso. Assim, em março de 2001, apareceu a notícia de que o acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa sofrera um roubo de inúmeros exemplares de periódicos importantes do início do século XX, como *A Maçã* e *Fon-Fon*, entre outros. Algum tempo depois, em maio de 2004, a imprensa publicizou outro roubo na biblioteca do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, o que atingiu 24 obras de tipo *in folio* da coleção de obras raras, além de livros antigos que tiveram páginas com gravuras de ilustração cortadas. Um ano depois, em julho de 2005, foi a vez do Arquivo do Itamaraty a ser atingido, constatando-se o roubo de mapas, gravuras e fotografias. No mesmo ano, foi anunciado, também, que a coleção do Museu dos Teatros sofrera um roubo de vários programas antigos do Teatro Municipal, entre outros itens. Finalmente, na seqüência dos acontecimentos, constatou-se o ataque à Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional. Nesse caso, o roubo levou ao desaparecimento cerca de mil fotografias da Coleção Teresa Cristina, famosa por conter imagens da família imperial. Em maio de 2006, pouco tempo depois do roubo das telas da Chácara do Céu e do Jockey Club, o Museu da Cidade foi alvo de uma ação violenta que rendeu os seguranças e quebrou vitrines, mas tendo como alvo, sobretudo, objetos múltiplos como armas, medalhas e condecorações do século XIX. Assim, como o material da imprensa periódica, os objetos roubados dessas instituições de memória (mapas, gravuras, fotografias, também, medalhas, condecorações e armas) se caracterizam como objetos múltiplos, cuja natureza impede que haja um único original e não afirmam a excepcionalidade da obra de marca autoral. Mas a ação mais grandiosa do crime contra o patrimônio documental e de características múltiplas foi o roubo ocorrido em junho de 2006 ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Tal como noticiado na imprensa, testemunhos da vizinhança teriam visto um caminhão sendo carregado durante a madrugada na porta do arquivo. O acervo roubado foi composto de cerca de 4 mil itens, que dizem respeito a 19 caixas de fotografias de Augusto Malta, fotógrafo oficial da cidade de 1903 a 1936, incontáveis cartões-postais, álbuns da coleção Pereira Passos e a coleção da *Revista Ilustrada*. Nesse último caso, foram levados, ainda, estudos

e desenho de autoria de Lucílio de Albuquerque, conhecido pintor do início do século XX – conjugando, assim, o interesse pelos itens múltiplos e de arte valorizados pelo mercado.

Interessa chamar a atenção para o fato de que a publicidade dada a esses crimes de roubo de bens culturais terminou dando visibilidade a roubos já tradicionais contra o patrimônio cultural e que nunca chamaram tanto a atenção da imprensa como nos últimos tempos. Em dezembro de 2003, foi amplamente noticiado pela imprensa do Rio de Janeiro o roubo de dois grandes tocheiros de prata que compunham a ornamentação da Catedral Metropolitana, na área do Centro da cidade. Do mesmo modo, em agosto de 2006, a imprensa diária do Rio de Janeiro divulgou um roubo na Igreja de N. Sra. dos Remédios, da colônia Juliano Moreira, no subúrbio de Jacarepaguá. Localizada em área de pouca visitação pública, foram levados da igreja quatro quadros e dois castiçais. O inusitado foi a notícia ter sido acompanhada da informação de que a imagem de Cristo do altar da igreja havia sido roubada no ano anterior. Assim, um roubo chamou a atenção de outro anterior. Ou seja, o quadro sistemático de roubos de bens culturais na cidade conduziu a atenção pública também para outros casos não tão distantes no tempo. A notícia aponta para o fato de que casos anteriores de crimes contra o patrimônio histórico e artístico nacional na cidade do Rio de Janeiro também terminaram chamando a atenção da imprensa, o que demonstra que as ações criminosas mais recentes deram destaque, igualmente, para o tipo de crime no campo do patrimônio já tradicional com foco nas peças religiosas do período colonial e que caracterizam o gosto pelo barroco e por peças de produção única (não reprodutíveis).

Contudo, o que se observa é que, em tempos recentes, o foco do crime contra o patrimônio cultural se ampliou no Brasil, tomando o Rio de Janeiro como medida. Ao lado das peças de arte do período colonial, acrescentou-se a cobiça por itens de patrimônio documental e de múltiplos em geral (periódicos, gravuras, mapas, fotografias etc.), bem como peças de arte do fim do século XIX e de arte moderna internacional. Constata-se, assim, uma novidade no campo da cultura que caracteriza a sociedade do tempo presente, e essa constatação conduz ao reconhecimento de que novos interesses e valores em torno dos bens culturais são produzidos no seio da sociedade. Certamente, isso exige um redirecionamento das políticas públicas para a área do patrimônio histórico e artístico nacional. Caso contrário, o patrimônio corre o risco de se tornar caso de polícia.

DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A novidade representada pelos crimes contra o patrimônio não é um fato isolado de mudanças recentes no mundo da cultura atual. Em dezembro de 2004, o leilão da coleção Nelson Seabra, organizado pela Bolsa de Artes, no Rio de Janeiro, chamou a atenção por ter atraído o interesse do mercado de artes para uma das cópias do famoso quadro *Descanso de modelo*, de Almeida Jr., que foi arrematado por R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), correspondente a US\$ 86.210,00 (oitenta e seis mil e duzentos e dez dólares americanos). Não apenas o quadro foi tratado com destaque pela organização do leilão, mas surpreendeu o fato de que a peça alcançou um lance além do esperado. A qualidade da peça era inegável, mas demonstra uma mudança do gosto acentuada, que torna a valorizar obras de arte não marcadas pela excepcionalidade e pela marca autoral e admite até mesmo prestigiar a prática antiga das cópias. Esse fato demonstra que as transformações no campo da cultura não se restringem ao universo do crime contra o patrimônio e que é possível perceber a sintonia entre o crime e o gosto vigente no mercado de artes da atualidade.

Diante dos fatos ocorridos é preciso, também, valorizar as ações de defesa do patrimônio cultural, estabelecendo uma cronologia própria e complementar à da seqüência de crimes. Neste sentido, uma série de embargo a leilões foi realizada. Em junho de 2003, ocorreu o embargo do leilão que se realizaria no Espaço Urca Arte e Leilões, em que estavam sendo oferecidos documentos oficiais apresentados como correspondência do General Osório, Marquês do Herval. Em agosto do mesmo ano, e depois em agosto de 2006, o chamado Leilão de Colecionismo, na rua Frei Caneca, no bairro do Centro, foi embargado por colocar à disposição documentos oficiais iconográficos, cartográficos, textuais e bibliográficos. Essas ações foram realizadas pela Polícia Federal com base na chamada Lei de Arquivos (lei n. 8.159, de 1991), que estabelece as condições da proteção ao patrimônio documental no Brasil. Tal lei, contudo, definiu um tipo de patrimônio cultural contemporâneo que não se coloca sob a alçada do tradicional serviço do patrimônio histórico e artístico nacional, hoje parte integrante do Ministério da Cultura. O Conselho Nacional de Arquivos, vinculado ao Arquivo Nacional, é definido legalmente como a autoridade pública nacional sobre o patrimônio documental. Desse modo, é um instituto recente que caracteriza não apenas uma ampliação da noção de patrimônio, incluindo uma nova tipologia de bens culturais, como diversifica também o universo dos atores institucionais envolvidos.

O mês de julho de 2006 se caracteriza como um momento de diversas iniciativas de defesa da salvaguarda do patrimônio cultural. No Congresso Nacional a deputada federal Alice Portugal (PC do B-BA) apresentou proposta de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o roubo e o comércio ilícito de bens culturais no Brasil. A proposta não se consolidou no meio da conjuntura de ano eleitoral e de outras CPIs já em funcionamento no Congresso Nacional e de maior atenção pública. Ao lado disso, o IPHAN e Polícia Federal montaram uma força-tarefa para realizar visitas a museus federais do Rio de Janeiro, a fim de desenvolver sistema de segurança. Outras iniciativas oficiais acompanharam essa primeira reação das autoridades. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) preparou lançamento de edital para financiar sistema de segurança em museus. Em convênio com a Interpol e o Conselho Internacional de Museus, o IPHAN lançou a campanha “Luta contra o tráfico ilícito de bens culturais”, dando publicidade ao Cadastro de Bens Culturais Procurados no site eletrônico do Ministério da Cultura (MinC). Por sua vez, diversas entidades científicas lançaram nota pública em comício realizado no Largo de São Francisco, caracterizando a manifestação da sociedade civil organizada. A Associação Nacional de História (Anpuh), por meio de sua seção estadual do Rio de Janeiro, iniciou a campanha “Em defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na cidade do Rio de Janeiro”, tendo como objetivo chamar a atenção para a importância das instituições de memória (museus, bibliotecas e arquivos públicos) e dos bens culturais na valorização da cidadania. Neste mesmo período, o Fórum das Instituições de Patrimônio Documental da Cidade do Rio de Janeiro reuniu entidades públicas e privadas de diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) em torno de vários encontros para discutir o quadro de ameaça à salvaguarda do patrimônio documental na cidade. Em setembro de 2006, O ArtSesc, seção do Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro, organizou debate público sobre a questão da gestão da segurança do patrimônio cultural, convocando autoridades públicas estaduais, bem como representantes do mundo dos colecionadores e antiquários, interrogando também o mercado de bens culturais na cidade, mobilizando assim atores da iniciativa privada. E nesse mesmo mês, por iniciativa da vereadora Aspásia Camargo, foi realizada audiência pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro dedicada ao tema do roubo de bens culturais na cidade. Todas essas iniciativas, tal como os crimes, foram acompanhados de perto pela imprensa local.

As reações deram a complexidade institucional que o mundo do patrimônio assumiu na atualidade. As entidades envolvidas abrangeram não apenas o IPHAN, a instituição pública mais tradicional do campo do patrimônio no Brasil, mas foi acompanhada, também, na esfera federal, pela Polícia Federal

e pelo BNDES. Observa-se, assim, uma ação integrada de diferentes órgãos federais que atuam em áreas distintas e por métodos específicos. A reação do IPHAN buscou, ainda, apoio na cooperação internacional do campo da cultura (ICOM) e do campo do combate ao crime (Interpol). Os fatos, porém, não serviram para mobilizar o governo estadual e municipal do Rio de Janeiro, caracterizando uma reação pequena por parte do Poder Executivo diante da proporção das ações criminosas que afetaram instituições patrimoniais de natureza diversificada – museus, bibliotecas e arquivos – e das várias esferas de governo – federal, estadual e municipal. Contudo, o tema do crime contra o patrimônio envolveu o legislativo nacional e municipal, além de mobilizar a sociedade civil, especialmente a área acadêmica e a iniciativa privada. O que se observa é um quadro em que atores sociais de diferentes tipos demonstraram seu envolvimento com o patrimônio, evidenciando como a questão dos bens culturais na atualidade assume uma configuração social capaz de mobilizar dimensões diversas da sociedade, assumindo uma face muito mais complexa que há 70 anos quando o SPHAN foi criado.

Fundamentalmente, nota-se que o patrimônio na atualidade se coloca num campo ampliado, em que o mundo dos bens culturais ultrapassa o domínio de ação das instituições públicas do patrimônio cultural. Não há como deixar de perceber que o universo de bens culturais valorizados pela sociedade envolve não apenas a concepção histórica do patrimônio histórico e artístico nacional, marcado pela excepcionalidade da peça, pelas suas qualidades plásticas e autorais, ou pelo inusitado dos fatos históricos, para conviver com a importância do patrimônio documental e bibliográfico, os objetos múltiplos, as obras de arte internacional incorporadas às instituições nacionais, e as peças artísticas de mercado. Além disso, o patrimônio deixou de ser um campo de predomínio da esfera federal para envolver as ações de todas as esferas governamentais, incluindo as instituições estaduais e municipais, e aponta para a necessidade cada dia maior de definir a ação integrada das instâncias de Estado. O quadro atual aponta, igualmente, a necessidade de se definir a participação dos atores da pesquisa científica e dos atores privados do mercado de bens culturais. Especialmente no caso destes últimos, qualificá-los significa definir, de modo geral, as bases do mercado de bens culturais no país e no Rio de Janeiro no sentido de qualificar a atividade econômica, bem como garantir a valorização simbólica dos bens culturais.

A complexidade da configuração social do mundo do patrimônio na atualidade pode ser observada também pela análise dos dados do Cadastro de Bens Culturais Procurados do IPHAN/MinC.² No fim de 2006, o cadastro apresenta-

va dados de 11 estados de todo o país, com pouco mais de mil itens listados desaparecidos nos últimos dez anos. Do estado do Rio de Janeiro constavam 539 itens, ou seja, pouco mais da metade do total. Mesmo não havendo no cadastro um tratamento por município, pode-se considerar que uma parcela considerável correspondia a peças que foram roubadas na capital do estado. Predomina nesse conjunto, porém, objetos religiosos de igrejas antigas, em que se destacam alfaias e a imaginária religiosa. Não havia nenhuma referência ao patrimônio bibliográfico, fotográfico ou documental. Isso exclui itens do Museu Nacional, Itamaraty, Biblioteca Nacional, que são instituições federais, bem como de instituições estaduais, como o Museu dos Teatros ou o Museu do Primeiro Reinado, e instituições municipais, como o Museu da Cidade e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A informação de que nos últimos dez anos apenas 28 objetos teriam sido recuperados, sendo dez do estado do Rio de Janeiro, permite constatar uma proporção de recuperação de itens consideravelmente menor que a de desaparecimento, o que revela a fragilidade do combate ao crime na área do patrimônio. O mais importante porém é observar que o objeto do cadastro se refere apenas ao universo do patrimônio móvel sob a alçada do IPHAN, não sendo capaz de retratar a diversidade que caracteriza o universo dos bens culturais no Brasil atual. Neste sentido, verifica-se a falta de um instrumento público de controle integrado das diferentes formas de patrimônio. Se, neste caso, é possível observar a dificuldade do controle público dos crimes contra o patrimônio, é possível imaginar os obstáculos que o campo encontra para promover a valorização do patrimônio cultural na complexidade de suas instituições e atores sociais envolvidos. Para o patrimônio não se reduzir a um caso de polícia, evidencia-se a necessidade da concertação das instâncias públicas competentes para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural na sua abrangência atual, abarcando também o tratamento dos múltiplos e o controle do mercado de bens culturais.

² Ver: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12318&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

Basicamente, é preciso não perder de vista que a noção de patrimônio é uma construção histórica (BABELON, J.-P. & CHASTEL, A. 1994). Por isso mesmo, a noção de patrimônio é passível de renovação permanente, tal como os fatos recentes demonstram, no caso brasileiro – o que equivale a admitir que o patrimônio não é um fato natural. Neste sentido, admitir a necessidade de atualização das políticas públicas dirigidas para a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural no Brasil atual é ir ao encontro do movimento da sociedade dos dias de hoje no sentido de controlar o mercado e promover a cidadania.

Bibliografia

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O direito à memória: a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural brasileiro*. Fortaleza: UFCe, 1995. Mestrado em Direito.

SCHWARTZMAN, Simon et alii. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BABELON, J.-P. & CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.

RESUMO

O texto apresenta uma cronologia recente de roubos de bens culturais de instituições patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro. O quadro caracteriza uma situação de saque ao patrimônio histórico e artístico nacional, conectada com um mercado de bens culturais precário. O argumento principal é de que os fatos recentes apontam para a necessidade de se reconhecer a ampliação da noção de patrimônio nos tempos atuais.

Palavras-chave: **Política cultural, Patrimônio cultural, Mercado de bens culturais.**

ABSTRACT

The text presents a recent chronology of cultural artefacts from heritage institutions in the city of Rio de Janeiro. The situation points to the pillage of Brazilian historical and artistic heritage, linked to a precarious market for cultural goods. The main line of argument is that recent events indicate the need for recognising the broadening actual concept of heritage.

Keywords: **Cultural policy, Cultural heritage, Cultural goods market.**



Bilac, o jornalista

Ana Lucia Eppinghaus Bulcão

*Doutora em História e pesquisadora do
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, 1.680 p.

“Afirmo apenas que não tenho obrigação de escrever sobre cousas que interessem apenas a quem me lê. Ah! no que diz respeito à minha independência de cronista, sou uma fera!”

Fantasio

“Os livros não matam a fome, não suprimem a miséria, não acabam com as desigualdades e com as injustiças do mundo, mas consolam as almas, e fazem-nas sonhar.”

O. B.

A descoberta do Bilac jornalista ocorreu durante a análise da revista *Kosmos*, levando Dimas a dedicar uns vinte anos (DIMAS, 1983, p. 3) na investigação de sua trajetória jornalística, tal o volume e a vastidão da produção, além dos inúmeros obstáculos na localização, leitura e cópia das crônicas. A busca o levou a freqüentar bibliotecas e arquivos brasileiros e estrangeiros. A pesquisa nos periódicos exigiu tempo, paciência e muita determinação, além de gerar “ligeiro sentimento de culpa”, visto que o manuseio dos exemplares requereu muita atenção devido ao estado físico precário em que muitos se encontravam. Alguns alcançaram tal estado de deterioração que impossibilitou a consulta, como *A Notícia*, cuja coleção não possui cópia em microfilme. Essas perdas entristecem, daí a relevância e a oportunidade do trabalho de Dimas.

Alfredo Bosi, muito apropriadamente, intitulou o seu prefácio de “A Revelação de um Cronista”, já que a grande maioria dos brasileiros reconhece Olavo Bilac como poeta, o príncipe dos poetas brasileiros, muitos têm notícia de sua atuação na campanha civilista, defendendo o serviço militar obrigatório, contudo ignoram suas crônicas, conseqüentemente sua trajetória jornalística.

Como um escritor tão conhecido e admirado por seus contemporâneos, que atraía mais leitores para os jornais onde colaborava (RIO, s/d., p. 5), ficou apenas lembrado como poeta? Que motivos levaram a esse esquecimento?

Bilac iniciou-se cedo no jornalismo, que o atraía quando cursava a Escola de Medicina. Poemas e crônicas então apareceram em jornais de pouca repercussão. O jornalismo era vital para quem queria ser escritor, o único meio de se fazer ler (RIO, s/d. p. 6). Os livros primeiro saíam em folhetins nos jornais e caso ganhassem o interesse de algum editor, eram publicados em forma de livro. Bilac editou seus poemas e crônicas cedo; seu primeiro livro de crônica saiu em 1894. Por que então ficou sua prosa tanto tempo ignorada?

O jornalista Bilac talvez tenha ficado no limbo da memória popular porque se dedicou à crônica. Machado de Assis, enquanto cronista, também ficou desconhecido muitos anos, suas crônicas foram divulgadas em 1956, organizadas em livro por Magalhães Junior (ASSIS, 1990, p. 11). A crônica configura-se um gênero menor (CANDIDO, 2004, p. 26) por causa de seu caráter efêmero, ela não foi criada para a posteridade, mas para durar um dia, com o conjunto das notícias do jornal e com ele ser descartada no dia seguinte. Bilac reconhecia a fragilidade temporal das crônicas, “mais efêmeras que as rosas de Malherbe”.

Para Antonio Candido, Bilac é o mestre da crônica leve, e a prática do gênero permitiu que ele desenvolvesse um estilo sem rebuscamento, mas sem esquecer a poesia (CANDIDO, 2004, p. 28). Apesar de definir a crônica como um gênero literário menor, Candido a defende e explicita que, ao ser transformada em livro, possibilita a descoberta de uma durabilidade até então ignorada (CANDIDO, 2004, p. 27).

Eduardo Portela, um dos primeiros a reconhecer a validade da publicação de livros de crônicas, propõe que estas se constituem em obra de arte, conformando um gênero literário específico, autônomo (apud REZENDE, 1995, p. 22).

Mais de meio século antes dessas considerações de Antonio Candido e Eduardo Portela em prol da validade da publicação de livros de crônicas, Bilac já havia lançado livros com elas: *Crônicas e novelas* (1894), *Crítica e fantasia* (1904) e *Ironia e piedade* (1916). Várias razões devem tê-lo motivado a editá-los, entre elas acreditar ser a crônica “uma sorte de santuário da História” (DIMAS, 2006, p. 290).

Bilac afirmava ser antes de mais nada um carioca, o que lhe ocasionou muitas críticas. Este carioca presenciou, participou e viveu importantes mudanças na vida carioca e brasileira e, através de suas crônicas, expôs sua visão a respeito de tudo, elogiando, criticando, informando, sempre fiel ao que considerava sua função de formador da opinião pública (DIMAS, 2006, p. 167), o que faz dessa antologia um resgate valioso de parte de nossa memória. Convém esclarecer que uma das técnicas arquivísticas de preservação documental é a publicação de documentos – e as crônicas configuram-se como tal. A técnica é pouco empregada por causa do seu alto custo, além de muito trabalhosa e demorada.

Dimas não visou com sua pesquisa à totalidade da produção bilaquiana, porém recuperar o possível para um novo juízo sobre a atividade de Bilac como poeta e jornalista. Leu as crônicas como se fosse um texto único que poderá no futuro fornecer subsídios sobre Bilac e o período em que viveu. Aponta para o volume da produção e da colaboração concomitante em vários órgãos da imprensa. Lendo a antologia, fica-se com a impressão que Bilac não repetiu crônica, mesmo escrevendo para mais de um periódico ao mesmo tempo. Várias desenvolvem mais de um assunto, entretanto estão interligados. A pluralidade temática abordada também impressiona; o leitor, certamente, encontrará uma crônica enfocando assunto de seu interesse tal a cobertura de matérias nelas contidas.

A fecundidade bilaquiana chama a atenção ainda mais se for cogitada as características de seu tempo, quando os meios de informação se resumiam a cartas, jornais, telegramas e telefone, este não acessível a muitos. O cronista, o de hoje e o de ontem, necessita quase como um garimpeiro buscar entre os acontecimentos da semana ou do mês aquele que servirá para a redação da crônica. Os atuais, sabemos bem, contam com uma ampla rede de meios de comunicação que lhes permite ficar a par dos acontecimentos do mundo quase que instantaneamente; entretanto os jornalistas na virada do século XIX para o XX dispunham de poucos recursos, então precisavam freqüentar as rodas de boêmia, os cafés, os teatros, a rua do Ouvidor, além de possuir uma rede de relacionamentos pessoal e social que ajudasse a mantê-los

a par das novidades. É oportuno explicar que o rádio, poderoso meio de comunicação e informação, só funcionaria na década de 1920. A primeira transmissão radiofônica aconteceu em 7 de setembro de 1922 como parte das comemorações do centenário da Independência do Brasil e Bilac não participou do evento – falecera em dezembro de 1918.

Os jornais eram o principal meio de informação. Bilac insistia na sua função social e frisava que o destino último do jornal era informar em inúmeras crônicas, enfatizando que era “o Quarto Poder, um poder tão forte como os outros e mais temível e tirânico do que eles” (DIMAS, 2006, p. 350), daí a exigência da leitura diária dos periódicos para o exercício da atividade jornalística. Havia então jornais matutinos, os vespertinos e aqueles, *O Globo*, por exemplo, com mais de uma edição diária, onde saíam notícias diversas da primeira edição, uma ou outra matéria se repetia. Além de consultar os periódicos cariocas, fazia o mesmo com os das províncias, depois estados. Bilac procurava manter-se informado sobre o que ocorria no mundo através de jornais e revistas europeus. Em crônica do *Correio Paulista* assumiu a defesa dos Estados Unidos, alvo de críticas em vários jornais europeus: “Desde que me conheço, e desde que leio os jornais da Europa só encontro nesses jornais publicações malevolentes contra a grande nação americana” (DIMAS, 2006, p.108).

Sua crônica abarca um vasto leque temático, contudo alguns assuntos aparecem insistentemente, o que ilustra quão a fundo levava sua missão de formador de opinião. Mesmo assim explicava “que os cronistas não podem escolher os assuntos, eles são impostos pela vida com seu tumultuoso atropelo e seu irresponsável capricho” (DIMAS, 2006, p. 517). Crônicas defendendo a língua nacional, pedindo medidas de combate ao analfabetismo, criticando o trabalho infantil, outras pregando a importância da instrução pública, a necessidade de educação foram constantes ao longo de mais de 20 anos de vida do cronista. Todavia o que mais o empolgava era a exaltação da cidade do Rio de Janeiro. Foi um ardente defensor das reformas do prefeito Pereira Passos. Advogou, várias vezes, o arrasamento do morro do Castelo sem deixar de se preocupar com o destino que teriam as pessoas que lá residiam (DIMAS, 2006, p. 735). Certas questões têm uma atualidade lamentável: infelizmente ainda convivemos com falta de decoro parlamentar, tão criticado na crônica bilaquiana, assim como a “permanência” dos atos de vandalismo contra o patrimônio público; além das destruições, havia as pichações em que usavam carvão (DIMAS, 2006, p. 439) .

No *Índice de Sumários*, um presente de Dimas aos pesquisadores, pode se localizar as 1.600 crônicas lidas e as mais de 550 selecionadas para a antologia

com a temática de cada uma explicitada. Há a indicação do periódico, como foi assinada, se posteriormente publicada, informa a edição. Traz também os casos, esporádicos, de substituição e o por que da ausência de Bilac. Informa ainda as condições físicas dos exemplares e se encontram-se acessíveis à consulta. *Sumário* testemunha a multiplicidade de interesses do cronista. Talvez – essa, a intenção do autor – possa provocar novas investigações, que inclusive “propõe” tópicos inexplorados da vida e da obra bilaquiana merecedores de estudo mais profundo. Insiste que há ainda muito a ser feito, especialmente com relação à atividade jornalística e profissional de Bilac. Este colaborou em 27 periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a colaboração em dez desses jornais e revistas foi analisada por Antonio Dimas.

A trajetória bilaquiana é examinada em dez ensaios, que compõem o terceiro volume de *Bilac, o jornalista*. Nele há explícito, entre outros eventos, as polêmicas em que o poeta se envolveu. Várias foram bastante violentas e alguns de seus desafetos eram figuras de destaque na vida brasileira. As que empreendeu com o Marechal Floriano Peixoto resultaram em seu exílio em Ouro Preto. Raul Pompéia foi seu alvo, especialmente na crônica de 8 de março de 1892, e ela seria a provável causa do suicídio do escritor – Dimas a indica como “motivo remoto” (DIMAS, 2006, p. 71 e 72).

Os debates entre os intelectuais constituíram um fato comum nas primeiras décadas da República. Muitos acabaram em duelo, porque os ataques assumiam tal ardor que acabavam ferindo a honra pessoal dos envolvidos. Raul Pompéia, por exemplo, se recusou a duelar com Olavo Bilac. As polêmicas da *Belle Époque*, conforme explicitou Ventura, ajudaram a popularização dos envolvidos e serviram para atrair público, conquistar leitores (VENTURA, 1991, p. 144 e 148).

As crônicas atacando o Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, e o escritor Raul Pompéia traziam a assinatura de “*Pierrot*”, um dos muitos pseudônimos empregado por Bilac. Porém ele gostava mais de “*Fantasio*”. Dimas aponta o uso indiscriminado dos pseudônimos como um empecilho à atribuição de autoria dos textos, então recomenda que só se deve iniciar um projeto quando houver uma expressiva quantidade de material inexplorado.

Bilac e seus contemporâneos habituaram-se tanto ao emprego dos pseudônimos que alguns eram “pseudônimos coletivos”, pois adotados por vários autores, às vezes ao mesmo tempo: “*Don Quixote*” foi um deles. Foram arrolados mais de 40 pseudônimos utilizados por Bilac, o que justifica e reforça os cuidados de Dimas. Essa prática gerou algumas autorias indevidas, conforme

observou Gledson a respeito de crônicas assinadas sob o pseudônimo de “*Dr. Semana*”, nem todas escritas por Machado de Assis (GLEDSON, 1990, p. 16).

Dimas conseguiu localizar alguns manuscritos de Bilac e os reproduziu, possibilitando ao leitor verificar que o poeta redigia com uma grafia legível, clara, e que apresentava ao editor um texto limpo apesar das correções nele contidas. Deverá parecer estranho para muitos, afinal, hoje, com raras exceções, os escritores digitam seus textos.

Bilac, o jornalista, proporciona o contato com textos leves, poéticos, divertidos. Ao mesmo tempo que revela o cronista, resgatando sua obra literária e jornalística, possibilita a conscientização do quanto ainda tem para ser pesquisado não só sobre Olavo Bilac, mas, especialmente, sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Bibliografia

ASSIS, Machado. *Bons Dias!* São Paulo: Hucitec/Editora Unicamp, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

DIMAS, Antonio. *Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Ática, 1983.

_____. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial/EdUsp/Editora Unicamp, 2006. 3 vols.

REZENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio/CCBB, 1995.

RIO, João. *Momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, s/d.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Manda quem pode: notas sobre a administração da América Portuguesa durante o século XVIII

Nelson Mendes Cantarino

Doutorando em História Social – Universidade de São Paulo – USP.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 505 páginas.

A história é a disciplina do contexto. O vaticínio de E. P. Thompson existe para nos lembrar que em ensaios explicativos o enquadramento geral deve ser buscado considerando com toda atenção evidências empíricas e particularidades. Em *O sol e a sombra*, Laura de Mello e Souza resgata habilmente aspectos da política e da administração da América portuguesa setecentista sob o enfoque de situações específicas, mas sem nunca perder de vista o quadro geral no qual o domínio português estava inserido.

Resultado de anos de pesquisa e reflexão, o livro é formado por estudos críticos e artigos apresentados em congressos e simpósios, todos reelaborados e divididos em dois eixos de análise. No primeiro, *Enquadramentos*, a crítica historiográfica dissecou as novas perspectivas em torno do uso do conceito de *Antigo Regime* para América portuguesa e da análise da administração local. Em seguida, descrevendo a conjuntura do mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII e as tensões entre a metrópole e as conquistas, sugere que a idéia de unidade política destes territórios surgiu nos temores dos integrantes dos centros decisórios de Lisboa antes mesmo que nos sonhos de autonomia dos insurretos.

Entre memória e história, é examinada também a afirmação identitária dos paulistas, “de árvore ruim peiores frutos” nas palavras de padre Simão de Vasconcelos a certa historiografia da primeira metade do século XX, que procurou construir uma imagem positiva do passado da capitania de São Paulo identificando preconceitos e eliminando distorções. Fechando a primeira parte, um retrato da sociedade “improvisada e incômoda” das Minas setecentistas, território onde segundo um Capitão-mor da vila de Pitangui “quem dinheiro tiver, fará o que quiser”.

No segundo eixo de análise, *Indivíduos*, trajetórias pessoais são utilizadas como ponto de partida para compreensão dos significados do mando no vasto império constituído pelos portugueses. Aqui são ressaltados os dilemas de homens que obedeciam a diretrizes e normas pensadas em Lisboa, mas que em algumas situações foram capazes de reordená-las na prática cotidiana, criando soluções originais e intuindo os nexos da relação colonial.

Dentro deste universo de novas perspectivas algumas idéias presentes no texto devem ser ressaltadas. Ainda no primeiro capítulo, “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”, a autora expõe e critica algumas das interpretações acerca da presença do Estado português em seus territórios americanos. Estão lá os argumentos “clássicos” de Raymundo Faoro, defensor da idéia de que o sistema administrativo português foi transposto com sucesso para a América por um Estado precocemente centralizado que soube cooptar as elites locais; os de Caio Prado Júnior, para quem esta administração era caótica, contraditória e sem unidade e, finalmente, os de Sérgio Buarque de Holanda, sensível ao desleixo pragmático e sem imaginação dos burocratas portugueses. Em comum, todos tinham uma visão negativa da administração portuguesa.

Segundo Laura de Mello e Souza, na última década um novo interesse pelo império português e sua presença no ultramar levou a reavaliação destas interpretações. Autores como Charles Boxer e Vitorino Magalhães Godinho têm agora suas obras resgatadas e servem de ponto de partida para novas reflexões. Uma das mais instigantes é a do discípulo de Boxer, A. J. R. Russell-Wood, que sugere a existência de um eixo vertical perpassando todo além-mar ligando os súditos das conquistas a Lisboa e outro, horizontal, aproximando estes dos agentes e governantes designados para os governos locais.

Neste contexto, alguns trabalhos recentes de historiadores brasileiros e portugueses valorizam o aspecto sistêmico da descentralização da estrutura administrativa do Império. Baseados em paradigmas explicativos de autores como Jack Greene e Antonio Manuel Hespanha, estes estudos retomam questões como a negociação com as autoridades, a existência de poderes concorrentes e a capacidade dos colonos de estabelecer redes clientelares em ambos os lados do Atlântico. Sem deixar de reconhecer o imenso mérito dessas interpretações para o debate historiográfico, a autora propõe algumas correções conceituais.

Filiados à corrente de estudos da historiografia constitucional alemã inspirada em grande parte nas obras do jurista austríaco Otto Brunner, os traba-

lhos de Antonio Manuel Hespanha inovaram ao mostrar a indistinção entre público e privado e as especificidades de uma ordenação social estamental e corporativa própria da sociedade de *Antigo Regime*. Também é mérito de Hespanha o esclarecimento acerca das lógicas internas do Estado português quinhentista e seiscentista, com suas superposições de jurisdição e atribuições ainda indefinidas.

No entanto, o estudioso português teria dado pouca atenção aos diferentes contextos do Império, onde as distâncias em relação ao centro decisórios em Lisboa não podem ser consideradas em termos absolutos. Aqui Laura de Mello e Souza é enfática: situações próprias às conquistas do Oriente não podem ser generalizadas para a América (p. 50). Além do mais, a análise de Hespanha vale sobretudo para o século XVII, deixando de captar nuances do século XVIII, momento no qual o equilíbrio do Império e as políticas metropolitanas são repensadas por um Estado que se reformava. Outro problema é a supervalorização dada por Hespanha aos textos jurídicos, duvidosa para a compreensão do mundo colonial, onde muitas leis tornaram-se letras mortas devido à complexidade das realidades locais. Finalmente, o governo da América portuguesa administrava uma sociedade escravista distinta do Reino, onde as relações de produção, a hierarquia social e o exercício do poder foram adaptados para uma sociedade onde o contingente de negros podia chegar a até 50% da população em determinadas regiões (p. 57).

Outro aspecto debatido é a abordagem conceitual da coletânea *O Antigo Regime nos Trópicos*, organizada pelos professores João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Para Laura de Mello e Souza, se o ponto alto da coletânea é a pesquisa documental cuidadosa e o uso de fundos arquivísticos até então ignorados ou subutilizados por muitos historiadores, sua abordagem conceitual ameniza as diferenças entre metrópole e colônia, relativizando o antagonismo de interesses entre colonos e reinóis.

Fragoso, Bicalho e Gouvêa priorizam o uso do conceito de *Antigo Regime* ao de *Antigo Sistema Colonial*, pois segundo os autores o primeiro denota um mundo onde a política predominava sobre as relações econômicas. Essa distinção sutil marca uma posição importante: a valorização do poder local e a autonomia crescente das periferias do Império em relação a Lisboa, matizando a idéia de dominação da metrópole e valorizando a capacidade dos colonos de negociar com as autoridades régias.

Para criticar essa primazia do conceito de *Antigo Regime* na análise da administração colonial, Laura de Mello e Souza retoma ninguém menos do que

Alexis de Tocqueville. Será possível generalizar o uso de um termo cunhado em um contexto histórico específico? Nos passos de Tocqueville a autora mostra que, inicialmente criado em referência às formas de vida e governo franceses extinguidos pelo processo revolucionário iniciado em 1789, aos poucos passou a caracterizar um fenômeno europeu mais geral. Até hoje é espantoso o argumento do aristocrata parisiense de que a centralização administrativa da França foi mérito do *Antigo Regime* e não, como muitos ainda defendem, conquistas da Revolução.

Se a essência desse Estado era a eliminação de poderes concorrentes, como utilizar esse conceito para caracterizar o governo da América portuguesa valorizando os poderes intermediários e seu caráter atlântico e escravista? Longe de abandonar o uso da idéia de *Antigo Regime*, a autora defende sua combinação com algumas das características do *Antigo Sistema Colonial*, a saber o escravismo, o capitalismo comercial e a existência de uma condição colonial “que, em muitos aspectos e contextos, opunha-se à reinol e que, durante o século XVIII, teve ainda de se ver com mecanismos de controle econômico nem sempre eficaz e efetivo, mas que integravam, qualificavam e definiam as relações entre um e outro lado do Atlântico: o exclusivo comercial” (p. 67).

Discípula de Fernando Novais, Laura de Mello e Souza argumenta então que a especificidade da América portuguesa não está na transposição da sociedade de *Antigo Regime* para o Novo Mundo, mas em sua “recriação perversa”, pela introdução do trabalho escravo dos negros africanos. Assim, a América portuguesa integrava o mundo de então por meio do sistema colonial.

Outra discussão de extrema pertinência está no quarto capítulo, “Nobreza de sangue e nobreza de costume: idéias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII”. A autora defende que, na conjuntura crítica que marcou o surgimento do século XVIII, São Paulo e Minas Gerais não podem ser entendidos separadamente. Regiões marcadas inicialmente pela mestiçagem das elites e pela autonomia ante o aparelho de Estado, forjaram uma sociedade diametralmente oposta à européia, onde tradicionalmente títulos e ofícios passavam de pai para filho. Ali a elite local manipulava costumes para no arripio da tradição cunhar novos valores de nobreza.

Quem poderia mandar em territórios onde, parafraseando o padre Antonio Vieira, a verdadeira fidalguia era a ação? Após a Guerra dos Emboabas (1707-1709), muitos dos governadores das Minas buscaram se legitimar a partir de sua nobreza e estirpe. Para eles, sua origem nobre e lealdade no serviço

real os diferenciavam dos “brutos e desalmados” colonos. O governante que melhor definiu o estranhamento frente a este mundo improvisado, que desprezava tradições consagradas e criava novos padrões e procedimentos foi D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, conde de Assumar. De uma família antiga que já havia cedido vários administradores coloniais para a Coroa, D. Pedro Miguel foi o responsável pelo desbaratamento da sedição tentada em Vila Rica no ano de 1720 e, conseqüentemente, pela execução sumária do português Filipe dos Santos.

O conde de Assumar era um representante típico da *nobreza de sangue*, tendo seu brasão polido por feitos de bravura em combate e uma genealogia pródiga que lhe garantiam sinais exteriores indicativos de sua graduação, privilégios e obrigações. Típico homem que trazia consigo as características capazes de evocar temor e respeito. Mas será que isso seria o suficiente para conquistar a estima daqueles que enriqueceram pelo comércio e pelas oportunidades de uma sociedade que se expandia ao ritmo da mineração?

Com uma atuação firme, o governo de Assumar ficou marcado na memória das Minas. No entanto, posteriormente, o reconhecimento do mérito individual passou a não entrar em conflito com o respeito por uma ascendência nobre, e nas Minas essa noção foi radicalizada: para muitos o mérito de nobreza a ser respeitado era o do valor pessoal expresso com coragem, determinação, inteligência e riqueza. Constituiu-se então uma *nobreza de costume*. Assim, com dinheiro, tropeiros tornam-se coronéis de regimentos da nobreza, o que aos olhos de um nobre reinol era um despropósito. A idéia do mérito pessoal, já enraizada entre os colonos, foi transmitida por Inácio José de Alvarenga Peixoto em uma ode inacabada oferecida ao visconde de Barbacena, governador de Minas no tempo da Inconfidência, e citada pela autora:

*A herdada nobreza
aumenta, mas não dá merecimento;
dos heróis a grandeza
deve-se ao braço, deve-se ao talento*

Para Laura de Mello e Souza, “Minas não reclamou foros de nobreza e fidalguia porque sua sociedade, quando assentou, já trazia traços inequívocos de outra ordem, em que as divisões eram de classe e se fundavam, portanto, no dinheiro” (p. 181). Teriam as Minas setecentistas traços do mundo burguês em ascensão? Eis uma questão que não passará despercebida e deverá ser alvo de debate por nossa historiografia.

O sol e a sombra chega no momento adequado. Em suas páginas estão cristalizadas idéias que marcaram o debate historiográfico dos últimos anos. Ao olhar para a metrópole/centro e a colônia/periferia como elementos de uma relação contraditória que possuíam muito em comum, Laura de Mello e Souza percebe que o esforço administrativo da Coroa portuguesa não foi o suficiente para reproduzir na América a sociedade reinol. A realidade americana, onde a escravidão cimentava as relações sociais, inviabilizou essa transposição. Entre os colonos americanos a tradição da idéia da pureza de sangue, das mercês régias e das patentes resultou em algo distinto: mobilidade social, a mestiçagem e, pelo menos nas Minas e em São Paulo, elites abertas a novos padrões de conduta.

Em comum com a historiografia que valoriza a idéia de *Antigo Regime* nos trópicos fica o reconhecimento que, entre as instruções de Lisboa e o exercício do poder local, os agentes da Coroa perceberam que a prática do mando estava destinada a ser contemporizadora. Falta de diálogo e repressão pura e simples poderiam condenar a existência do Império. Agora, se a negociação servia para não expor os nexos da relação colonial, isso já é outra história.

Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro, no inverno de 2007, pela editora Garamond. A tipologia empregada foi Swift. O papel utilizado para o miolo é pólen soft 80 g/m². Impresso no Rio de Janeiro pela Sermograf.